

PLANO PLURIANUAL 2010 – 2013

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2012



Prefeitura de
Fortaleza

Abril, 2013

Prefeito de Fortaleza

Roberto Claudio Rodrigues de Bezerra

Vice-Prefeito de Fortaleza

Gaudêncio Gonçalves de Lucena

Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito	Francisco José Queiroz Maia Filho
Secretaria Municipal do Governo	Prisco Rodrigues Bezerra
Procuradoria Geral do Município	José Leite Jucá Filho
Secretaria Municipal de Segurança Cidadã	Francisco Jose Veras
Secretaria Municipal da Controladoria e Transparência	Marlon Carvalho Cambraia
Secretaria de Finanças do Município	Jurandir Gurgel Gondim Filho
Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão	Philipe Theophilo Nottinghamham
Secretaria Municipal de Educação	Ivo Ferreira Gomes
Secretaria Municipal de Saúde	Maria do Perpetuo Socorro Martins Breckenfeld
Secretaria Municipal Extraordinária da Copa	Domingos Gomes de Aguiar Neto
Secretaria Municipal de Infra-instrutora	Samuel Antonio Silva Dias
Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos	João de Aguiar Pupo
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Marcio Eduardo e Lima Lopes
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Robinson Passos de Castro e Silva
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente	Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza	João Salmito Filho
Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate a Fome	Claudio Ricardo Gomes de Lima
Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos	Karlo Meireles Kardozo
Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza	Francisco Geraldo de Magela Lima Filho
Secretaria Regional I	Guilherme Teles Gouveia Neto
Secretaria Regional II	Claudio Nelson Araujo Brandão
Secretaria Regional III	Maria de Fátima Vasconcelos Canuto
Secretaria Regional IV	Francisco Airton Morais Mourão
Secretaria Regional V	Julio Ramon Soares Oliveira
Secretaria Regional VI	Renato Cesar Pereira Lima
Secretaria Regional do Centro	Francisco Regis Cavalcante Dias

Vinculados ao Gabinete do Prefeito – Status de Secretaria

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR	Eudoro Walter de Santana – Presidente
Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR	Francisca Eliana Gomes dos Santos – Presidente
Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude	Jose Élcio Batista - Coordenador
Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas	Juliana Maria de Freitas Sena Mota – Coordenadora
Coordenadora de Ciência Tecnologia e Inovação	Tarcisio Haroldo Cavalcante Pequeno – Coordenador
Coordenadoria de Participação Popular	Jade Afonso Romero – Coordenadora
Coordenadoria de Articulação Política	Lúcio Albuquerque Bruno Figueiredo – Coordenador

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Philippe Theophilo Nottingham
Secretário

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR

Eudoro Walter de Santana
Presidente

Equipe Técnica

SEPOG

Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento

Antonia Cleide da Silva Madeiro
Antônio Ézio Martins Pereira
Cláudia Gonçalves de Lima
Francisco das Chagas Lima Filho
Lúcio Soares e Silva Júnior
Luís Eduardo Pequeno Almeida
Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha
Marcelle Feitosa Alves Barbosa
Marcelo Maximiliano da Costa
Miguel Teixeira Nogueira
Tânia Maria Braga Damasceno

IPLANFOR

Alexandrino Diógenes
Felipe Teles
Jorge Laffite
Luiza Perdigão
Lia Parente
Sergio Bezerra

SUMÁRIO

Apresentação	5
1. Avaliação das variáveis macroeconômicas do plano plurianual 2010-2013	6
2. Análise qualitativa dos resultados alcançados em 2012	11
2.1. Macro-Objetivo 1: Democratização da Gestão Pública.....	11
2.2. Macro-Objetivo 2: Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho	15
2.3. Macro-Objetivo 3: Turismo e Esporte.....	16
2.4. Macro-Objetivo 4: Meio Ambiente e Controle Urbano	18
2.5. Macro-Objetivo 5: Política Habitacional.....	18
2.6. Macro-Objetivo 6: Educação..	20
2.7. Macro-Objetivo 7: Saúde.....	21
2.8. Macro-Objetivo 8: Consolidar a Política de Juventude por meio da concepção dos jovens como sujeitos possuidores de direitos	41
2.9. Macro-Objetivo 9: Direitos Humanos e Cidadania.....	42
2.10. Macro-Objetivo 10: Atendimento ao Idoso...	44
2.11. Macro-Objetivo 11: Infraestrutura Urbana.....	45
2.12. Macro-Objetivo 12: Cultura.....	52
2.13. Macro-Objetivo 13: Modernização Administrativa e Valorização do Servidor	52
2.14. Macro-objetivo 14: Planejamento e Gestão Estratégicos.....	65
2.15. Lições Aprendidas.....	69
3. Execução físico-financeira dos programas e ações	71
3.1. Resumo da Execução Financeira do PPA 2010 - 2013.....	71
3.2. Resumo da Execução Físicas do do Ano de 2012.....	72

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação do PPA 2010-2013, referente ao exercício de 2012, em cumprimento ao que estabelece o artigo 9º da Lei do PPA 2010-2013 de Nº 9.560, de 28 de dezembro de 2009, cujo objetivo é o de apresentar o desempenho da atuação do Governo Municipal, expresso por meio dos programas implementados no referido período.

Em conformidade com o que dispõe a citada Lei do PPA 2010-2013, integram este Relatório informações sobre a política desenvolvida pelos diversos setores da administração pública municipal, manifestada por meio da execução de seus programas e ações em 2012.

A primeira parte analisa o comportamento das variáveis macroeconômicas, que fundamentaram a elaboração do Plano, observando a evolução dos principais indicadores.

A segunda, apresenta análise qualitativa dos resultados alcançados a partir dos macros objetivos e respectivos programas que compõem a estrutura do PPA 2010-2013.

Por fim, na terceira e última parte consta a apresentação da execução físico-financeira dos programas.

O relatório encontra-se em consonância com o que preceitua a referida Lei. Contudo, essa análise do ano de 2012 do PPA em vigência, bem como a execução de 2013 passam a integrar o conjunto de elementos para apoiar o compromisso da atual gestão quanto a elaboração de um PPA, referente ao período 2014-2017, capaz de responder pelas mudanças preconizadas na campanha, notadamente aquelas de caráter estruturais que se efetivarão a médio e longo prazos. Nesse contexto, as áreas temáticas de saúde, educação e mobilidade serão priorizadas, conforme ressalta Mensagem enviada à Câmara Municipal no início deste ano: "No setor saúde envidaremos esforços no sentido de organizar o Sistema de saúde de Fortaleza, de forma humanizada e que garanta atenção primária de qualidade. No que tange a educação, vamos trabalhar arduamente para tirar Fortaleza da posição "vergonhosa" em que se encontra, ocupando o lugar 183 no ranking do nível de proficiência do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica, no Ceará. Sobre mobilidade e trânsito daremos total prioridade ao transporte público, melhorando a sua qualidade, implantando o bilhete único, requalificando o trânsito e devolvendo as calçadas para a população".

Desse modo, o PPA 2014-2017 representará esforços que serão empreendidos para a concretização dos compromissos assumidos pela atual gestão municipal, a partir de uma concepção de planejamento compartilhado, atendendo anseios da sociedade, resgatando e modernizando os instrumentos institucionais de planejamento e gestão, de administração de recursos humanos, de finanças públicas, de política social, de mobilidade e acessibilidade, de segurança cidadã, de saúde pública, de gestão ambiental, de tecnologia da informação, da gestão regional e, fundamentalmente, de educação e cultura. No âmbito do aperfeiçoamento da gestão, já podem ser destacadas a criação do COGERFFOR e a implantação do MappFor.

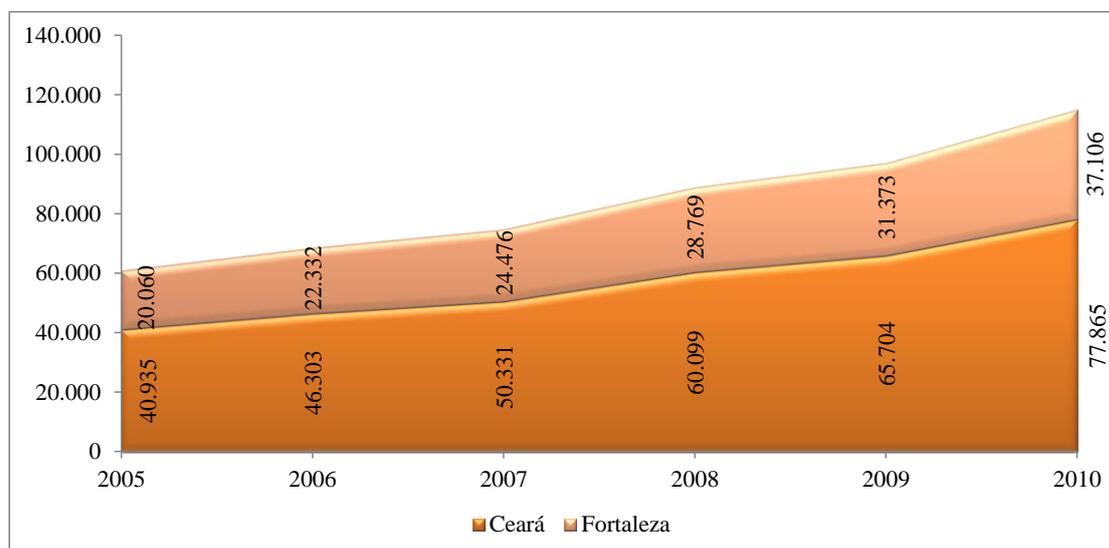
Diante da importância do Plano Plurianual, como instrumento de consolidação das ações voltadas para o desenvolvimento municipal e para a universalização e melhoria da qualidade dos serviços básicos prestados, importa destacar que o último ano do PPA 2014-2017 servirá de base para a continuidade de propósitos e linhas de gestão comprometidos com a tarefa de renovar Fortaleza.

1. AVALIAÇÃO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS DO PLANO PLURIANUAL 2010-2013

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, o PPA é regido pela Constituição Federal de 1988, **em seu artigo 165, inciso I**, que o considera instrumento normativo para que os entes municipais materializem o planejamento de seus programas e ações governamentais. E ainda determinando a compatibilidade entre os três instrumentos de planejamento orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Observando o cenário macroeconômico municipal, verifica-se que Fortaleza lidera, em economia dos 184 municipais do Ceará. Sua importância ganhou nível nacional, quando em 2010 se tornou a maior economia dentre as capitais do Nordeste, a oitava dentre as capitais brasileiras e a nona economia dentre os 5.565 municípios do país. Em 2010, sua economia gerou um PIB a preços de mercado de R\$ 37,1 bilhões, o que resultou num PIB *per capita* de R\$ 15.161, o que representa a divisão da renda pela população residente, que no mesmo ano era de 2,4 milhões de habitantes, a segunda maior população do Nordeste. O Gráfico 1 mostra uma série do Produto Interno Bruto (PIB) de Fortaleza e do Ceará.

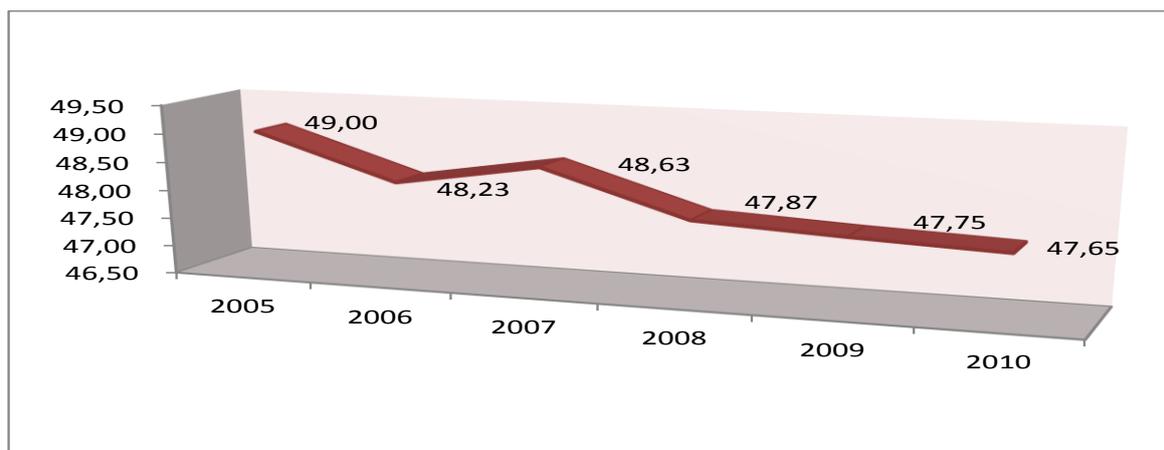
Gráfico 1 – Valores correntes do PIB – Ceará e Fortaleza – 2005-2010



Fonte: IPECE e IBGE.

O Gráfico 2 mostra a importância da economia de Fortaleza na economia do Estado. Muito embora se perceba a tendência de redução dessa dependência, ainda, é muito significativa, de 47,65%, em 2010, último dado disponível.

Gráfico 2 - Participação (%) da economia de Fortaleza sobre a economia cearense 2005-2010



Fonte: IPECE e IBGE.

Fortaleza também é soberana sobre as economias dos municípios que participam de sua Região Metropolitana, como está evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 - Indicadores econômicos segundo o PIB a preços de mercado e PIB per capita RMF – 2010

Municípios	PIB	PIB <i>per capita</i>
	R\$ mil	R\$
Fortaleza	37.106.309	15.161
Maracanaú	4.100.336	19.549
Caucaia	2.597.520	7.999
Eusébio	1.271.649	27.616
São Gonçalo do	1.117.611	25.431
Horizonte	995.679	18.053
Maranguape	753.273	6.671
Aquiraz	682.571	9.395
Pacatuba	554.878	7.680
Pacajus	514.524	8.319
Cascavel	447.137	6.762
Itaitinga	183.012	5.107
Guaiúba	100.646	4.178
Chorozinho	90.323	4.774
Pindoretama	90.237	4.828
RMF	50.605.704	14.017
Ceará	77.865.415	9.217
RMF/CE	64,99	152,07

Fonte: IPECE e IBGE.

Os dados da Tabela 2 apontam que em Fortaleza foram gerados R\$ 37,1 bilhões pelos três setores que dão sustentáculos a sua economia, sendo destaque o setor de Serviços, que responde por 78,62%, seguido da Indústria, com uma participação de 21,27% e a Agropecuária, com uma

contribuição mínima de 0,11%, em 2010. A economia da Capital é preponderantemente urbana e composta por diversos serviços.

Tabela 2 - Indicadores macroeconômicos - Fortaleza - 2005-2010

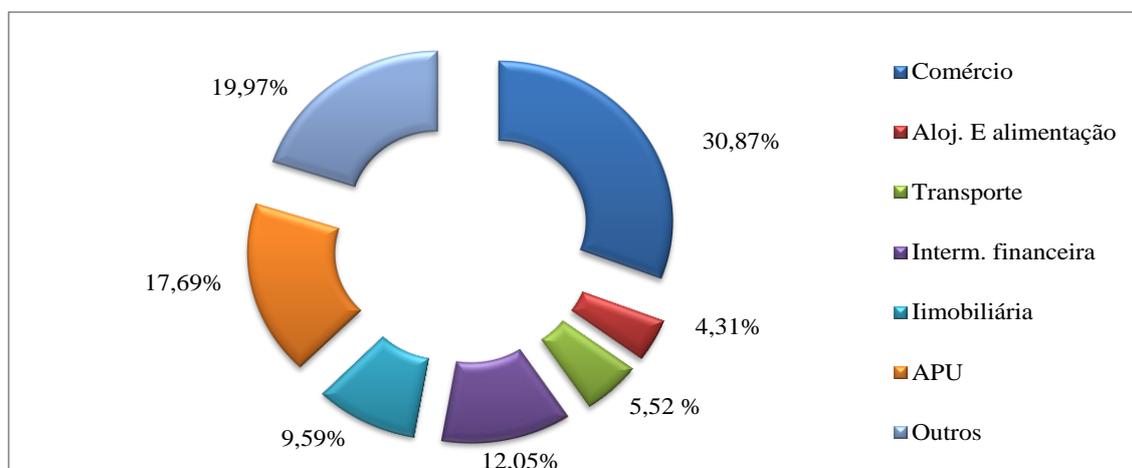
Anos	Agro.	Ind.	Ser.	APU/Ser.	APU/VA	PIB (R\$ mil)	PIB pc (R\$)
2005	0,17	18,74	81,09	16,60	13,46	20.060.099	8.447
2006	0,20	20,13	79,67	17,99	14,33	22.331.722	9.240
2007	0,18	20,25	79,57	17,39	13,84	24.476.378	10.067
2008	0,19	20,99	78,82	18,36	14,47	28.769.259	11.630
2009	0,13	22,24	77,63	18,61	14,45	31.373.473	12.522
2010	0,11	21,27	78,62	17,69	13,91	37.106.309	15.161

Fonte: IPECE e IBGE.

Especificando o setor de Serviços, o Comércio é a atividade com maior participação, com 30,8%. Na categoria Comércio os shoppings centers estão em pleno crescimento. Estes estabelecimentos além de atender ao público e lojistas cearenses, também abastecem as regiões Norte e Nordeste do país. Segundo dados da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping no Ceará, os shoppings em Fortaleza têm crescido acima da média nacional (20%). Vale ressaltar que estão previstos ou já em fase de construção sete novos shoppings em Fortaleza, além da expansão de um já existente.

Nessa composição, se destaca a atividade da Administração Pública (APU) como uma atividade integrante do setor de Serviços, muito importante para a composição do PIB de municípios com menor atividade econômica. Mas também pode compor as economias onde preponderam os Serviços e que sejam economicamente mais dinâmicos. No caso de Fortaleza que tem uma economia mais dinâmica, a APU tem participação ativa, mas compartilhada com outras atividades, como o Comércio, Alojamento e alimentação, imobiliária, atividade Financeira e outras. Como é o caso da economia de Fortaleza, que tem a seguinte composição:

Gráfico 3 – Participação (%) de atividades selecionadas no setor de Serviços Fortaleza – 2010



Fonte: IPECE e IBGE.

Os principais indicadores macroeconômicos que nortearam a elaboração do PPA 2010-2013 foram o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Produto Interno Bruto do País (PIB). Estes são dois indicadores oficiais, elaborados e divulgados diretamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Entretanto, quando se está trabalhando especificamente com estimativas, ou seja, projeções de futuro, a fonte de informações é o Banco Central do Brasil. Assim, as estimativas utilizadas quando da elaboração do PPA são as estimativas oficiais extraídas do Sistema de Expectativas de Mercado do BACEN.

O valor utilizado como projeção para o IPCA foi de 4,35% e a estimativa de crescimento do PIB foi de 4,15%; os valores efetivos divergiram do estimado como pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 1 – Variáveis Macroeconômicas Nacionais

ANO 2012 IPCA (%)		ANO 2012 PIB (%)	
Estimado	Efetivo	Estimado	Efetivo
4,35	5,84	4,15	0,90

Fonte: BACEN e IBGE

No caso do PIB, o tímido crescimento de 0,90% está relacionado em grande parte aos fracos desempenhos dos setores da agropecuária (-2,3%), industrial (-0,8%) e a expansão dos serviços (1,7%) Na agropecuária, a redução em volume do valor adicionado de -2,3% foi ocasionado pelo baixo desempenho da pecuária e principalmente a queda da produção anual e perda da produtividade de várias culturas importantes da lavoura do Brasil.

No setor industrial, a indústria de transformação teve um desempenho negativo de 2,5% em relação ao ano anterior acompanhado também queda de -1,1% na indústria extrativa mineral.

Dos três grandes setores, o de serviços foi o único a apresentar desempenho positivo com uma taxa de crescimento de 1,7%. No setor de serviços merecem destaque os serviços de informação (2,9%), administração, saúde e educação pública (2,8%), outros serviços (1,8%), serviços imobiliários e aluguel (1,3%) e comércio (1%).

O IPCA efetivo, calculado pelo IBGE, apresentou uma diferença de 1,49% para a mais do estimado. Dos nove grupos que formam a IPCA, despesas pessoais (10,17%), alimentação e bebidas (9,86%) e educação (7,78%) foram os que tiveram maior variação em relação ao ano de 2011. As menores variações ficaram por conta de transportes (0,48%), comunicação (0,77%) e artigos de residência (0,84%).

Despesas pessoais teve comportamento influenciado de forma mais intensiva pelas despesas de cigarro (25,48%), excursão (15,25%), empregado doméstico (12,73%) e manicure (11,73%).

Alimentação e bebidas, grupo que detém a maior parte do orçamento das famílias, foi pressionado principalmente pela despesa alimentação fora do domicílio que atingiu 9,51% em 2012.

No caso da educação, o maior peso ficou por conta do aumento das mensalidades dos cursos. Nos cursos regulares (creches, infantil, fundamental, médio, superior e pós) o aumento das mensalidade foi de 8,35%. Os cursos diversos (informática, idioma, preparatório) tiveram um aumento de mensalidade da ordem de 9,67%

Analisando as menores variações, os transportes tiveram forte influência da queda do IPI que reduziu em 5,71% o preço dos automóveis novos. Seguindo o comportamento dos preços dos

autos novos, os automóveis usados tiveram uma redução de preço de 10,68%. Outra despesa de extrema importância que teve redução de preço foram os combustíveis com uma redução de - 0,72%.

Nos grupos comunicação e artigos de residência, os maiores destaques foram as contas de telefonia fixa que ficaram mais baratas em 1,59%, a que de preços de televisão (13,25%), microcomputador (5,17%) e refrigerador (2,28%). A tabela 3 abaixo mostra o comportamento do IPCA e dos grupos de despesas para 2011 e 2012.

Tabela 3 – Grupos de Despesas do IPCA

GRUPO	Variação (%)	
	2011	2012
IPCA	6,50	5,84
Alimentação e Bebidas	7,18	9,86
Habitação	6,75	6,79
Artigos de Residência	0,00	0,84
Vestuário	8,27	5,79
Transportes	6,05	0,48
Saúde e Cuidados Pessoais	6,32	5,95
Despesas Pessoais	8,61	10,17
Educação	8,06	7,78
Comunicação	1,52	0,77

Fonte: IBGE

O exposto acima explica e justifica as diferenças verificadas entre os valores projetados/estimados pelo **Sistema de Expectativas de Mercado do BACEN** para o comportamento do PIB e do IPCA e os valores efetivos desses indicadores registrados pelo **IBGE** no ano de 2012.

2. ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS - 2012

O orçamento por desempenho (PPA) permite a alocação de recursos baseada em metas e nos objetivos dos programas subsidiados por indicadores ou medidas de eficiência e efetividade, no âmbito de um sistema de *accountability* dos gestores que premia os bons resultados e puna os resultados ruins (Cavalcante, 2010).

A avaliação de programa é um conjunto de métodos, habilidades e sensibilidades necessárias para determinar se o serviço é necessário e útil, se é suficientemente capaz de atingir o objetivo identificado, se o serviço é ofertado conforme planejado, e se o serviço de verdade ajuda às pessoas que precisam dele num custo razoável sem efeitos colaterais indesejáveis. (Posavac e Carey, 1992:1 em Cavalcante op.cit).

A avaliação de programas governamentais, em sua definição mais tradicional, traduz-se pelo ato de atribuir valor ou mérito a determinado programa ou ação, com base em critérios prévia e consensualmente definidos.

Justamente neste ponto residiu a dificuldade de fazer a presente análise qualitativa do PPA 2010-2013, referente ao exercício de 2012, no cumprimento do dever legal do Executivo junto ao Legislativo municipal.

A ausência de indicadores dos programas analisados, bem como a falta de registros dos resultados alcançados através da sistemática de monitoramento e avaliação da programação ofertada pelo PPA 2010-2013, dificultou a análise da pertinência, da convergência e da suficiência dos programas alocados nos 14 macro-objetivos dimensionados estrategicamente naquele plano.

Dessa forma, a partir das informações coletadas diretamente nos órgãos responsáveis pela execução dos programas, foi realizada uma análise de cada um dos 14 macro-objetivos com seus respectivos programas abordando de forma sucinta os resultados alcançados mas permitindo identificar alguns desafios e sugestões visando subsidiar a formulação do PPA 2014-2017, bem como sua avaliação e monitoramento.

2.1. Macro-Objetivo 1: Democratização da Gestão Pública

Programa Educação, Política e Cidadania e Programa Orçamento Participativo

A Coordenadoria de Participação Popular (CPP) foi criada considerando a necessária modernização do Estado por meio da criação e fortalecimento de instrumentos de participação da sociedade na elaboração e fiscalização de políticas públicas. Dentre suas inúmeras ações, destaca-se o trabalho em torno do Orçamento Participativo, desde sua preparação até a fiscalização da execução das ações selecionadas.

Tabela 4 - Orçamento Participativo - Eixos, Ações e Atividades

1	Orçamento Participativo			
Item	Eixo - Ação - Atividade	Ação realizada?	Período de realização	Quantidade de participantes
1.1	Reuniões Comunitárias/Preparatórias			
	Metas para 2012: Fazer reuniões em todas as Áreas da Participação (agrupamento de bairros) da cidade, no mínimo.	Sim	Março a junho de 2012	2.502
1.2	Assembleias – Eletivas\Decisivas – Território\Segmentos\OPCA			
	Metas para 2012: Realizar 39 assembleias eletivas	Sim	Abril a julho de 2012	5.238
	Metas para 2012: Realizar 26 assembleias decisivas	Sim	Novembro e dezembro de 2012	7.172
1.3	Análise das propostas e Confecção da LOA 2013			
	Metas para 2012: Fazer processo de discussão da distribuição dos recursos orçamentários com a participação do Conselho do Orçamento Participativo; Concluir a organização orçamentária e análise das propostas vinte dias antes do início das assembleias decisivas.	Sim	Julho a agosto de 2012	Todos os órgãos e Secretarias envolvidos no processo
1.4	Fóruns de Delegados\as			
	Metas para 2012: Garantir os Fóruns enquanto espaços formativos e, ao mesmo tempo, de acompanhamento e fiscalização das demandas do OP.; Fazer formações permanentes e fortalecer o processo formativo de temas centrais, como os que envolvem questões acerca dos segmentos sociais, aproveitando, por exemplo, o calendário de luta dos Direitos Humanos; Garantir ferramentas que possibilitem uma melhor atuação das coordenações dos fóruns;	Sim	Fevereiro a Dezembro de 2012 (atividade mensal)	Média de 300 participantes, por mês (soma de participantes dos seis fóruns regionais da cidade)
1.5	Conselho do Orçamento Participativo			

<p>Diretrizes e Metas para 2012: Possibilitar o empoderamento político acerca dos assuntos da cidade; Discutir e acompanhar a execução orçamentária; Qualificar a discussão política e de regulamentação do OP; Espaço de fortalecimento da ideia de Conselho Municipal; Acompanhar a dinâmica orçamentária da cidade; Discutir quanto do orçamento de cada Secretaria será destinado ao OP, antes da realização das assembleias decisivas.</p>	<p>Sim</p>	<p>Fevereiro a Dezembro de 2012 (atividade mensal)</p>	<p>Média de 50 participantes, por mês</p>	
<p>1.6 Caravanas de Fiscalização</p>				
<p>Diretrizes e Metas para 2012: Empoderamento das ações do OP, sensibilização dos delegados/as, visibilidade e acompanhamento da execução das demandas e do OP; Momento de formação; Estimular funcionalidade ao delegado/a; Possibilitar que os delegados/as conheçam melhor as demandas e a forma como são executadas; Motivar que eles/as sejam interlocutores das informações nas comunidades; Realizar uma Caravana Municipal e outra Regional, nessa ordem.</p>	<p>Sim, realizada duas Caravanas de Fiscalização</p>	<p>Caravana 1: Maio Caravana 2: Julho</p>	<p>Caravana 1 (municipal): 500 pessoas / Caravana 2 (regionais): 600 pessoas (total)</p>	
<p>1.7 GT da Participação</p>				
<p>Diretrizes e Metas para 2012: Garantir maior eficiência ao acompanhamento e celeridade na execução de demandas do OP; Possibilitar transparência e segurança nas informações para a Gestão e para a população.</p>	<p>Sim</p>	<p>Fevereiro a Dezembro de 2012 (atividade mensal)</p>	<p>Média de 40 participantes, por mês</p>	
<p>1.8 Atividades de formação</p>				
<p>1.8.1</p>	<p>Formação continuada da equipe (mensal)</p>	<p>Sim</p>	<p>Fevereiro a Dezembro de 2012 (atividade mensal)</p>	<p>Média de 40 participantes, por mês</p>
<p>1.8.2</p>	<p>Encontro Municipal de Delegados(as) (semestral)</p>	<p>Sim</p>	<p>Março e Julho de 2012</p>	<p>Média de 200 participantes, por atividade</p>
<p>1.8.3</p>	<p>Curso de Formação em Políticas Públicas</p>	<p>Sim</p>	<p>Maio a setembro de 2012</p>	<p>150 participantes</p>

1.8.4	Acompanhamento das plenárias mensais dos Conselhos Municipais	Sim	Atividade permanente	
-------	---	-----	----------------------	--

Resultados Alcançados:

Assembléias Eletivas: Primeira etapa de assembléias do OP, que funcionam enquanto audiências públicas. A população é mobilizada a apresentar e priorizar as propostas a serem analisadas pela Prefeitura.

No ano de 2012, aconteceram, territorialmente, em 27 áreas da cidade, abrangendo todas as regionais e bairros. Há, ainda, uma assembléia com cada um dos seis segmentos sociais.

Assembléias Decisivas: Segunda etapa de assembléias do OP. O objetivo dessas assembleias consiste em decidir as propostas classificadas na primeira etapa e devidamente avaliadas pela Prefeitura, tendo como base o custo de cada uma e orçamento previsto para o ano posterior.

Acompanhamento de demandas e fiscalização: Ao longo do ano aconteceram atividades de deliberação e formação que visam dar suporte ao exercício do controle social por parte dos delegados e delegadas.

Pelo quadro abaixo se verifica a redução da participação nos dois últimos anos. O total de participantes de 12.410 representa uma queda de cerca de 36% em relação a 2011, Por outro lado, não se pode inferir uma existência de uma tendência visto o período muito curto dessa ocorrência.

A Tabela abaixo apresenta o conjunto de ações e participantes para o Orçamento Participativo em **2012**.

Tabela 5 - Orçamento Participante: Quantidade de participantes por ano

Ano	Quantidade
2005	6.564
2006	24.563
2007	24.954
2008	29.862
2009	13.803
2010	25.770
2011	19.482
2012	12.410
Total	157.408

Tabela 6 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: NÚMEROS DE PARTICIPANTES 2012

ASSEMBLEIAS TERRITORIAIS									
Regional	Ciclo Eletivo				Ciclo Decisivo				
	PARTICIPANTES			Propostas Priorizadas	PARTICIPANTES			Demandas aprovadas	Delegados e Delegadas
	Reunião Preparatória	Assembleias Eletivas	Total		Reunião Preparatória	Assembleias Decisivas	Total		
1	415	524	939	33	148	519	667	18	33
2	292	259	551	17	32	266	298	9	25
3	338	635	973	42	74	568	642	22	54
4	225	450	675	28	144	477	621	14	27
5	162	828	990	66	145	608	753	22	61
6	256	1.005	1.261	65		591	591	30	46
TOTAL	1.688	3.701	5.389	251	543	3.029	3.572	115	246
ASSEMBLEIAS DOS SEGMENTOS SOCIAIS									
Mulheres	88	165	253	12		100	100	6	5
LGBTT	13	170	183	11		53	53	5	2
População Negra	14	47	61	3		45	45	2	2
Juventude	47	65	112	4		234	234	1	8
Pessoas com Deficiência	0	119	119	8		30	30	4	1
Idosos(as)	46	137	183	10	18	61	79	4	3
TOTAL	208	703	911	48	18	523	541	22	21
ASSEMBLEIAS DO OP CRIANÇA E ADOLESCENTE									
1	56	104	160	6	0	52	52	2	2
2	113	252	365	16	70	110	180	5	5
3	263	108	371	7	97	139	236	5	6
4	0	99	99	6		83	83	4	4
5	31	99	130	6		63	63	3	3
6	143	172	315	11		110	110	6	2
TOTAL	606	834	1440	52		557	557	25	22
TOTAL GERAL	2.502	5.238	7.740	351	561	4.109	4.670	162	289
TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES 2012: 12.410									

Em linhas gerais, o processo de orçamento participativo no que pese os números apresentados de participação da população e o aparato legal-institucional dado, não dispõe de elementos para avaliar a eficácia da participação, de forma interferir nas definições das ações e metas e na efetividade dos programas, inclusive não havendo dados da quantidade de demandas incorporadas.

2.2. Macro-Objetivo 2: Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho

Órgão: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Programa Geração de Emprego e Renda (0044): objetiva ampliar as oportunidades de trabalho e renda em segmentos econômicos com dificuldade de acesso ao crédito e a capacidade profissional.

Resultados Alcançados: No projeto PAC foram realizados 14.662 empréstimos totalizando R\$ 11.970.229,43; no projeto Credjovem 218 jovens foram atendidos e financiados 340 empreendimentos; no projeto Artesanato Competitivo foram efetuadas 102 inscrições de artesãos com realização de duas exposições; no projeto 3ª Mostra de Economia Solidária 210 produtores foram beneficiados; no projeto Escola de Economia Solidária foram capacitadas 300 pessoas e acompanhados 80 empreendimentos econômicos solidários. Os programas de empréstimos, alternativas de emprego, qualificação/capacitação Profissional e intermediação de mão de obra foram em geral, bem sucedidos. As pesquisas geraram informação qualitativa relevante.

Desafios: propor mecanismos de monitoramento e avaliação sistemáticos com ênfase a definição de indicadores de efetividade.

Programa de Qualificação Profissional (0043): objetiva aumentar a empregabilidade reduzindo os riscos de desemprego e subemprego e elevar a renda.

Resultados Alcançados: Formação e qualificação de 1.632 jovens e alunos egressos da escola pública de Fortaleza; ações de qualificação social e profissional beneficiando 747 trabalhadores (ras) com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; 3.000 pessoas beneficiadas com estratégias de políticas públicas de combate à exclusão social.

Programa Incentivo ao Desenvolvimento e Expansão da Base Econômica (0021): objetiva estimular investimentos direcionados para exploração de atividades nas quais o Município é mais vocacionado e que são identificados como estratégicas para induzir processos de desenvolvimento.

Resultados Alcançados: não apresentou resultados em 2012.

Programa de Adoção de Tecnologias Destinada à Inovação e Modernização Empresarial (122): objetiva promover benefícios de transferência e de modernização tecnológica, notadamente para o segmento de pequenas empresas, com a finalidade de facilitar o acesso a formas de gestão e a processos de produção que assegurem sustentabilidade e a competitividade.

Resultados Alcançados: 03 faculdades foram qualificadas como parques tecnológicos, das quais duas foram qualificadas como parques culturais. Duas empresas foram beneficiadas com a redução tributária e 30 vagas de estágio geradas, sendo 20 já ocupadas.

2.3. Macro-Objetivo 3: Turismo e Esporte

Órgãos Responsáveis: Secretaria de Turismo de Fortaleza e Secretaria de Esporte e Lazer

Programa Desenvolvimento do Desporto Comunitário (0046): Objetiva contribuir com o desenvolvimento integral de pessoas da comunidade na perspectiva de formação da cidadania e melhoria das condições de existência por meio da prática desportiva e do lazer.

Resultados Alcançados:

Implantação do Projeto Atleta Cidadão: 4814 pessoas beneficiadas com 80,2% da meta alcançada.

O Projeto objetiva garantir e democratizar o acesso ao esporte lazer como direito social, sua disposição consiste em núcleos de esporte divididos em 14 modalidades oferecidos as comunidades. Atendendo 45 bairros e comunidades distribuídos em todas as regionais. O valor proposto na LOA em 2012 não atingiu o planejado no PPA.

Apoio As Entidades Esportivas: 21 entidades apoiadas. A ação consiste em dar apoio a entidades esportivas através de convênios. Como se pode observar, nunca fomos contemplados com o orçamento proposto no PPA, deixamos de apoiar muitas entidades por falta de recursos orçamentários e outras por não ter capacidade técnica e jurídica.

Programa Xadrez Educativo: não houve mobilização da gestão para realização do projeto.

Oferta de Esporte e Lazer

O Projeto Rua da Criança realizou 19 ações nos bairros de Fortaleza. A Capoeira foi um trabalho realizado através de núcleos de capoeira em áreas de vulnerabilidade social para enfrentar o crack. O PELC não foi realizado por não voltar resposta da prestação de contas do convenio anterior. Já em relação ao Esporte de Alto Rendimento, tinha no orçamento, mas não aconteceu nenhum projeto relacionado. O Esporte Educacional ficou preso aos tramites da burocracia e não ocorreu em 2012.

Desafios:

Ampliação dos núcleos, contratação de novos professores para o Projeto Atleta Cidadão.

Reformulação e implementação futura dos projetos, com orçamentos assegurados.

Apoiar as entidades esportivas e assim fomentar o esporte e lazer.

Manutenção do Ginásio Paulo Sarasate: a manutenção tem sido feita dentro do que tem sido ofertado a esta Secretaria. Conseguir chegar ao proposto no PPA seria o ideal para melhorar os serviços dentro da Secretaria já que a mesma funciona dentro do Ginásio Paulo Sarasate

Manutenção do Estádio Presidente Vargas: após a reinauguração do Estádio o custo de manutenção aumentou, como instalação de elevadores, placares eletrônicos e catracas eletrônicas entre outros. Como pode ser visto o valor foi acrescido na LOA 2012.

Propomos aumento no orçamento para manutenção do Estádio, pois o valor estabelecido ainda não contempla todas as despesas do Estádio para seu pleno funcionamento.

Programa Gestão Política de Turismo (59)- objetiva apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de turismo.

Ação 1364 – Não foi realizada a implantação de nenhum dos dois Bancos de Dados do Sistema de informações Turísticas.

Programa Desenvolvimento do Turismo (60) reforçar o potencial turístico do município, gerando renda, ocupação produtiva e atraindo investimentos complementares.

Resultados Alcançados:

Foram realizados 34 eventos Promotores de Desenvolvimento do Turismo dentre os 37 programados, tendo sido aplicados recursos no montante de R\$ 4.404.868,50. (Ação 1067)

Foram beneficiadas 650 pessoas com ação de educação e qualificação para o Turismo Cultural e Ambiental, alcançando apenas 8,9% do público alvo previsto que era de 7300 pessoas, enquanto foi utilizado 16,5% do recurso destinado à ação.

As ações referentes ao plano de enfrentamento à exploração sexual da criança e do adolescente ,a divulgação de ações de turismo da Secretaria de Turismo de Fortaleza e a implantação de dois Roteiros Integrados de Fortaleza ,que haviam sido previstas não foram executadas plenamente.

Programa Prodetur Nacional / Fortaleza / Copa 2014 (129)

Resultados Alcançados:

Foram realizados 3 estudos de impacto ambiental dentre os 8 estudos previstos na ação de Gestão Ambiental.

Foram realizados 2 planos e projetos no âmbito da ação de Fortalecimento Institucional, dentre os 15 previstos, com aplicação de apenas 0,55% dos recursos.

As ações de número 1495(roteiro turístico de desenvolvimento no âmbito da ação Estratégia do Produto Turístico); 1496 (obra de equipamento turístico na Praia do Futuro no âmbito da ação de Infraestrutura e Serviços Básicos)e 2327 (ações de marketing no âmbito da ação de Estratégia de Comercialização)não foram realizadas.

2.4. Macro-Objetivo 4: Meio Ambiente e Controle Urbano

Órgão: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

Programa Qualidade Ambiental (0027); Áreas de Interesse Ecológico (0041); Fortaleza Limpa e Bela (0066); Preservação da Fauna e da Flora; Revitalização de Arborização (0078); e Parque Urbano Temático (BIOPARQUE) (0079).

Resultados Alcançados: os resultados podem ser definidos como insuficientes, com a exceção do mapeamento arbóreo de Fortaleza e plantio e distribuição de 6.500 mudas para ações de Educação Ambiental.

Desafios:

Relevância de um Plano de Urbanismo, Meio Ambiente e Controle Urbano para Fortaleza; importância de formular um Plano de Monitoramento Estratégico que inclua temas tais como: coleta seletiva, educação ambiental, política verde para a cidade e adoção de parques.

2.5. Macro-Objetivo 5: Política Habitacional

Órgão Responsável: HABITAFOR

Programa Gestão da Política de Habitação (0025): Visa apoiar o planejamento, avaliação e o controle dos programas na área de habitação.

Resultados Alcançados:

Elaborado o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, cumprindo parcialmente a meta do Programa Gestão da Política de Habitação, tendo em vista a necessidade de aprovação de leis complementares

Desafios: Para entrada em vigor do referido Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS é necessário regulamentar o Plano Diretor.

Programa Morar Melhor (0080): Objetiva universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infraestrutura urbana para população em área de risco.

Resultados Alcançados:

Em 2012 foram construídas 80 unidades habitacionais no Planalto Pici, alcançando a meta de 560 unidades na gestão 2005-2012 .

Desafios: Isenção da taxa de pagamento do imóvel e regularização fundiária. Entrega do papel da casa às famílias.

Programa de Habitação de Fortaleza (0084): Objetiva contribuir para melhoria das condições de habitabilidade e de meio ambiente das populações e assentamentos espontâneos, através do financiamento habitacional para baixa renda via operações coletivas como crédito solidário, FINHIS e outros provenientes de programas do Ministério das Cidades.

Resultados alcançados:

Resultado parcialmente alcançado com larga escala de acesso aos financiamentos habitacionais via FNHIS, como por exemplo, Lagoa da Zeza, Açude João Lopes, Bárbara de Alencar, Projeto Curripão, Rosalina, Rosa Luxemburgo, Anita Garibaldi, Socorro Abreu.

Desafios: Retomada dos Programas de acesso à Habitação e entrega do papel das casas às famílias.

Casa Bela (0097): Objetiva financiar reformas e ampliação de residências de família de baixa renda.

Resultados Alcançados:

Previsão de 2000 melhorias habitacionais para o ano de 2012, sendo realizadas 500 melhorias habitacionais, correspondendo a 25% da meta prevista.

Desafios: Isenção da taxa de pagamento do imóvel e regularização fundiária para Programa de Melhoria Habitacional

Desenvolvimento de Equipamentos Sociais (0085): Objetiva manter conservados os equipamentos sociais dos mutirões habitacionais construídos com apoio do município.

Resultados Alcançados: 04 salões comunitários, 03 creches, 02 equipamentos de reciclagem. (meta alcançada).

Desafios: Previsão orçamentária para manutenção desde a concepção do projeto.

Programa Minha Casa, Minha Vida (0101): Objetiva assegurar o acesso às famílias de menor renda incluindo os servidores públicos municipais.

Resultados Alcançados: 15.000 cota Fortaleza, 856 unidades habitacionais entregues. Meta para os três próximos anos: 15.000 unidades habitacionais.

Desafios: Acelerar o programa através de estruturação e relação interinstitucional com órgãos envolvidos.

Programa Casa e Renda (0102): Objetiva a construção de habitação de interesse social e capacitação para geração de emprego e renda para população carente, preferencialmente mulheres em situação de risco.

Resultados Alcançados: 20 unidades habitacionais e 20 pontos comerciais entregues

Desafios: Inclusão do modelo Casa e Renda nas novas modalidades habitacionais.

Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Populares/PAC (0103): Garantir a regularização jurídica de todas as áreas de posse em assentamentos populares, dispensando real atenção, no que couber, as normas da lei nº 8.923, de 29 de dezembro de 2004, publicada no D.O.M. nº 12.986, também previsto na alínea “f” do art.4.

Resultado Alcançado: Termos de permissão de uso entregues aproximadamente 5.000 nos últimos 8 anos.

Desafios: Necessidade de ampliação e garantia de recursos. Entregar no ano de 2013 aproximadamente 1.000 Concessões de Direito Real de Uso devidamente averbados nos cartórios de registro de imóveis e para os três anos subsequentes há perspectiva de entrega de 8.000 concessões de Direito real de Uso (CDRU).

Programa de Urbanização de Assentamentos Subnormais/PAC (0105): Objetiva integrar assentamentos subnormais, universalizar serviços de saneamento básico, melhorar a infraestrutura urbana para população em assentamentos subnormais.

Resultados Alcançados: 2.202 unidades habitacionais entregues no Programa de Aceleração de Crescimento

Desafios: Ampliar e utilizar a metodologia desenvolvida neste programa nas demais intervenções

2.6. Macro-Objetivo 6: Educação

Órgão Responsável: Secretaria Municipal De Educação

A Tabela abaixo exprime, em termos percentuais, as metas físicas de AÇÕES realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em relação aquelas propostas, no âmbito de 2012.

Tabela 7 - Metas da Educação

Programa	Ação	Porcentagem das metas físicas Realizadas/Propostas
0014-Gestão de Políticas Públicas	2274- Formação inicial e continuada em regime presencial	280,00
0061- Educação de Jovens e	2078 -Manutenção da educação de	86,2

Adultos	jovens e adultos	
0014-Gestão de Políticas Públicas	2262 – Manutenção do transporte escolar	83,9
0058- Desenvolvimento da Educação Infantil	2151- Alimentação escolar- creche	77,00
0015 – Cursinho Popular	1120- Cursinhos populares	45,7
0014-Gestão de Políticas Públicas	2144-Formação docente nível superior, especialização, Mestrado e doutorado	42,8
0008 - Valorização do Servidor Público	2012 - Capacitação de servidores	29,00
0014-Gestão de Políticas Públicas	2155- Conveniamento com instituições de atendimento à Crianças com necessidade especial	16,00
0005 – Capacitação Servidor Público	2080- Capacitação de recursos humanos da educação	9,00
0099 – Melhoria da Qualidade da Rede Física das Escolas Públicas no ensino Fundamental e Pré-Escolar	1094 -Reforma, ampliação e equipamento de unidades Escolares	0,29
0002 – Apoio Administrativo	1109- Construção, ampliação e reforma de prédios públicos	0,00
0099 -Melhoria da Qualidade da Rede Física das Escolas Públicas no ensino Fundamental e Pré-Escolar	1169 – Programa de adequação de prédios escolares- PAPE	0,00
100 – Melhoria da rede física na educação infantil	1358 – Reforma de centro de educação infantil	0,00

Podem-se destacar, nitidamente, três subgrupos em função de suas performances:

- um primeiro, de maior eficiência, com resultados de bons a ótimo, acima de 75 % e atingindo um máximo isolado de **280%**;
- Um grupo intermediário, apresentando resultados medíocres, abaixo de 50%, com um resultado inferior - de 16% que pode ser considerado até mesmo como muito ruim;
- por fim, o grupo representando 5 ações, sendo uma abaixo de 10% e as demais apresentando resultado nulo.

Os dados fornecidos para avaliação não nos permite atribuir à gestão da Prefeitura, de forma generalizada, a responsabilidade de tais resultados, visto que fatores externos à gestão municipal podem, num caso ou noutro, ter interferido negativamente no processo.

2.7. Macro-Objetivo 7: Saúde

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

ATENÇÃO BÁSICA

Estratégia Saúde da Família

A Estratégia de Saúde da Família (ESF), no município de Fortaleza, apresenta-se como o principal eixo de reorganização da Atenção Básica, de acordo com os preceitos do SUS, uma vez que reorienta o processo de trabalho desenvolvido na rede de Atenção Primária com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

A Ampliação Da Cobertura Assistencial Da Estratégia Saúde Da Família Em Fortaleza

A partir de 2010, com o objetivo de ampliar a ESF e agregar os agentes comunitários a outras maneiras de organização da atenção básica, a Secretaria Municipal de Saúde implantou a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS).

QUADRO 2 – Número de servidores com suplementação de carga horária por Secretaria Executiva Regional dos servidores. Fortaleza, 2012.

SER	Nº de Enfermeiros	Nº de Dentistas
I	02	01
II	06	06
III	-	03
IV	02	01
V	08	06
VI	12	03
Total	30	20

Fonte: CAB/SMS

Com a adesão de enfermeiros e dentistas a ESF, houve a necessidade de (re)territorialização das equipes e Centros de Saúde da Família (CSF) onde estes profissionais estavam inseridos ou onde houvesse uma maior carência.

Quadro 3 – Distribuição do número de equipes da ESF e EACS por Secretaria Executiva Regional. Fortaleza, 2012.

SER	Nº de CSF	Nº de Equipes ESF	Nº de Equipes EACS	Total
I	13	37	20	57
II	11	26	21	47
III	16	37	29	66
IV	12	25	15	40
V	20	53	34	87
VI	20	60	38	98
Total	92*	238	157	395

Fonte: CAB/SMS

*O 92º Centro de Saúde da Família é o CSF Nossa Senhora Medianeira implantado e em funcionamento.

QUADRO 4 - Distribuição do número de profissionais das equipes da ESF e EACS por Secretaria Executiva Regional. Fortaleza, 2012.

SER	Nº de Médicos	Nº de Enfermeiros	Nº de Aux. Enfermagem	Nº de ACS	Nº de Dentistas	Nº ASB
I	37	57	47	451	46	31
II	26	47	41	227	46	34
III	37	66	65	457	60	45
IV	25	40	40	231	41	34
V	53	86	87	582	61	58
VI	60	98	92	534	76	63
Total	238	395	372	2482	330	265

Fonte: Secretarias Executivas Regionais / Secretaria Municipal de Saúde

Quadro 5 - Proporção de Cobertura Populacional estimada por Equipe de Saúde da Família e por Agentes Comunitários de Saúde. Fortaleza, 2012.

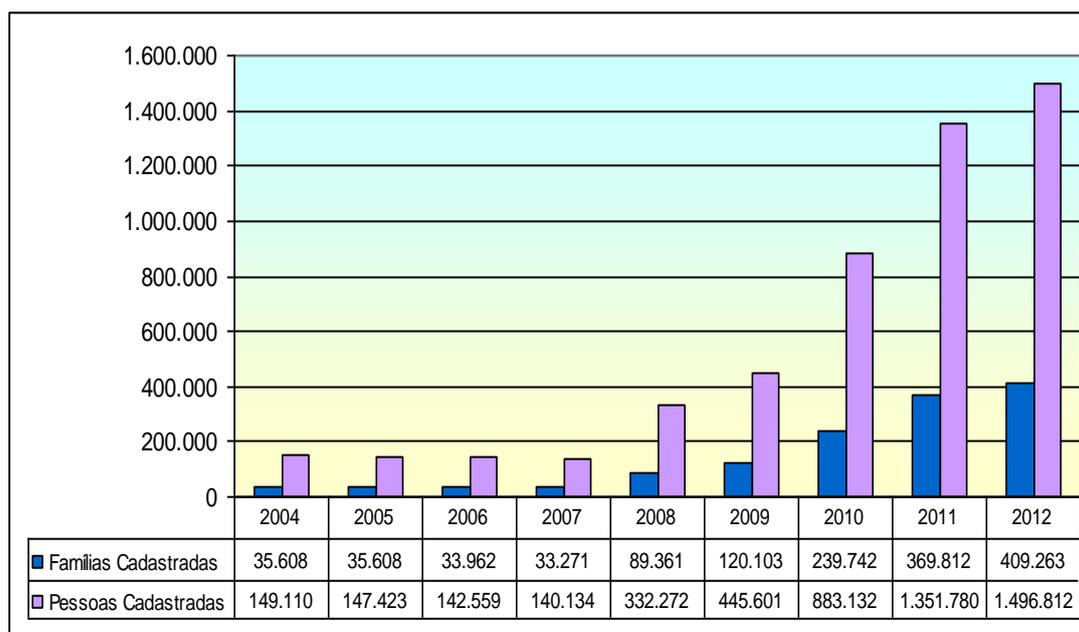
População Fortaleza	Nº Equipes de Saúde da Família	Proporção de Cobertura Populacional estimada por ESF	Nº de Agentes Comunitários de Saúde	Proporção de Cobertura Populacional estimada por ACS
2.452.185	238	33,48%	2.482	58,19%

Fonte: IBGE/SCNES

Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção Básica como Instrumento de Gestão

As equipes de Saúde da Família são responsáveis pela programação e implementação das atividades de atenção à saúde, de acordo com as necessidades de saúde da população, com a priorização de intervenções clínicas e sanitárias nos problemas de saúde segundo critérios de frequência, risco e vulnerabilidade.

Gráfico 4 - Série Histórica de Famílias e Pessoas Cadastradas no SIAB. Fortaleza, 2012.



Fonte: SIAB

A PRODUÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Com base no Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), apresentamos a seguir a produção dos principais serviços e atendimentos realizados pelos profissionais das equipes da Estratégia Saúde da Família, inseridas nos Centros de Saúde da Família de Fortaleza, até o mês de outubro de 2012.

Quadro 06 – Número de Famílias Estimadas e Número de Famílias Cadastradas no SIAB em 2012. Fortaleza, 2012.

População de Fortaleza	Nº de Famílias estimadas	Nº de Famílias cadastradas	Meta alcançada
2.452.185	667.176	409.263	61,34%

Fonte: SIAB/ IBGE

Quadro 7 - Número de atendimentos realizados pelas Equipes de Saúde da Família e Equipes de Agentes Comunitários de Saúde. Fortaleza, 2012.

Tipo de Atendimento	Nº de Atendimentos
Consultas Médicas	559.574
Consultas de Enfermagem	1.228.384
Atendimentos Odontológicos (Apenas Proc. Coletivos)	331.371
Atendimentos de Outros Profissionais de Nível Superior	105.775
Visitas Domiciliares	3.181.401
Educação em Saúde	13.971
Total	5.420.476

Fonte: SIAB

Quadro 8 - Série Histórica da Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família do período de 2007-2012. Fortaleza, 2012.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Proporção de população cadastrada pela ESF	16,92%	44,09%	43,53%	44,47%	38,04%	38,28%

Fonte: Ministério da Saúde/ DATASUS/Sispacto

Resultados Alcançados: Cadastro 100% das famílias adscritas às equipes da Estratégia Saúde da Família no SIAB

- **Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - Nasf**

O Ministério da Saúde através da Portaria GM Nº 154, de 24 de janeiro de 2008, criou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica, bem como sua resolubilidade, apoiando a inserção da Estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da Atenção Básica.

Quadro 09: Distribuição dos NASF por Secretaria Executiva Regional no período de 2009 - 2012. Fortaleza-CE, 2012.

SER	Nº de NASF 2009	Nº de NASF 2010	Nº de NASF 2011	Nº de NASF 2012
I	03	03	04	04
II	03	03	03	03
III	04	04	05	05
IV	03	03	03	03
V	07	07	07	07
VI	05	05	07	07
NASF PSR	--	--	01	--
Total	25	25	30	29

Fonte: CAB/SMS

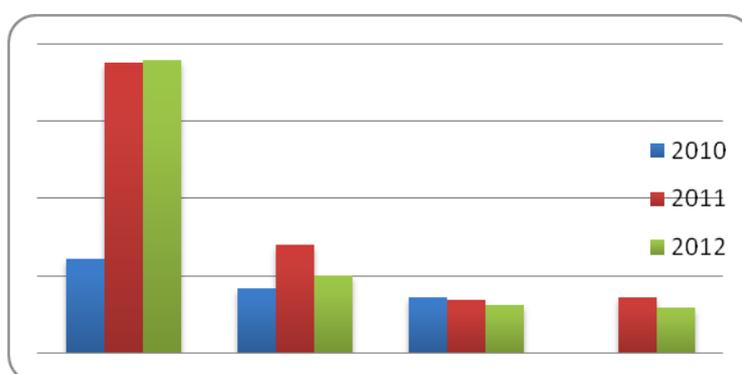
Quadro 10 - Distribuição das Categorias Profissionais dos Núcleos de Apoio Saúde da Família, no período 2009- 2012. Fortaleza-CE, 2012

Categoria Profissional	Nº de Profissionais Dez./ 2009	Nº de Profissionais de Dez./ 2010	Nº de Profissionais Dez./ 2011	Nº de Profissionais Set./ 2012
Assistente Social	24	27	27	26
Educador Físico	18	22	21	22
Fonoaudiólogo	14	15	16	14
Farmacêutico	13	13	13	13

Nutricionista	06	11	11	10
Psicólogo	15	19	19	16
Fisioterapeuta	49	59	59	56*
Terapeuta Ocupacional	19	25	25	22
Total	158	191	191	179

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS/SCNES

Gráfico 5 – Principais atividades realizadas pelas Equipes do NASF nos anos de 2010, 2011 e 2012. Fortaleza-CE, 2012.



Fonte: Consolidado Mensal das Atividades do NASF/ SMS

Quadro 11 – Principais atividades realizadas pelas Equipes do NASF de janeiro a setembro de 2012. Fortaleza-CE, 2012.

GRUPO DE ATIVIDADES	ATIVIDADES	TOTAL
Procedimentos/ Atendimentos Total: 38.031	Consulta/ Avaliação	21770
	Terapia Individual	4639
	Interconsulta	2687
	Prática Integrativa e	483
	Reabilitação Física	1850
	Outros	6602
Ações de Matriciamento Total: 5.942	Elaboração de PTS	154
	Discussão de Caso Clínico	1297
	Reunião com ESF	1340
	Atividade de Ed. Permanente	641
	Outros	2496
Atividades em Grupo Total: 10.075	Terapia de Grupo	1259
	Oficina	477
	Atividade Física/ Práticas	2077
	Atividade Educativa na	3107

	Atividade Educativa no CSF	3155
Visitas Domiciliares	Visita Domiciliar (sem PTS)	5510
	Visita Domiciliar (com PTS)	745

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

A Associação Peter Pan em parceria com o município de Fortaleza realizou o **Projeto Rede de Cuidados** direcionado para os profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e médicos que atuam junto a essas equipes.

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA-PSE

O Programa Saúde na Escola – PSE, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007 e regulamentado pela **PORTARIA Nº 1.860**, de 24 de setembro de 2008, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino público básico, no âmbito das escolas e unidades básicas de saúde, realizado pelas Equipes de Saúde da Família.

Quadro 12 – Distribuição do número de Escolas, Centros de Saúde da Família e equipes da ESF vinculadas ao PSE, por Secretaria Executiva Regional – SER, Fortaleza – CE, 2012.

SER	ESCOLAS	CSF	ESF
I	21	10	14
II	14	8	10
III	13	9	12
IV	18	9	13
V	48	19	33
VI	41	18	29
TOTAL	155	73	111

Fonte: SCNES/SIMEC

Quadro 13 – Distribuição do número de ações desenvolvidas pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família através do Programa Saúde na Escola- Fortaleza, 2012:

SER	Nº de participantes Avaliações clínicas psicossociais	Nº de participantes Ações promoção de saúde	Nº de participantes Ações saúde bucal
I	500	3.214	12.787
II	389	2.996	6.768
III	583	2.592	13.202
IV	168	473	511
V	2.559	18.549	16.492
VI	2.124	3.705	5.983
TOTAL	6.323	31.529	55.743

Com relação à implementação deste curso, foram selecionados 100 profissionais de saúde, 100 profissionais da educação e 100 alunos, de escolas e equipes vinculadas, objetivando que o aluno, após o curso, venha a atuar na sua escola como um multiplicador dos conteúdos, com o apoio do professor e do membro da equipe da ESF, estimulando assim o protagonismo juvenil, através da metodologia de educação entre pares. O curso teve duração de 03 (três) meses, se encerrando em agosto de 2012.

Quadro 14 - Distribuição do número de escolas da rede pública de ensino, de acordo com o número de alunos e equipes da Estratégia de Saúde da Família, participantes do PSE por Secretaria Executiva Regional - SER, Fortaleza, 2012.

SER	ESCOLAS MUNICIPAIS		ESCOLAS ESTADUAIS		ESF
	Nº escolas	Alunos cadastrados	Nº escolas	Alunos cadastrados	
I	17	8.094	04	1.984	14
II	9	4.216	03	1.443	10
III	11	5.500	02	1.000	12
IV	13	6.162	05	2.500	13
V	37	17.889	08	4.000	31
VI	37	18.129	04	2.000	25
TOTAL	124	59.990	26	10.927	105

Fonte: SIMEC

Resultados Alcançados:

Semana Saúde na Escola - O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação lançaram em 2012 a Semana de Mobilização da Saúde na Escola, que acontecerá anualmente com um tema de mobilização nacional.

PROGRAMA DE EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PROESF

O Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF) é uma iniciativa do Ministério da Saúde, viabilizada a partir de um acordo de empréstimo celebrado, em dezembro de 2003, com o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Este acordo pretendeu apoiar, por meio de transferência de recursos financeiros fundo a fundo, a expansão da

cobertura, qualificação e consolidação da Estratégia Saúde da Família nos municípios com população superior a 100 mil habitantes e de todos os Estados e o Distrito Federal.

- **A IMPLANTAÇÃO DO PROESF**

Segundo o Ministério da Saúde (2006), as equipes de saúde da família devem resolver cerca de 85% dos problemas de saúde da comunidade.

Quadro 15

Recurso Disponível para a 2ª etapa	
Recurso Utilizado (Adjudicado)	R\$ 0,00
Total a executar	R\$ 1.314.374,67
Saldo da 1ª Etapa	R\$ 481.574,67
Teto Financeiro - 2ª Etapa	R\$ 642.000,00
Bônus	R\$ 190.800,00

ATRIBUIÇÕES DO PROESF

- Oferecer o suporte técnico às equipes de Atenção Básica, complementando possíveis aspectos fragilizados na formação;
- Orientação de casos e/ou situações mais complexas; facilitação das relações interpessoais dentro da ESF, desta com a comunidade e outros setores da administração municipal;
- Acompanhamento dos processos de trabalho das ESF em todas suas etapas, avaliando e contribuindo para a solução dos problemas identificados.

Resultados Alcançados :

- Construção da matriz lógica de intervenção do PROESF.
- Sensibilização junto as ESF para adesão ao Programa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).
- Suporte técnico nos Centros de Saúde da Família (CSFs) de referências no atendimento da Dengue.
- Aplicação do instrumento de auto - avaliação para a melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (AMAQ).
- Aplicação do instrumento de avaliação dos indicadores de saúde do programa de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (PMAQ).
- Entrega de 225 banners de sala de situação dos indicadores do PMAQ / PROESF, com orientações de preenchimento.
- Condução e monitoramento do processo de trabalho das equipes com direcionamento das ações de acordo com o padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde.

ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E INTERMEDIÇÃO DA CO-GESTÃO PARTICIPATIVA

Desenvolvidas a partir da avaliação conjunta com as chefias dos Distritos de Saúde regionais:

- Realização de Oficinas de Acolhimento com Classificação de Risco junto às unidades de saúde.
- Reuniões com coordenações locais para discussão e re - ordenamento dos processos de trabalho das equipes e da qualidade dos serviços de saúde.
- Reunião com NASF e coordenações locais.
- Encontros temáticos nas regionais de saúde.
- Participação nas Rodas Locais de Gestão.
- Reuniões mensais com as chefias de atenção básica das regionais.
- Organização do cronograma de ações das Equipes de Saúde da Família
- Implantação de reuniões sistemáticas entre os membros das Equipes de Saúde da Família (ESF).
- Implantação do acolhimento com classificação de risco em algumas ESF
- Atualização sistemática do cadastro familiar
- Melhoria no planejamento e execução das ações das equipes de saúde da família.
- Melhoria dos registros das informações do sistema da atenção básica (SIAB)
- Melhoria da taxa de detecção de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)
- Aumento da Média de visitas domiciliares realizadas pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) por família cadastrada.
- Aumento da proporção de diabéticos e hipertensos acompanhados no domicílio.
- Aumento da proporção de gestantes acompanhadas no domicílio.

Resultados Alcançados:

- 173 equipes monitoradas mensalmente pelas equipes de articuladores de PROESF no ano de 2012
- 739 visitas realizadas

ÁREA TÉCNICA DE IMUNIZAÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações do Brasil é uma das mais bem sucedidas ações de prevenção e controle de doenças do mundo.

INTENSIFICAÇÃO DA VACINAÇÃO DE ROTINA E RESGATE DE DOSES (ACUMULADO NO MÊS)

Período: janeiro a outubro de 2012

População alvo: crianças menores de 1 ano de idade

Tabela 08 - Metas de Vacinação

SER	META	BCG 1ª DOSE	%	HEP B	%	CONTR A PÓLIO	%	TETRA VALENTE	%	VORH (90 %)	%	PNC 10V	%	MNG C	%
I	4.659	4.923	105,7	3.961	85,0	3.868	83,0	3.909	83,9	3.356	72,0	3.812	81,8	4.148	89,0
II	4.020	7.912	196,8	3.534	87,9	3.435	85,5	3.748	93,2	3.133	77,94	3.036	75,5	3.844	95,6
III	4.672	4.163	89,1	3.685	78,9	3.999	85,6	3.951	84,6	3.343	71,55	3.502	75,0	4.048	86,6
IV	3.437	3.371	98,1	2.695	78,4	2.711	78,9	2.710	78,8	2.265	65,9	2.547	74,1	2.917	84,8
V	6.953	7.554	108,6	7.006	100,8	6.966	100,2	6.893	99,1	5.904	84,9	6.665	95,9	7.168	103,1
VI	7.627	7.739	101,5	6.986	91,6	7.502	98,4	7.019	92,0	6.076	79,7	6.610	86,7	7.201	94,4
TOTAL	31.369	35.662	113,7	27.867	88,8	28.481	90,8	28.230	90,0	24.077	76,7	26.172	83,4	29.326	93,5

Fonte: SMS/CEVEPI - PNI/2012 – META: SINASC

ACÇÕES DESENVOLVIDAS PARA ALCANCE DA META NO EXERCÍCIO 2012

- A) Campanha contra Influenza: Período: maio / 2012
- B) Campanha contra a Paralisia Infantil: Período: Junho / 2012
- C) Campanha Nacional de Multivacinação: Período: Agosto / 2012
- D) Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal – Calendário Básico
- E) Curso de atualização em sala de vacinas.

ÁREA TÉCNICA DA SAÚDE DO IDOSO

O envelhecimento populacional não é mais uma realidade apenas de países ricos, é um fenômeno cada vez mais presente na realidade dos países em desenvolvimento, trazendo consigo a necessidade de se pensar meios de garantir as pessoas que chegam a “melhor idade” a manutenção de sua qualidade de vida.

Tabela 09 - Série Histórica – Internações de Idosos

CAUSA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Infarto agudo do miocárdio	366	395	410	448	360	728	1.063	1.121	910
AVC	269	370	486	362	298	557	851	964	771
Desnutrição	165	194	178	263	191	117	110	212	127
Diabetes	637	605	570	487	535	676	454	398	236
Pneumonia	891	854	677	757	920	1.196	1.002	1.187	798
Influenza	418	392	525	347	324	359	268	242	121
Causas externas	-	-	-	-	09	05	03	02	02
Fratura do Fêmur	295	351	314	360	334	469	396	349	333

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) TABNET/DATASUS

ÁREA TÉCNICA DA SAÚDE DA CRIANÇA

A infância é um período em que se desenvolve grande parte das potencialidades humanas. Os distúrbios que incidem nessa época são responsáveis por graves consequências para indivíduos e comunidades. O processo de crescimento e desenvolvimento é um aspecto marcante da infância e deve nortear a atenção à saúde da criança, de tal forma que a vigilância dos fatores que podem interferir nesse processo constitui a base da assistência. Busca-se manter o estado de saúde física e afetiva para que crescimento e o desenvolvimento possam ocorrer adequadamente

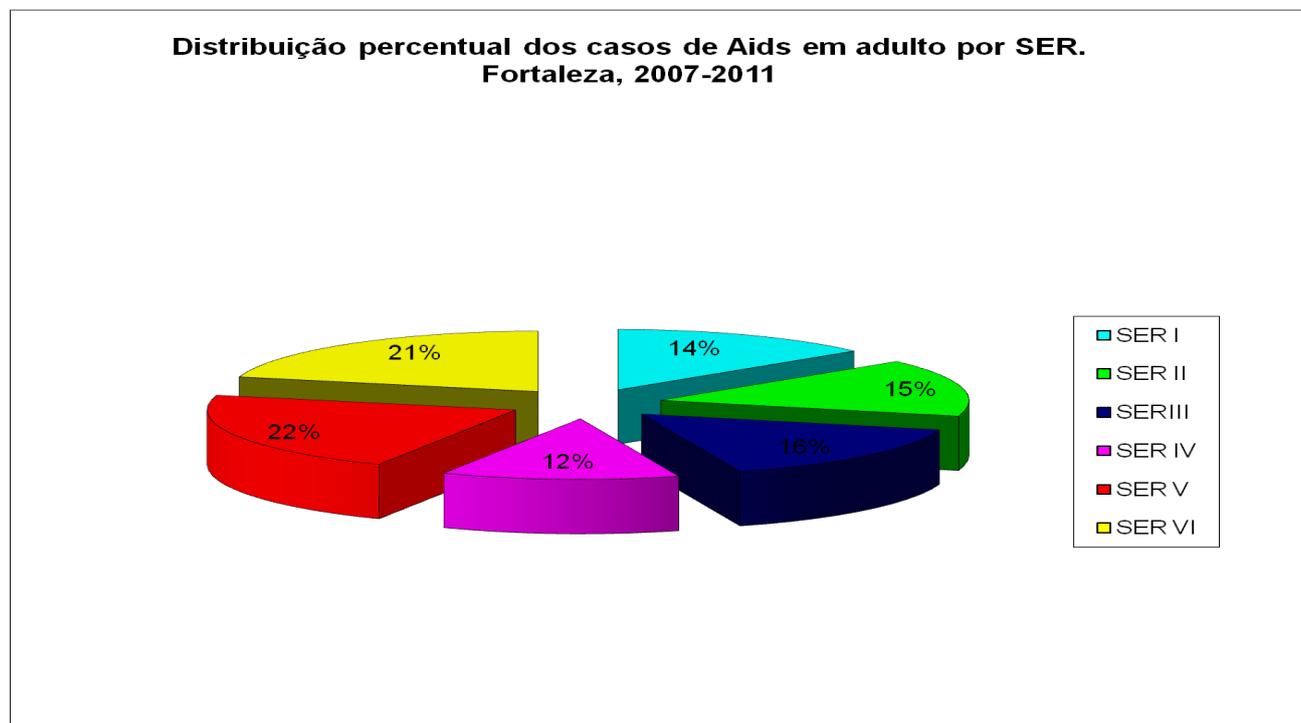
AÇÕES REALIZADAS EM 2012:

- Elaboração do Plano de Ação para Qualificação da Assistência pré-natal, parto e puerpério para redução da mortalidade materna e infantil.
- Revisão de todos as gestantes de cada área de abrangência das equipes da Estratégia Saúde da Família, com atualização das rotinas de supervisão do trabalho a cada ACS pelas equipes da ESF e ampliação das equipes das fichas B-Ges do SIAB;
- Implementação do Protocolo da Primeira Semana Saúde Integral da Criança em todos os CSF's da capital, com os objetivos de estabelecer referência para uma recepção humanizada na rede básica após a alta da maternidade, integrar e otimizar ações direcionadas à mãe e ao bebê, dentro da primeira semana de vida, avaliar o estado de saúde da mulher e do recém-nascido, identificar situações de risco ou intercorrências e conduzi-las, estabelecer precocemente o vínculo da família com a unidade de saúde mais próxima da residência, verificar preenchimento da Declaração de Nascido Vivo, preenchimento da Caderneta de Saúde da Criança, imunização, apoiar e orientar o AME, cuidados com o coto umbilical e cuidados de higiene, agendar a próxima consulta da mãe e do bebê, triagem neonatal;
- Vigilância do óbito infantil e neonatal com análise de todos os óbitos por Regional, visando subsidiar intervenções para redução da mortalidade nesta faixa etária;
- Realização de ações voltadas para prevenção de acidentes, maus tratos, violência, trabalho infantil pelas Equipes de Saúde da Família conforme plano Nacional e Municipal no Enfrentamento da Criança em situação de violência;
- Campanha de erradicação de sub-registro de nascimentos.
- Participação nos Encontros Nacionais de Coordenadores de Saúde da Criança dos Estados e Capitais;
- Participação na alimentação dos dados no Programa Prefeito Amigo da Criança;
- Participação na comissão de sub-registros de nascimento para elaboração do plano de execução para criação de núcleos de atendimento permanente a população que apresenta demanda de registro de nascimento.
- Monitoramento, através do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, e projetos desenvolvidos pelo Fundo Municipal.
- Participação na comissão de políticas públicas, para aprovação da resolução que institui medidas Sócio Educativas como ação continuada.
- Participação na Oficina para atendimento a Saúde do Adolescente nas Unidades Básicas de Saúde..

DST - HIV- AIDS

Considerando que atualmente, segundo o boletim epidemiológico de AIDS/2011 do Ministério da

Saúde, a epidemia de AIDS configura-se em ascensão no Nordeste Brasileiro, conseqüentemente, em Fortaleza os casos também estão aumentando (passando de 386 casos de aids em 2008 para 444 casos em 2011), portanto, é de fundamental importância o fortalecimento da Política Municipal de DST/Aids.



SAÚDE BUCAL

Foram também distribuídos para as escolas e demais espaços sociais cadastrados, 174.330 Kits de Saúde Bucal (escovas de dente, cremes dentais e fio dental).

Com relação à atenção secundária, os procedimentos realizados nos 02 CEOs municipais somam 13.362 (Fonte: SIA/SUS - dados de janeiro a setembro de 2012).

Em 2012 foi realizada seleção interna para o cadastro de servidores (Edital 02/2012- SMS) para atuar nas especialidades odontológicas, proporcionando a ampliação efetiva do funcionamento dos CEOs municipais no segundo turno e oficialização do atendimento odontológico especializado na Policlínica Nascente (SER IV) como referência municipal.

ATENÇÃO HOSPITALAR

- Ampliação dos Hospitais através do Programa Qualisus I (em andamento)
- Aquisição de equipamentos hospitalares – QUALISUS II.
- Ampliação da oferta de leitos na rede municipal própria.
- Implantado o Serviço de Ouvidoria nos 08 (oito) hospitais secundários da rede
- Implantada a Política Municipal de Humanização na rede hospitalar própria.
- Implantada Residência Médica em 02 hospitais secundários da rede .
- Empossados 196 médicos.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Ambulatorial

72% dos estabelecimentos da rede complementar (privada e filantrópica) encontram-se com contratos assinados ou habilitados (edital 01/2010; 02/2010 e 01/2011).

EAAC – Equipe de Auditoria, Avaliação e Controle

Em dezembro/2012 foi elaborado decreto que institui o Complexo Integrado de Regulação de Fortaleza (CIRF) e encaminhado ao Gabinete da Prefeitura para apreciação, aprovação e publicação no Diário Oficial do Município.

CRIFOR – Central de Regulação de Leitos de Fortaleza

Protocolo implantado em 2012 através da criação do componente Web FilaUTI. 100% das solicitações de internação em UTI são priorizadas mediante classificação de risco no FilaUTI e reguladas mediante autorização no SISREG.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SAMU

A área de Urgência e Emergência constitui-se em um importante componente da assistência à saúde. A crescente demanda por serviços nesta área nos últimos anos, devida ao crescimento do número de acidentes e da violência urbana e à insuficiente estruturação da rede são fatores que têm contribuído decisivamente para a sobrecarga de serviços de Urgência e Emergência disponibilizados para o atendimento da população. Isso tem transformado esta área numa das mais problemáticas do Sistema de Saúde.

Ações Estratégicas Descentralizadas

Atendimento com intervenção realizada pelos profissionais do SAMU 192 Fortaleza: suporte básico de vida (USB) e suporte avançado de vida (USA), mediante intervenções reguladas pela central de regulação médica das urgências.

Ações Estratégicas Centralizadas

Todos os festejos, eventos comemorativos ou aglomerações humanas, de caráter público ou privado, previamente comunicados à Central de Regulação Médica das Urgências (CRMU), foram estabelecidas as melhores estratégias de apoio, de maneira não-excludentes.

SAMU 192 – Ações de Impacto

- Renovação da frota (09 ambulâncias);
- Habilitação como SAMU Regional pelo Ministério da Saúde, como aumento do repasse ministerial no custeio mensal;
- Implantação do Rastreamento Veicular, inclusive Motolâncias com georeferenciamento dos apoios;
- Equipadas as 18 (dezoito) Unidades de Suporte Básico (Desfibrilador automático, oxímetro de pulso, glicosímetro e material de urgência);
- Equipadas as 04 (quatro) Unidades de Suporte Avançada (Cardioversor, Ventilador de urgência)
- Implantação do protocolo Máster das TARM'S (telefonista auxiliar de regulação médica do SAMU);

- Realizado Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES das 18 Unidades de Suporte Básico, das 04 Unidades de Suporte Avançado;
- Readequação dos apoios por regionais, e firmado convênio de Cooperação Técnica com o SESI PARANGABA nº002/2012;
- Regularização junto ao Conselho de Farmácia;
- Aquisição de fardamentos (Macacões) e Equipamentos Proteção Individual;

Acompanhamento dos custos com a manutenção das ações do SAMU:

Realizado acompanhamento mensal dos custos com (recursos humanos, manutenção e peças);

Ações e processos licitatórios em andamento:

- Convenio de Cooperação Técnica com o CIOPS;
- Aquisição de Medicamentos e Material Médico Hospitalar conforme 8666/03;
- Cobertura dos apoios conforme exigência da Auditoria do DENASUS 9684/2010;
- Manutenção da frota de veículos do SAMU 192 Fortaleza;
- Contratação para Revisão das Ambulâncias doadas pelo Ministério da Saúde em 06/12/12;

Transporte de Pacientes Estáveis

Considerando a Lei Municipal 8901/2004 que autoriza a criação do “Sistema de Transportes para Pacientes que necessitam fazer Hemodiálise, Quimioterapia e Radioterapia”;

SAÚDE MENTAL

A Rede Assistencial de Saúde Mental, durante o ano de 2012, teve como foco principal: a manutenção do bom funcionamento gerencial nos níveis local e regional, a estruturação de serviços importantes para o avanço da política municipal de saúde mental, o investimento em aspectos estruturais/físicos dos serviços, o investimento em educação permanente para a rede, a manutenção de elementos artísticos no processo de efetivação da reinserção social dos usuários e a consolidação desta rede nas diversas políticas públicas da gestão municipal.

VIGILÂNCIAS EM SAÚDE

A Célula de Vigilância Ambiental de Risco Biológico, da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza (SMS), é responsável pelas ações de controle e prevenção das doenças transmitidas por animais vertebrados (gatos, cachorros e roedores), ou invertebrados (insetos). Dentre as principais endemias e zoonoses trabalhadas, estão a dengue, doença de chagas, malária, raiva, leishmaniose visceral (calazar) e leptospirose.

PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DA DENGUE

Tabela 10 - Acompanhamento mensal de projetos

Programa	Projetos/Atividades	Unidade de	2010	2011	2012*
PMCD	Tratamento Focal	Visita	2.641.486	2.752.262	1.848.852
PMCD	Levantamento de índice	Pesquisa	458.480	349.147	126.070
PMCD	Tratamento Focal em PE's	Visita	59.555	47.311	42.161
PMCD	Tratamento Perifocal em	Visita	893	1.727	1.561
PMCD	Peixamento de Depósitos	Depósito	179	55	138
PMCD	Repeixamento de	Depósito	29.124	26.624	14.075
PMCD	Vedação de Caixa D'Água	Cx. D'Água	10.332	12.119	6.116
PMCD	Depósitos em locais de	Visita	28.684	25.680	20.554
PMCD	Coletas de pneus	Pneu	201.084	101.920	49.895
PMCD	Supervisão de Campo	Hora	133.817	114.629	91.656
PMCD	Batida de Foco	Visita	3.066	9.802	5.302

OBS: Dados parciais até o mês de novembro/2012.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – CELAF

De acordo com a Política Nacional de Medicamentos a Assistência Farmacêutica (AF) pode ser definida como: “Grupo de atividades relacionadas com o medicamento destinadas a apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade.

PROCESSOS DESENVOLVIDOS PARA ALCANÇAR AS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2010 - 2013

- Implementação do Fórum do Sistema Municipal Saúde Escola;
- Participação nas rodas de gestão dos Distritos de Saúde para discussão da Política de Educação Permanente;
- Reuniões, visitas aos hospitais do município para discussão da Política de Educação Permanente/ reorganização da regulação da modalidade de práticas de ensino;
- Encontros bimensais com os representantes do quadrilátero da Política Municipal de Saúde no Fórum do Sistema Municipal Saúde Escola;
- Encontros com as escolas técnicas conveniadas com a Secretaria Municipal Saúde;
- Rodas semanais com a equipe do Sistema Municipal Saúde Escola,
- Rodas ampliadas com os Núcleos Regionais de Educação Permanente/ assessores técnicos das regionais, hospitais, SAMU e CEMJA;
- Participação e discussão na Mesa Municipal de Negociação do SUS, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Comissão de Integração Ensino e Serviço da Macro Fortaleza e Estadual.
- Planejamento anual do SMSE com participação de toda equipe, envolvendo os preceptores dos Programas de Residências.

- Monitoramento trimestral do Planejamento do SMSE na roda do SMSE.

PROGRAMA EDUCAÇÃO PERMANENTE

RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

A Residência de Medicina de Família e Comunidade é uma das ações desenvolvidas pelo Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza. Em janeiro de 2013, será concluída a sexta turma do PRMFC, com a formação 11 residentes, totalizando 90 médicos de família e comunidade já formados pelo PRMFC de Fortaleza. Atualmente quatro residentes estão migrando do R1 para o R2 e concluirão o programa em fevereiro de 2014.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA ALCANCE DA META NO EXERCÍCIO 2012:

- Preceptoria 40 horas semanais (atendimento ambulatorial, visitas domiciliares, atividades comunitárias, atendimento em grupos, educação em saúde, rodas de gestão,) com 14 Médicos de Família e Comunidade, 01 Clínico Geral, 02 Ginecologistas e 04 Pediatras em 08 Centros de Saúde da Família (CSF) em 05 SER de Fortaleza.
- 384 seminários ou discursão de artigos científicos (04 por CSF/mês), realizados nos CSF na final do turno de atividades.
- 50 aulas teóricas de 3 horas de duração nas segundas-feiras a noite.
- 24 estudos de casos realizados nas sextas-feiras a tarde quinzenalmente.
- Capacitação de 40 horas em saúde da criança no formato AIDIPI para os residentes.
- Capacitação para os preceptores com curso de formação de preceptores com 80 horas em dois módulos de 40 horas.
- 24 reuniões de preceptores para educação permanente, avaliação e planejamento nas quintas-feiras a tarde quinzenalmente.
- 12 reuniões da COREME com receptores e residentes na quinta-feira tarde mensalmente.
- 52 reuniões (roda de gestão) com a coordenação do Sistema Municipal de Saúde Escola e colegiado.
- Participação no comitê gestor da SURCE – Seleção Unificada Residência Médica do Ceará.
- Avaliação trimestral dos residentes e especializandos, por meio de avaliação de desempenho prático e avaliação teórica semestral.
- Matriciamento do projeto pró-residência com visitas aos municípios de Mossoró-RN, Petrolina-PE e Maceió-Al; participação em vídeo conferencias com discussão de casos em parceria com a ESP-CE; Apoio e orientações a distancia (email e telefone); e capacitação dos preceptores das matriciadas com curso de formação de preceptores com 40h em Fortaleza e curso de formação de preceptores da SBMFC em cada município. Reuniões mensais com os seis preceptores mariciadores e técnico de Fortaleza.

PET SAÚDE

Ao todo em Fortaleza para o PET Saúde há 78 preceptores 23 cursos da área da saúde nas três IES e 25 Centros de Saúde da Família nas 06 Regionais (Quadros II, III e IV).

Resultados Alcançados

- Participação na elaboração e apresentação nas instâncias de pactuação do SUS (CIES Macro Fortaleza, Estadual, CMS, CESAU, CIB) dos projetos PET- SAÚDE das três Universidades;
- Realização de processo seletivo para preceptores da Rede Municipal, Estadual, Federal e Instituição Filantrópica que atuam nas unidades de saúde com projetos do PET- SAÚDE;
- Encontros do Colegiado Gestor do PET e PRÓ- Saúde de Fortaleza integrando as IES, Secretarias Executivas Regionais, Controle Social e o SMSE, com realização de reuniões periódicas para planejamento de ações conjuntas;
- Acompanhamento das atividades do PET- Saúde;
- Discussão sobre os projetos de pesquisa relacionados ao PET-Saúde das três IES envolvidas;
- Inclusão do PRO- Saúde III nas ações do Plano Pluri-Anual (PPA). Vale ressaltar que em virtude de mudança de gestão, a solicitação foi enviada por meio de CI à assessoria de planejamento em dezembro de 2012 para ser inserida em 2013;
- Encontros com as regionais e IES para discussão do orçamento do Pró- Saúde III;
- Realização de convênio com a UNIFOR quanto à execução orçamentária do PRO Saúde III;
- Participação em atividades relacionadas à reorientação da Formação profissional e Integração ensino e serviço das três Universidades.

PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

No ano de 2007 foi instituída cooperação e que conta, além da SMS – SMSE com parceiros brasileiros e internacionais como o Governo do Estado do Ceará- Secretaria Estadual de Saúde/ Escola de Saúde Pública do Ceará, a Prefeitura Municipal de Sobral- Secretaria da Saúde e Ação Social / Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (EFSFVS), o CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, o Consórcio Internacional de Desenvolvimento em Educação, CEGEP DE SAINTE FOY e CEGEP JOHN ABBOTT com o objetivo de fortalecer a capacidade do Estado do Ceará para planejar e gerir a formação dos trabalhadores em saúde, bem como a capacidade institucional das escolas de formação de SUS para ofertar programas de formação técnico-profissionais baseados em competências.

Embora pactuado nas instâncias colegiadas recursos para os cursos de Técnico de Apoio ao Acolhimento em Saúde (TAAS) e Técnico *em* Atendimento Pré-hospitalar (TAPH), ainda não foi liberado o recurso, dessa forma, não executado.

Resultados Alcançados:

Nova pactuação na CIES Macro Fortaleza, Estadual e Comissão Intergestora Bipartite (CIB) do recurso da Política Estadual de Educação Permanente.

PESQUISAS EM SAÚDE

O Sistema Municipal Saúde Escola a partir do final do segundo semestre de 2009 vem organizando e acompanhando as pesquisas realizadas nas Redes de Atenção do Município, com pactuação no Fórum do SMSE com as representações do quadrilátero da Política Municipal de Educação Permanente, com fluxo aprovado pelo colegiado.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR E VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL – CEREST

O CEREST Regional de Fortaleza tem sobre sua responsabilidade a implantação e implementação da Política de Saúde do Trabalhador no SUS em cinco Coordenadorias Regionais de Saúde (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 6ª) totalizando 37 municípios com população geral de 3.953.035 habitantes.

OUVIDORIA

A Ouvidoria recebe manifestações oriundas de atendimentos registrados no Sistema OuvidorSUS (SMS, SESA e DOGES), Processos da Promotoria e Processos Administrativos de Usuários (através do Protocolo).

Sistema Informatizado Ouvidor SUS

No ano de 2012 foram registrados 1.268 atendimentos no Sistema OuvidorSUS da SMS Fortaleza, sendo que os atendimentos de forma presencial representaram 1% do total de demandas, com atendimento via telefone de 28%, seguidos de 21% formulário web, 18% e-mail e 2% de carta.

HOSPITAL DA MULHER

Início de Funcionamento Parcial: julho/2012

Eixos centrais do modelo assistencial e de gestão do Hospital da Mulher:

- Integralidade da atenção.
- Fases importantes dos ciclos vitais.
- Garantia de direitos humanos das mulheres.
- Combate e enfrentamento da violência sexista de gênero, doméstica e sexual cometida contra as mulheres.

Finalidades para o Hospital da Mulher:

- Promoção da atenção integral à saúde da mulher em Fortaleza
- Propiciar e assegurar a universalidade da assistência (SUS);
- Desenvolver o aprimoramento tecnológico das ações de saúde – hospital de ensino
- Desenvolver políticas preventivas de saúde da mulher – Parceria com a Área Técnica de Saúde da Mulher da SMS/PMF;
- as profissionais da rede de saúde.

Síntese dos Serviços:

- 1 Centro de Parto Normal;
- 2 Salas Cirúrgicas Obstétricas;
- 6 Salas Cirúrgicas Gerais;
- 1 Centro de Terapias Integrativas e Complementares;
- 1 Centro de Referência em Saúde para mulheres em situação de violência doméstica e sexual;
- Ambulatório especializado - Clínicas Integradas com as especialidades: ginecologia, reumatologia, cardiologia, endocrinologia, pneumologia, hematologia, gastroenterologia,

urologia, dermatologia, cirurgia geral, oncologia, infectologia, ortopedia, neurologia, psiquiatria, proctologia, nefrologia e mastologia;

- 1 Centro de Imagem: raio-x; densitometria óssea; ultrassom com doppler; ultrassom com ecocardiografia; videoendoscopia; tomógrafo; ressonância nuclear magnética;
- 1 Laboratório de Análises Clínicas: hematologia; imunologia; congênitos; microbiologia; parasitologia; hormônios; fisiologia; bioquímica; uroanálise.

Estimativa de Atendimento/procedimentos:

500 mulheres/dia, realizando: **2.256 procedimentos/dia** (incluindo exames laboratoriais e imagem e procedimentos de enfermagem); **49.800 procedimentos/mês** (incluindo exames laboratoriais e imagem e procedimentos de enfermagem).

Desafios e Sugestões: Concluir a estruturação operacional, notadamente de recursos humanos e dar efetividade ao hospital.

AUTARQUIA – INSTITUTO JOSÉ FROTA

O Instituto Dr. José Frota - IJF, autarquia da Prefeitura Municipal de Fortaleza, é uma unidade hospitalar de referência terciária para o atendimento de urgências e emergências do trauma, constituindo-se em referência estadual e regional, e o único hospital com esta qualificação em todo o Estado do Ceará.

2.8. Macro-Objetivo 8: Consolidar a Política de Juventude por meio da concepção dos jovens como sujeitos possuidores de direitos

Órgão: Coordenadoria da Juventude

A política de juventude foi implementada por meio dos programas Programa Projovem (0106); Programa Integrado de Políticas Públicas de juventude – PIPPJ (0119) e Programa Cursinho Popular (0015), que de um modo geral alcançaram os seguintes resultados:

Resultados alcançados:

Definição de um currículo inovador, com práticas pedagógicas diferenciadas, correspondendo à expectativa do público jovem;

O PIPPJ vem promovendo potencialidades juvenis no campo cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, fomentando o desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais baseadas em princípios democráticos e solidários.

O programa Cursinho Popular que visa garantir o acesso de alunos provenientes de famílias de baixa renda ao processo de preparação para os exames vestibular, teve o resultado em 2012 foi comprometido pelo encerramento em setembro desse mesmo ano.

Desafios:

Diminuir a evasão dos alunos, emissão de carteira de estudante; diminuir a evasão dos alunos e desenvolver uma política de qualificação profissional e possibilidade de inserção dos alunos ao mercado de trabalho logo ao final curso.

Elaborar a estratégia de Monitoramento e Avaliação do PIPPJF, com a apresentação de proposta metodológica específica para o monitoramento dos projetos inovadores, incluindo avaliações intermediárias e de impacto do Programa; o apoio ao desenvolvimento, acompanhamento da execução e da análise dos dados da Pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem II, bem como acompanhar e aprovar a metodologia de monitoramento e avaliação no Sistema de Informações Gerenciais do Programa (SIG - PIPPJF);

2.9. Macro-Objetivo 9: Direitos Humanos E Cidadania

Programa SOMOS IGUAIS, SOMOS DIFERENTES(0093) : objetiva diminuir a desigualdade étnico-racial em Fortaleza, através das seguintes ações programáticas: Promoção da Igualdade Racial; Atendimento a Pessoas Vítimas de Discriminação - S.O.S. Discriminação e Valorização das Culturas Negra e Indígenas.

Resultados Alcançados: Durante o ano de 2012 não houve avanços em nenhuma dessas ações, comprometendo o resultado do programa.

Desafios:

Sensibilizar a opinião pública sobre banalização da violência e valorização da vida de jovens negros, por meio da promoção de direitos.

Articular atores sociais para promoção dos direitos das juventudes negras a partir das ações previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (LEI N° 9956 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2012).

Promover programas, projetos e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia financeira.

Estabelecer a criação de oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude.

Realizar atuação (projetos/campanhas) sobre os territórios afetados pelos maiores índices de homicídio, por meio da ampliação dos espaços de convivência, da oferta de equipamentos, serviços públicos e atividades de cultura, formação profissional, esporte e lazer.

Enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens, como a escola, o sistema de saúde, a polícia, o sistema penitenciário e o sistema de justiça, com especial atenção à reversão do alto grau de letalidade policial por meio de formação, fortalecimento do controle externo e redução da impunidade.

Programa Enfrentamento à Violência contra a Mulher (0126)

2310 - Campanha de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres

Resultados Alcançados:

A Campanha de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher acontece anualmente e tem funcionado, pois divulga para a população fortalezense a existência dos serviços de

atendimento à mulher em situação de violência, quais sejam, Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde - CRM, institucionalizado pelo Decreto nº 13.102/13, e a Casa Abrigo Margarida Alves, institucionalizada pelo Decreto nº 13.101/13. Além disso, a campanha divulga o disque-denúncia da violência contra a mulher de Fortaleza, 0800.280.0804, serviço que funciona no CRM, bem como divulga informações sobre o que é a violência contra a mulher, Lei Maria da Penha e a Rede de Serviços de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Juizado, Delegacia, Defensoria, Ministério Público, Hospitais).

Embora não esteja previsto neste Programa (0126), outras ações são desenvolvidas nesta temática:

- Manutenção do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde e da Casa Abrigo Margarida Alves (sugestões: transferir para a SCDH os recursos necessários à manutenção desses equipamentos);
- Capacitações para as equipes desses serviços (sugestões: garantir a existência de recursos na SCDH necessários à realização das capacitações);
- Observatório da Violência, que funciona no CRM e constrói um banco de dados sobre a violência contra a mulher;
- Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Turismo Sexual, essas ações estão sendo desenvolvidas através de uma parceria com a União Européia, mas há contrapartida da Prefeitura de Fortaleza;
- Rede Intergovernamental de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que hoje está desarticulada;
- Aniversário da Lei Maria da Penha (07/08): são realizadas atividades de divulgação da Lei Maria da Penha (11.340/06) que se iniciam com um seminário de discussão sobre a temática (sugestão: assegurar recursos necessários à realização dessa atividade).

Desafios: Dar continuidade à campanha de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, intensificando suas ações de divulgação durante todo o ano.

Programa Fortalecimento Sócio-Político das Mulheres (0127)

Resultados alcançados:

Implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - a demanda de criação do conselho Municipal da Mulher é uma deliberação da III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres realizada em 2011. O Conselho foi criado pela LC nº 132/12, publicada no DOM de 07/01/13. A implantação do Conselho está prevista para o ano de 2013 e deve acontecer até dezembro.

1481 - Realização de Conferências de Políticas para as Mulheres: as Conferências de Políticas para as Mulheres são espaço legítimos de deliberação sobre as políticas de promoção dos direitos das mulheres. Elas seguem um calendário estabelecido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM e devem ocorrer novamente em 2015, segundo informações da SPM.

Sugestão: Dar continuidade ao processo de realização das conferências a partir do calendário estabelecido pela SPM/PR.

Apoio às Ações de Formação - as ações de formação são de fundamental importância para as mulheres da cidade, pois são a forma de possibilitar às mulheres o conhecimento de seus direitos, bem como o conhecimento da política municipal desenvolvida em benefício de suas vidas. Elas

acontecem em forma de seminários, de rodas de conversa nas comunidades, de oficinas, etc. Embora não esteja previsto neste Programa (0127), outras ações são desenvolvidas nesta temática:

- Bloco Adeus Amélia: bloco carnavalesco que sai às ruas para dar visibilidade às demandas das mulheres (sugestão: transferir para a SCDH os recursos necessários à realização do bloco);
- Dia 08 de Março: são realizadas diversas atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, como seminários, aniversário do Centro de Referência da Mulher (criado em 06/03/2006); oficinas em todas as regionais de Fortaleza, show cultural (sugestão: garantir a existência de recursos para realização dessas atividades).

Desafios: Dar continuidade às ações de formação para as mulheres, como forma de ampliar o conhecimento delas acerca de seus direitos e das políticas municipais para elas desenvolvidas.

Programa Gestão da Política para Mulheres (0128)

Resultados Alcançados:

Ação 2315 - Fortalecimento da Capacidade Institucional da Política para as Mulheres - a previsão de orçamento para fortalecimento institucional da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres é fundamental para garantir os recursos necessários à estruturação dessa unidade administrativa, com a aquisição dos materiais permanentes necessários, com o desenvolvimento de ações de capacitação para qualificação da equipe, com a execução de campanhas voltadas à promoção da saúde da mulher, com a confecção de material de divulgação das ações da Coordenadoria da Mulher, entre outros.

Desafios: Garantir a continuidade dessa dotação orçamentária necessária para dar visibilidade às ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher, bem como para possibilitar a estruturação das ações e a divulgação dos serviços prestados.

Ação 2319 - Assessoramento das Políticas para as Mulheres : a importância desta previsão orçamentária se justifica, entre outros argumentos, no fato de que através dela é possível a contratação de consultoria para execução de determinadas ações, como a elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que deverá ser implementado no ano de 2013. Por meio dessa dotação também se assegura a existência de recursos de contrapartida para projetos aprovados pelos Ministérios e por parceiros internacionais como a União Européia.

Desafios: Assegurar a manutenção dessa dotação orçamentária para garantir a qualidade das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres.

2.10. Macro-Objetivo 10: Atendimento Ao Idoso

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos, Coordenadoria de Idosos.

O macro-objetivo em análise concentra suas ações, no Programa Proteção Social Especial (0117) que objetiva garantir atendimento assistencial especializado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Mas é interessante destacar que o atendimento ao idoso é uma ação transversal que envolve a participação de várias secretárias em diversos programas e ações.

Entretanto embora com possibilidade de atendimento em muitas iniciativas públicas, a Coordenadoria de Idosos considerou insatisfatórios os resultados tendo em vista que em 2012 as muitas ações previstas para esse segmento não foram implementadas.

Resultados Alcançados:

- Oficinas de Difusão Temática de Direitos Humanos
- Campanha da Lei do Assento Preferencial
- O Programa “Espaço Oriental” (SECEL)
- Prevenção, atendimento e acompanhamento às pessoas vitimizadas (CREAS);
- Reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;
- Gratuitades do sistema de transporte de Fortaleza;
- Cartão do Idoso (Sindiônibus): média de atendimento diário: 250 idosos. Em fevereiro de 2012 contava-se com 180.444 idosos com cartões ativos.
- Assentos preferenciais: conforme estabelecido no Decreto Federal nº 5296/ 2004 e normatizado pela NBR 14022/20;
- Acessibilidade veicular (2012) : 40 táxis acessíveis (frota de 4.392 táxis); 117 vans e topiques acessíveis: 117 veículos acessíveis; ônibus acessíveis: 872 veículos acessíveis (frota de 1.750 ônibus – 49,82%).
- Total de passes livres para idosos: 17.495 passes até julho de 2012.

Desafios: Desenvolver o projeto Fortaleza - Cidade amiga do idoso proporcionando:

- Espaços Abertos e Prédio Amigáveis aos Idosos;
- Transportes Amigáveis aos Idosos;
- Moradias Amigáveis do Idoso;
- Participação Social Amigável ao Idoso;
- Respeito e Inclusão Social Amigável ao Idoso;
- Participação Cívica e Emprego Amigáveis para o Idoso;
- Comunicação e Informação Amigável ao Idoso;
- Serviços Comunitários e de Saúde Amigáveis ao Idoso;

2.11. Macro-Objetivo 11: Infraestrutura Urbana

Órgãos responsáveis: SEINF, ETUFOR, HABITAFOR

Programa Infraestrutura Urbana (0023)

Resultados Alcançados:

Projetos Urbanísticos de Áreas Prioritárias: com um orçamento de R\$ 6.813.000,00 para 2012, a SEINF realizou 90% do total orçado implementando projetos arquitetônicos de urbanização, paisagismo e intervenções complementares em praças, áreas de lazer e parques, assim como projetos de drenagem, terraplenagem, pavimentação, estudos geotécnicos, consultoria, batimetria, topografia em diversas áreas no município.

Desafios:

Reestruturação de TI, desde pessoal até equipamentos e programas;

Especializações da equipe técnica envolvida com os trabalhos relacionados; e

Criação de um sistema georreferenciado, visando a compatibilização das informações junto às outras Secretarias.

Programa de Melhoria da Qualidade das Obras Públicas da Prefeitura de Fortaleza – QUALIFOR (125)

Resultados Alcançados: O Programa Qualifor é composto por duas ações, nomeadamente Melhoria dos Processos de Fiscalização de Obras (1476 – P) e Capacitação dos Servidores (2306 – A). Para a primeira foi previsto a meta de fiscalizar 30 obras de infraestrutura, sendo realizada fiscalização em 32 obras, alcançando resultado de 107% do previsto. Para a segunda ação previu-se a capacitação de 180 servidores tendo sido realizadas 98, correspondendo a resultado de 54% da meta almejada.

Desafios: Descontinuidade do PROGRAMA em algumas SER's que foram certificadas no nível C, porem não evoluíram para o B e não mantiveram atendimento as rotinas estabelecidas.

O não atendimento por parte da PMF ao cronograma de desembolso financeiro por motivos diversos;

Desafios: Implementar o Programa todas as unidades da PMF que contratam projetos e obras de engenharia. Garantir o desembolso anual programado, para que as atividades definidas sejam realizadas e evitar descontinuidade das ações previstas.

Programa Gestão da Política de Habitação (0025)

Resultados alcançados: Aprovação da proposta de reprogramação do contrato de financiamento 99.2.683.3.1(PMF/BNDES/CEF) referente ao Conjunto Rosalina para da continuidade da construção, contemplando prorrogação de prazo para utilizações de recursos, remanejamento de finalidade de subcréditos e alteração dos valores de contrapartida;

Desafios: Reprogramar mais uma vez o contrato referente á continuidade de construção do Conjunto Rosalinda, tendo em vista que o valor calculado para término da referida não é compatível com os recursos necessários para a sua finalização.

Programa Infraestrutura Viária (0063)

Resultado Alcançado: A Usina de Asfalto de Fortaleza foi responsável no exercício de 2012 pela manutenção e conservação de 1.880 ruas na cidade de Fortaleza sendo investidos R\$ 99.723.000,00.

Desafios: Aumentar a capacidade de produção de massa asfáltica, objetivando atender as demandas da cidade em virtude do crescimento das vias urbanas.

Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS/PAC (0095)

Resultados Alcançados: Com fim de promover a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda residente em áreas de risco ambiental e social, situadas às margens do Rio Cocó, Rio Maranguapinho e Vertente Marítima Oeste, mediante investimentos em infraestrutura urbana,

melhoria habitacional e serviços sociais, o PPA 2010-2013 fez a previsão de R\$ 126.737.282. Os valores liberados e realizados no exercício de 2012 para o referido programa foram na ordem R\$ 2.599.332,00 quando a previsão era de R\$ 3.460.900,00, correspondendo a um total realizado de 75%. Relativamente à rubrica do Programa Infraestrutura (0023) também utilizada no Programa PREURBIS foi previsto desembolso na ordem de R\$ 1.507.820,00 e efetivamente executado R\$ 687.658,00, correspondendo a 45,6% da previsão.

Desafios: Conter Invasão do Conjunto Habitacional Bacia do Cocó – CHBC e superar a dificuldade de reintegração de posse; Suprir a construção de 264 unidades habitacionais para garantir reassentamento das famílias da Comunidade Dunas, cedidas ao Projeto Vila do Mar. Garantir recursos para as indenizações das comunidades Jangurussu e TBA. Assegurar recursos para aquisição, bem como desapropriação para atendimento das unidades habitacionais para população de baixa renda. Acelerar o processo de emissão de posse dos terrenos já desapropriados.

- Providenciar a imediata reintegração de posse do conjunto habitacional bacia do Cocó - CHBC, obra com 65% executada, sem a qual não haverá possibilidade de realizar a urbanização das áreas de risco através da implantação do Parque Cocó.
- Dar celeridade na imissão de posse dos terrenos já desapropriados para construção do Centro de Saúde da Família no bairro Bonsucesso, da creche e do centro de convivência na comunidade São Sebastião e na permuta de uso do terreno do Projeto Vila do Mar localizado na Av. Costa Oeste, bairro Barra do Ceará, para implantação do centro de saúde da família na comunidade Dunas;
- Agilizar a assinatura do contrato com a empresa de Consultoria vencedora do certame licitatório através das SDP nº 002/2010 e nº 003/2010 para realizar os estudos e projetos nas comunidades das bacias do Cocó e Maranguapinho;
- Concluir o projeto de ligação do parque Dunas com a Av. Radialista Lima Verde que possibilita o acesso ao morro Santiago e providenciar a assinatura do contrato com a empresa vencedora do certame licitatório LPN Nº 003/2011 e emissão da Ordem de Serviço para dar início as obras;
- Promover o estreitamento das relações institucionais entre os órgãos envolvidos no Programa.

Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza – DRENURB Fortaleza (0018)

O DRENURB prevê ações para Ampliação e Recuperação de Sistemas de Drenagem, Recuperação de Vias nas localidades que sofrerão intervenções, Limpeza e Urbanização de Lagoas, instalação de ECOPONTOS e Desapropriação e Reassentamentos de famílias residentes em áreas de risco.

O Programa foi subdividido em dois grupos, de acordo com os organismos financiadores das ações promovidas pela Prefeitura de Fortaleza:

- DRENURB BNDES, que prevê investimentos da ordem de R\$ 108,0 milhões.
- DRENURB CAF, que prevê investimento da ordem de US\$ 90,2 milhões.

Resultados alcançados:

- Execução de 24 obras de Drenagem e Pavimentação (em andamento 2013);
- Conclusão de 04 obras de Drenagem e Pavimentação;

- Melhoria do sistema viário nas áreas das intervenções que permitiram melhor acesso à limpeza, à segurança e ao transporte públicos, fortalecendo a cidadania da população beneficiada e eficiência dos serviços públicos;
- Redução dos riscos de enchentes e diminuir os danos e traumas que estas provocam implantando uma infraestrutura de proteção;
- Melhoria da qualidade de vida, melhores coberturas de serviços de infraestrutura pública e de drenagem de águas pluviais, e melhores condições de habitualidade;
- A forma na qual as obras foram licitadas no DRENURB – CAF, facilitaram os processos de medição. Nesta concorrência as obras foram agrupadas por Regional com um orçamento único. Com isso, foi possível a otimização do uso dos recursos.

Desafios:

- O Município deve fazer pagamentos com recursos oriundos da fonte 100 como contrapartida para os financiamentos externos. O Município não cumpriu com o pagamento dos montantes nas áreas de indenizações e execução de obras.
- Os projetos do programa apresentaram falhas de concepção, principalmente pelo distanciamento da data de elaboração dos mesmos com a execução das obras, dificultando a execução e onerando custos com indenizações não previstas, bem como a necessidade de redimensionamento dos sistemas de drenagem.
- Adequar o cronograma de pagamentos provenientes do Tesouro Municipal, a fim de evitar atrasos na obra e reajustamentos desnecessários.
- Mobilizar uma equipe de projetos que atenda as demandas do Programa.

PAC DA MOBILIDADE URBANA (0131)

ÓRGÃO: SEINF

O programa tem como ações principais a dinamização dos Corredores de transportes e implantação de vias, com vistas a garantir a mobilidade urbana prevista na matriz de responsabilidade da Copa 2.014. No caso foram previstos para o exercício de 2012 a aplicação de R\$ 5.181.130,00 dos quais foram aplicados R\$ 2.181.105,00, ou seja, 42% do valor previsto.

Merece destacar alguns aspectos relacionados ao desempenho, tais como: indefinições de projetos; morosidade nos procedimentos de desapropriações; interferências com as concessionárias de serviços públicos; dificuldade de pagamentos às contratadas por falta de disponibilidade de recursos financeiros de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza; ritmo lento na execução das obras, decorrentes da não liberação de recursos pela Caixa Econômica Federal.

Desafios:

Revisão e atualização de todos os projetos executivos de engenharia, adequando-os à realidade e necessidades atuais do Programa o que vem sendo feito;

Dar celeridade aos processos de desapropriação;

Promover maior interação da Prefeitura junto às concessionárias de serviços que utilizam o solo urbano, objetivando o remanejamento das interferências com as obras;

Priorizar e disponibilizar os recursos financeiros de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza para aplicação no Programa;

Promover maior interação entre os agentes da Prefeitura envolvidos na liberação de frentes de obras, principalmente SECOPAFOR, AMC e ETUFOR.

Programa Gestão do Transporte Urbano (0024)

Órgão: ETUFOR

A mobilidade em Fortaleza é garantida por quatro serviços de transporte público: o serviço de transporte coletivo por ônibus (STCO), o sistema de transporte público complementar (STPC), o sistema de táxi e o de mototáxi. Esses serviços são geridos pela administração municipal através da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza, a ETUFOR.

Quadro 16 - Transporte Urbano

MODO	TIPO	DESCRIÇÃO
ÔNIBUS	CONVENCIONAL	As 265 linhas do serviço convencional são operadas por 1784 ônibus urbanos e compõem o sistema básico de transporte coletivo, com horários e itinerários pré-definidos.
	SELETIVO	Serviço opcional com 17 veículos equipados com ar condicionado, tarifa diferenciada, com horários e itinerários pré-definidos.
COMPLEMENTAR	-	O serviço é operado por 320 veículos de baixa e média capacidade com 16 linhas que obedecem a itinerários pré-estabelecidos.
TÁXI	COMUM	O serviço de táxi comum é operado por 4308 veículos equipados com taxímetros para o cálculo da tarifa a ser paga pelo usuário.
	ESPECIAL	O serviço de táxi especial é feito através de 84 veículos atendendo ao Aeroporto Internacional Pinto Martins com tarifa tabelada por zona de destino.
MOTOTÁXI	-	O serviço de mototáxi é operado por 2209 veículos do tipo motocicleta com potência de 125cc a 200cc sem tarifa fixada.

A Vistoria e Controle Operacional do Transporte Coletivo

De acordo com a Lei Complementar nº 057 de 18 de julho de 2008, os recursos oriundos da taxa de vistoria serão destinados para custear as gratuidades das pessoas com deficiência. A taxa de vistoria é resultante do valor cobrado pela gestão municipal das empresas operadoras por cada veículo/mês, integrante da frota do sistema de transporte coletivo.

O referido recurso não vem sendo repassado pela Secretaria de Finanças ao Órgão Gestor para que o mesmo repasse às empresas operadoras.

Programa de Transporte Urbano (0087)

Órgão: ETUFOR

O Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – Programa TRANSFOR, foi elaborado tendo como fundamentação os *Planos de Transporte Público (PTP) e Circulação Viária Metropolitana (PCVM)*, ambos com um horizonte de *planejamento para 20 anos*, e compreenderá:

Dinamização dos corredores de transportes

A dinamização dos corredores de transportes seria obtida com a implantação de três corredores de transporte com **faixa exclusiva** para o transporte coletivo: Corredor 1-Antônio Bezerra/Papicu, Corredor 2-Augustos dos Anjos/José Bastos e Corredor 3-Fernandes Távora/Expedicionários, com reforma e ampliação dos terminais: Antônio Bezerra, Papicu, Parangaba e Siqueira, tendo por objetivo melhorar a eficiência do transporte coletivo, aumentando a capacidade e a segurança na rede de vias urbanas e conseqüentemente a eficácia do serviço de transporte coletivo de Fortaleza, operados através de ônibus articulados de alta capacidade, dotado de ar-condicionado, oferecendo conforto ao seu usuário. Além desses corredores foram inseridas as obras de melhorias de vias e áreas urbanas, para a formação de eixos viários complementares para a operação do tráfego geral, e ainda segurança viária e a supervisão técnica e ambiental das obras a serem executadas. Até dezembro de 2012, nenhum dos corredores foi implantado em função das desapropriações que não foram realizadas pela prefeitura de Fortaleza.

O referido Programa contemplará também a aquisição e implantação de equipamentos para monitoramento de tráfego e semáforos isolados, adequação institucional, zoneamento ambiental para ordenamento territorial da cidade de Fortaleza, monitoramento ambiental, sonoro e de ar de Fortaleza, implantação de sistemas de informação para a comunidade e usuários do sistema de transporte coletivo entre outros serviços, bem como a contratação de serviços de consultoria para o gerenciamento do Programa.

Melhoramentos dos Terminais e Pontos de Paradas

Reforma e Adequação dos Terminais. Até dezembro de 2012 cerca de 30% das obras civis foram executadas no terminal do Antônio Bezerra;

Implantação do Sistema de Embarque / Desembarque nos corredores (Plataformas em nível); obra ainda não executada.

Melhorias nas paradas de ônibus das linhas remanescentes; obra ainda não executada.

Corredores de transporte PAC da mobilidade urbana (Copa 2014)

Até dezembro de 2012 não foram concluídas as obras de mobilidade urbana com os corredores Dedé Brasil/Paulino Rocha e Alberto Craveiro/Raul Barbosa. Desistência da empresa contratada, sendo necessária abrir novo processo licitatório para continuidade das obras de mobilidade urbana.

Desafios: Visando melhorar o sistema de transporte coletivo por ônibus, a ETUFOR planeja desenvolver os seguintes projetos e ações:

Bilhete Único

- Adequação da matriz de linhas à integração temporal;
- Redistribuição/implantação de pontos de parada e pontos de transbordo;
- Implantação de BRS's nos principais corredores;
- Adequação da legislação à gratuidade infantil x idade;
- Aplicação de pesquisa de satisfação do usuário do STCO;
- Campanha de comunicação;
- Consulta Origem/Destino no banco de dados da ETUFOR;
- Implantação do bilhete único.

Gerenciamento do Sistema de Transporte Coletivo

- Implantação do sistema GIST;
- Implantação de sistema de auditoria permanente nas concessões;
- Programa de iluminação e melhorias físicas de pontos de parada;
- Pesquisa Origem/Destino

Infraestrutura

- Conclusão das obras de acessibilidade do Terminal da Parangaba;
- Conclusão das obras de ampliação do Terminal Antônio Bezerra;
- Implantação de lojas de atendimento nos terminais (bilhete único, carteira de benefícios e ouvidoria);
- Obras de recuperação de todos os terminais de integração;
- Processo de cooperação para manutenção de malha viária;
- Melhoria do piso e acessibilidade dos abrigos e pontos de parada.

Operação/Monitoramento

- Desenvolvimento de sistema de comunicação áudio visual e segurança nos terminais, pontos de parada e veículos;

Acessibilidade

- Ampliação de acessibilidade para 100% dos veículos do sistema de transporte coletivo;
- Programa de assistência as instituições de ensino/carteira de estudante.

Mototáxi

- Implantação do mototáxi (em processo de homologação pelo INMETRO).

Taxi

- - Licitação para ampliação da frota de táxi (INFRAERO convênio AMC/ETUFOR);
- Legislação e regulamentação para vagas de taxistas.

Transporte Escolar

- Programa de incentivo a utilização do sistema de transporte escolar.

Fretamento

- Revisão da legislação (Código de Transporte).

JURÍDICO/LEGISLATIVO

- Elaboração e aprovação do Código de Transporte de Fortaleza;
- Criar sistema de condomínio nos terminais (taxas).

Copa Das Confederações

- Elaboração e execução do Plano Operacional de Transporte.

2.12. Macro-Objetivo 12: Cultura

Órgão Responsável: Secretaria Municipal da Cultura

Programa Promoção da Difusão Cultural (050): Objetiva promover a difusão cultural para resgatar a identidade cultural do Município.

Resultados Alcançados: Realização de feiras festivais e mostras como a Feira do Livro e 22º Cine Ceará; a Mostra de Música Petrúcio Maia; o Festival de Teatro; o projeto Formação de Plateia com o Fortaleza das Artes e o Salão de Abril.

Programa Desenvolvimento da Cultura (0054): Objetiva apoiar o desenvolvimento das manifestações culturais através do incentivo e difusão de todas as formas de promoções artísticas e literárias.

Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (0056): Objetiva conservar e revitalizar o patrimônio histórico e cultural do Município.

Programa Gestão de Equipamentos Culturais (0108): Objetiva adquirir, implementar e gerir equipamentos culturais.

Programa Gestão da Política de Cultura (0133): Objetiva desenvolver o Sistema Municipal de Cultura.

Resultados Alcançados:

Desafios: modernização de equipamentos e informatização; elaborar um Plano Municipal de Cultura e reforçar o funcionamento do Conselho Municipal da Cultura.

2.13. Macro-Objetivo 13: Modernização Administrativa e Valorização do Servidor

Órgão: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM

Programa: Previdência de Inativos e Pensionistas (0082)

Resultados Alcançados:

- Assegurada aos servidores a simulação prévia da situação previdenciária de cada um deles, garantindo opção mais vantajosa de aposentadoria.

- Melhoria da qualidade técnica dos servidores através da oferta de cursos de capacitação no âmbito do atendimento ao cidadão, gestão de processos e direito administrativo municipal.
- Realizados investimentos em obras acessibilidade.

Desafios:

Alcançar uma maior celeridade nos processos de aposentadoria através da integração dos sistemas de informação dos distintos órgãos da Prefeitura a fim de produzir relatórios gerenciais da contribuição previdenciária; e

Contratação de servidores efetivos para a Coordenadoria de Previdência.

Órgão: Instituto Municipal de Recursos Humanos (IMPARH)

Programa Aprendizagem de Idiomas e Falando com o Turista (0040)

Resultados Alcançados:

674 jovens com alta vulnerabilidade social e 3.351 servidores públicos foram beneficiados com treinamentos em cursos especiais de línguas estrangeiras.

Desafios:

- Direcionar os cursos de língua estrangeira do IMPARH para reforçar programas focados no suporte as atividades econômicas para o município como o turismo e outros;
- Realizar reforma da estrutura física do centro de línguas, implantar critérios referentes à formação acadêmica dos professores.

PROGRAMA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO (0011) - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN

Objetivo: Aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução financeira, contábil e de controle interno, buscando maior eficiência e melhoria do gasto público.

- Implantação do Sistema de Dívida Pública
 - Lançado em setembro de 2012, o Sistema da Dívida Pública Passiva possui grande variedade de funções que vão desde controlar os pagamentos do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos) até a construção de cronogramas de desembolsos, traçando o perfil da dívida do município.
 - O novo sistema otimiza todas as operações de crédito, pagamentos e empréstimos entre a PMF e as instituições financeiras e de desenvolvimento. Tudo isso em uma plataforma digital, que substitui papeladas que atrasavam o processo.
- Elaboração do Boletim Mensal de Contas Públicas
 - Informações atualizadas mensalmente, desde o ano de 2005, acerca da evolução da Receita e Despesa Públicas, Dívida Pública, Fluxo de Caixa Municipal, Folha de Pagamento, Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, nominais e atualizadas até a competência do relatório;
 - Os relatórios que compõem o Boletim servem de apoio à tomada de decisões gerenciais.
- Compromisso com a Transparência
 - Nos últimos anos, maior ênfase foi dada à informação contábil, traduzida na transparência dos atos públicos e na prestação de contas à sociedade;

- O balanço geral do Município foi reformulado de forma a contemplar também interpretações dos números apresentados por meio de gráficos, o que favorece a compreensão para o cidadão;
- Ampla divulgação foi dada aos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Balanço Geral e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), os quais são apresentados periodicamente na Câmara de Vereadores e publicados no endereço eletrônico da Secretaria de Finanças;
- Entrega da Segunda Versão do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Fortaleza
 - Geração e disponibilização diária de informações (detalhadas e didáticas);
 - Instrumento democrático que permite ao cidadão o acompanhamento de tudo o que é arrecadado pela gestão e de como o dinheiro público é aplicado na cidade;
 - Transparência e clareza com as finanças do município.
- Revisão da Dívida Flutuante
 - Promoveu, desde o início de 2012, o cancelamento no valor de R\$ 6,6 milhões, proporcionando a readequação da dívida e o equilíbrio fiscal aduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Elaboração do Manual de Orientações sobre Normas Gerais de Execução Orçamentária e Financeira;
 - Fundamentado na legislação orçamentária, contábil e financeira vigente, sua matéria trata especificamente de aspectos relevantes inerentes à execução do orçamento e às atividades de cunho administrativo-financeiro.
 - Foi fruto de uma construção coletiva e valorosa dos servidores da Coordenadoria Administrativo Financeira da SEFIN, contando também com a prestimosa participação da Controladoria Geral do Município.
- Reformulação da Lei da Conta Única mantida na Instituição Financeira Oficial – Banco do Brasil;

Aprovação da Lei nº 9.731, em dezembro de 2010, pela Câmara Municipal, que promoveu alteração na Lei nº 6.454/1989, intitulada Lei da Conta Única do Município.

Resultados:

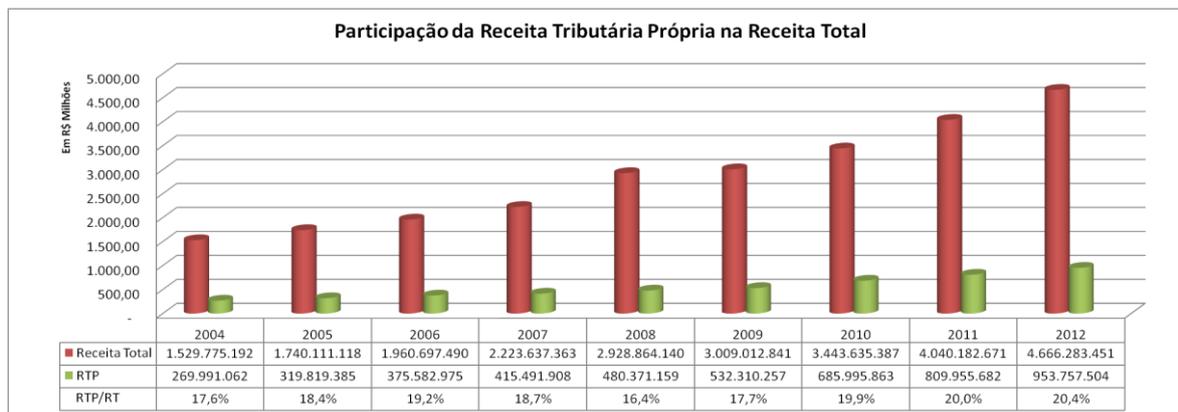
 - Otimização do gerenciamento da movimentação financeira do tesouro;
 - Maior controle das transações bancárias das entidades do poder público municipal;
 - Vantagens: taxas de remuneração mais atraentes e rentáveis considerando-se o volume de recursos mantidos na Conta Única.

PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (0012) – SECRETARIA DE FINANÇAS - SEFIN

Objetivo: Garantir a realização da arrecadação tributária, modernizar o sistema tributário municipal dotando-o de sistemas gerenciais de informações tributárias, de equipamentos adequados e de recursos humanos capacitados.

Um esforço contínuo foi realizado no sentido de maximizar a capacidade de arrecadação própria do Município de Fortaleza ao longo dos últimos oito anos. Esse esforço pode ser constatado observando a evolução da participação da receita tributária própria na receita total de 2004 em relação à participação em 2012. Saímos de um patamar de menos de 18% em 2004 para mais de 20% de participação da receita tributária própria em 2012.

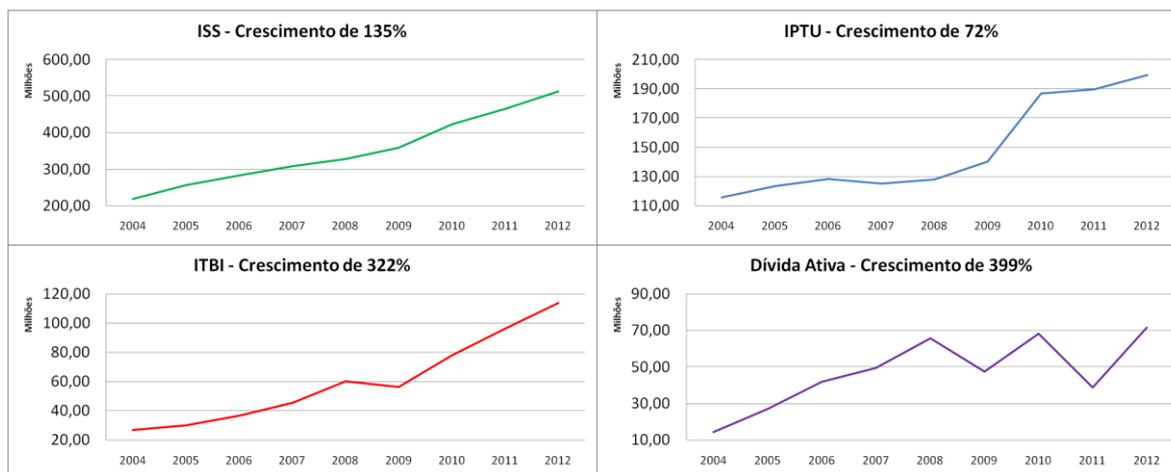
Gráfico 6 – Participação (%) da Receita Tributária Própria na Receita Total de Fortaleza (Em R\$ Milhares)



Fonte: SEFIN; Valores Nominais

Em termos de valor arrecadado, a receita tributária de Fortaleza foi crescente ao longo de todo o período, resultado que se deve, principalmente, aos incrementos obtidos por cada um dos três impostos que a compõem (Gráfico 7).

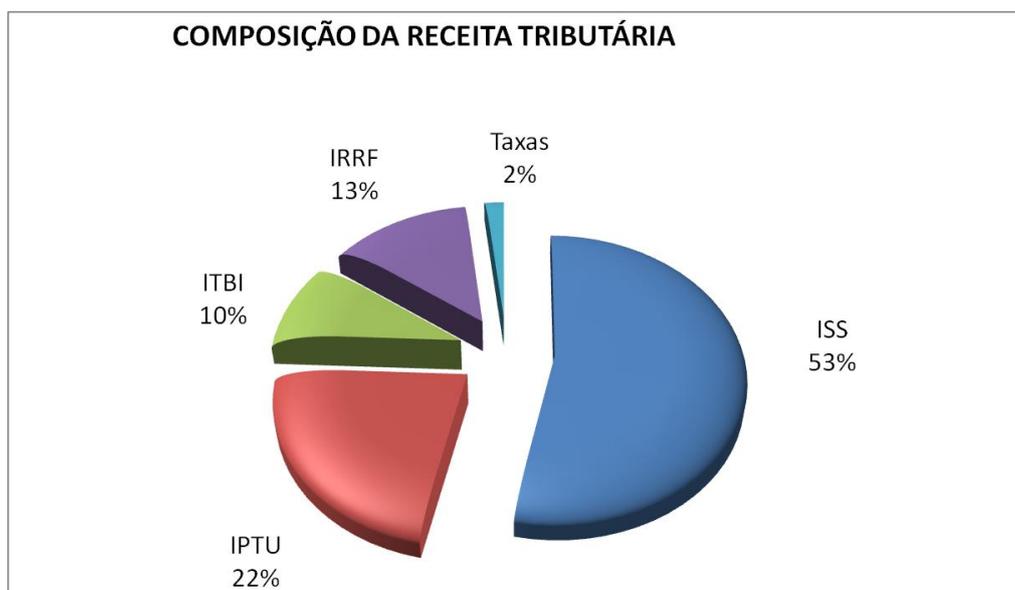
Gráfico 7 – Arrecadação Tributária Própria – 2004 a 2012 (Em R\$ milhões)



Fonte: SEFIN

*Dados corrigidos pelo IPCA. Obs.: Valores de 2012 até novembro.

Gráfico 8 – Composição da Tributária Própria – Média de 2004 a 2012



O ISS possui a maior representatividade dentre os impostos arrecadados pelo município de Fortaleza em todo o período, correspondendo, em média, a 53% da receita tributária, seguido pelo IPTU e o ITBI, com participações médias de 22% e 10%, respectivamente.

ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

O ISS é um imposto altamente elástico a variações na atividade econômica. Assim, a arrecadação do ISS em Fortaleza segue uma tendência de crescimento desde o início da década de 90, quando o PIB de serviços começa a ter um maior peso na atividade econômica, principalmente nas grandes cidades.

No caso do município de Fortaleza, o PIB de Serviços representa cerca de 78 % do PIB total, de acordo com dados do IPECE para o ano de 2009¹. Além disso, a partir de 2003, esse crescimento acelerou-se, com a edição da Lei Complementar n.º 116/2003, que ampliou a base de tributação do ISS, incluindo novos serviços e tornando taxativa a cobrança de vários outros serviços².

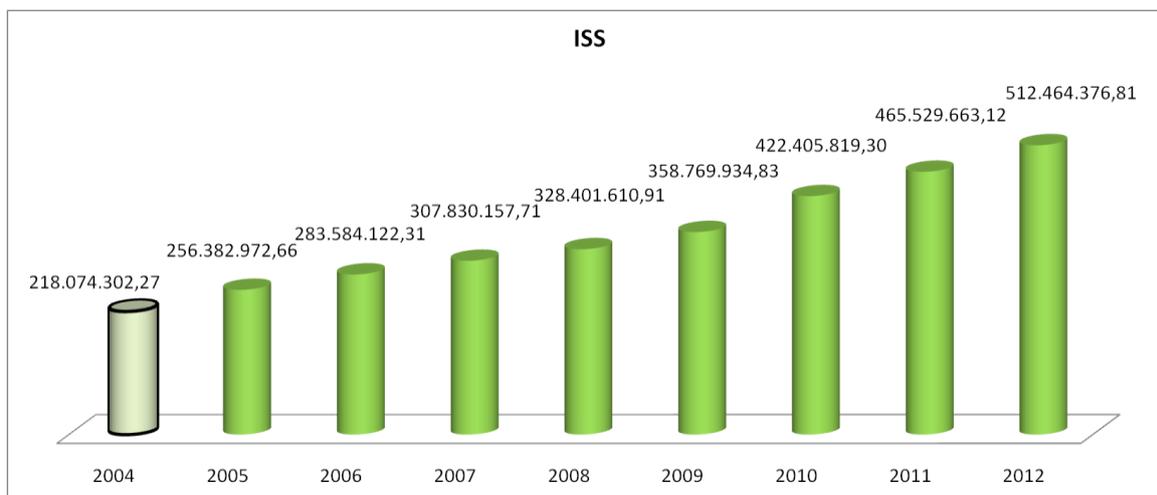
Em termos reais (IPCA – dez/2012), o crescimento observado na arrecadação de ISS ao longo do período (entre dez/2004 e dez/2012) foi de 135%, quando passou de R\$ 218 milhões anuais em dez/2004 para R\$ 512,4 milhões anuais em dez/2012 (Gráfico 8).

1 Perfil Básico Municipal 2012 - Fortaleza/ IPECE. Disponível em:
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Fortaleza.pdf

2 O Município de Fortaleza, visando adequar a legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN à Lei Complementar Federal n.º 116, de 31 de julho de 2003, editou a Lei Complementar Municipal n.º 14, de 26 de dezembro de 2003.

Gráfico 9 – Evolução da Arrecadação do ISS – 2004 a 2012

(Em R\$)



Fonte: SEFIN

*Dados corrigidos pelo IPC. Obs.: Valores de 2012 até novembro.

Além dos fatores econômicos, o fortalecimento de medidas de planejamento e controle fiscal realizados pela SEFIN foram fatores determinantes para o bom desempenho da arrecadação de ISS nesse período.

GESTÃO DO ISSQN

Principais Ações:

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de ação fiscal e monitoramento;
- Implantação do Sistema de Escrituração Digital (GISS On-line) e Nota Fiscal Eletrônica: possibilitam novas fontes de cruzamentos e maior controle contra a sonegação;
- Planejamento Fiscal: realização de estudos direcionados para o monitoramento dos maiores contribuintes (Foi desenvolvido um estudo baseado na *Análise de Pareto* para medir o grau de concentração da arrecadação de ISS e para conhecer os principais setores contribuintes);
- Direcionamento da fiscalização com a criação de seis supervisões na CGISS: a fiscalização do ISS passou a ser feita por Setor de Serviços, com a intenção de operacionalizar e racionalizar os procedimentos de fiscalização;
- Convênios e parcerias com instituições para fins de cruzamento de informações; destacam-se os convênios realizados com a SEFAZ/CE e com a Receita Federal do Brasil;
- Disponibilização de informações e serviços via internet;
- Monitoramento da produtividade dos auditores.

IPTU – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

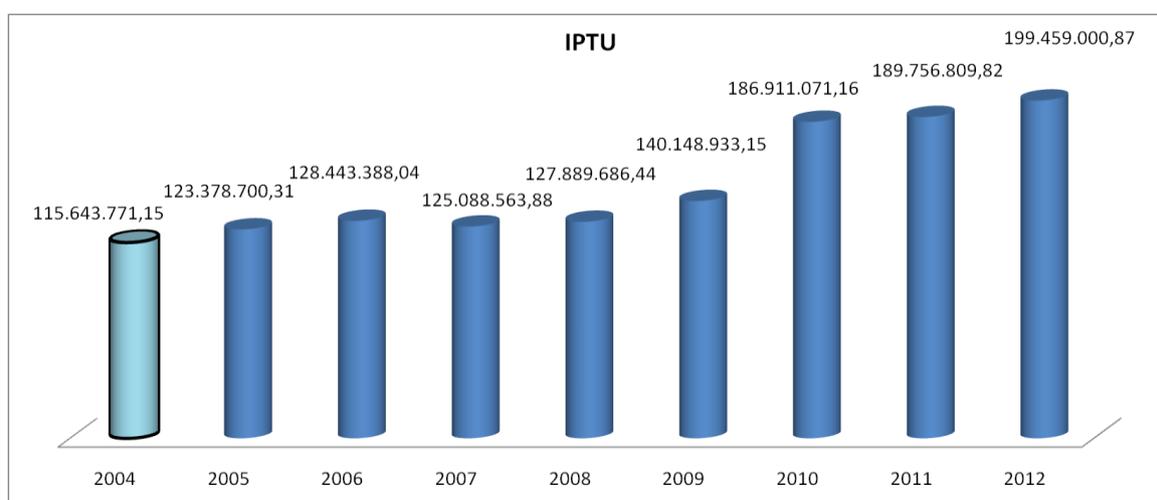
Mesmo com a atualização realizada em 2010, o IPTU ainda permanece em segundo lugar no ranking das receitas próprias da Prefeitura, com participação média de 28% da Receita Tributária.

Em relação à receita total do Município, a arrecadação do IPTU no período 2005-2012 representa em média 4,13%. Para se ter uma idéia de magnitude, destaca-se que a receita de IPTU (R\$ 191,00 milhões em 2012) é menor do que o custo com as despesas do IJF (R\$ 259,00 milhões em 2012).

O crescimento observado na arrecadação de IPTU ao foi de cerca de 74%, quando passou de R\$ 113,9 milhões anuais em dez/2004 para R\$ 198,4 milhões anuais em dez/2012 (dados atualizados pelo IPCA dez/2012).

Gráfico 10 – Evolução da Arrecadação do IPTU – 2004 a 2012

(Em R\$)



Fonte: SEFIN

Dados corrigidos pelo IPC Dev/2012

O aumento da arrecadação do IPTU deu-se, principalmente, pela atualização linear da Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGVI), realizada em 2010, com índices de 25% a 30% (dependendo do tipo, do uso específico e do valor de cada imóvel), que possibilitou um salto de aproximadamente 41% na receita do tributo (Gráfico 10).

Além disso, diversas inovações e melhorias gerenciais implementadas pela Secretaria de Finanças de Fortaleza impactaram positivamente a arrecadação de IPTU, como segue:

GESTÃO DO IPTU

Responsável: Célula de Gestão do IPTU – CGIPTU

Principais Ações:

- Revisão do Cadastro Imobiliário;
- Cruzamento de informações com base de dados do ISS e SEFAZ;
- Implantação do Sistema de Georreferenciamento;
- Implantação do Sistema de Informações Territoriais-SIT;

- Ações baseadas em inteligência fiscal e tecnologia;
- Facilidades ao cidadão: atendimento telefônico personalizado, descontos para pagamentos em Cota Única, pagamento on line no cartão e parcelamentos;
- Disponibilização de informações e serviços via internet.

Há alguns pontos inerentes ao IPTU que dificultam a obtenção de resultados mais significativos para sua arrecadação:

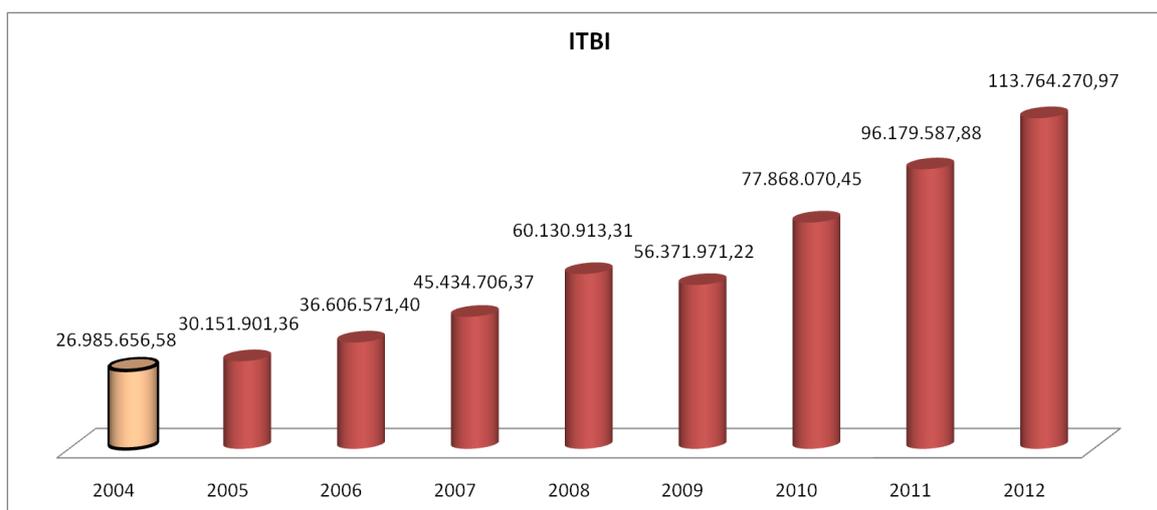
- O IPTU é um imposto altamente inelástico, dado que sua arrecadação só aumenta se houver alterações de alíquotas e, ainda assim, alterações de alíquotas ou da base de cálculo se refletem em proporção menor na arrecadação do tributo;
- Depende da capacidade política dos governos municipais para alterar as alíquotas e atualizar a Planta Genérica de Valores (PGV) imobiliários, que funciona como base de cálculo do IPTU;
- Devido à dificuldade e complexidade de se realizar uma atualização periódica nos valores dos imóveis (e, conseqüentemente, da base de cálculo do imposto), o imposto tornou-se regressivo, já que a valorização tende a ser maior nos imóveis de melhor padrão.

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

A arrecadação de ITBI de Fortaleza apresentou as maiores taxas de crescimento entre os três impostos arrecadados pelo município de Fortaleza, em todo o período de dez/2004 a dez/2012. Em termos reais, o crescimento acumulado no período foi superior a 325%. O Gráfico 11 apresenta a evolução positiva da arrecadação de ITBI nos últimos oito anos.

Gráfico 11 – Evolução da Arrecadação do ITBI – 2005 a 2012

(Em R\$)



Fonte: SEFIN

*Dados corrigidos pelo IPCA. Obs.: Valores de 2012 até novembro.

O aquecimento do mercado imobiliário que vem ocorrendo nos últimos anos em Fortaleza, aliado ao esforço arrecadatório realizado pela Secretaria de Finanças de Fortaleza, são os principais determinantes para a ocorrência dos bons números observados na arrecadação de ITBI desde 2005.

As diversas inovações e melhorias gerenciais implementadas pela Secretaria de Finanças de Fortaleza foram fundamentais para o aprimoramento da gestão do ITBI, com os resultados inegáveis demonstrados pelos números da sua arrecadação. Entre as principais ações, destacam-se:

GESTÃO DO ITBI

Principais Ações:

- Criação de um sistema para registro e acompanhamento da valorização dos preços de mercado dos imóveis;
- Intensificação na fiscalização dos cartórios de fortaleza;
- Cruzamento das informações de pagamento de ITBI com os cartórios;
- Interação com os agentes do mercado Imobiliário (SINDUSCON, ANFOR, etc.);
- Padronização, simplificação e documentação de procedimentos;
- Disponibilização de informações e serviços via internet.
- Intenso trabalho de combate às fraudes;
- Nova sistemática de recolhimento e novo procedimento dos cartórios na escrituração;
- Reformulação dos procedimentos mediante a adequação do programa de lançamento do imposto;
- Treinamento de todos os auditores: curso em parceria com a ESAF;
- Qualificação dos auditores/avaliadores, por meio da realização de um Seminário internacional de tributos imobiliários.

Os principais resultados obtidos com a Reforma da Gestão do ITBI, a partir de 2005, foram o aumento sustentado da arrecadação (ver Gráfico 6), a padronização das avaliações, maior produtividade, redução das fraudes e motivação dos servidores.

GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

Responsável: Célula de Gestão da Dívida Ativa – CGDAT

Principais ações:

- Intensificação do trabalho de resgate de débitos da Dívida Ativa;
- Instituição de Programas de Refinanciamento de Dívidas e Incentivo à Adimplência;
- Acompanhamento, monitoramento e apresentação de soluções sobre a cobrança dos devedores;
- Reunião com as varas da fazenda pública sobre a necessidade de cobrança da Dívida.

Gestão do IPTU: Mesmo com os resultados apresentados, ainda há um grande desafio que se coloca à gestão do IPTU da cidade de Fortaleza, que é a atualização do cadastro imobiliário da cidade, tendo em vista que os maiores devedores são os não-identificados.

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS (0013) – SECRETARIA DE FINANÇAS - SEFIN

Investimento maciço em tecnologia de controle da informação de interesse fiscal, modernização dos processos de trabalho e uma política tributária que estimule a geração de emprego e o desenvolvimento do setor de serviços, foram as nossas ferramentas para fortalecer a receita tributária própria do município e estimular as políticas sociais.

Principais sistemas de modernização implantados

- Projeto Fortaleza Online, constituído por três Sistemas:
 - iCad Online: implantação do sistema de abertura fácil de empresas (Ver mais detalhes na seção que trata da Desburocratização do Ambiente de Negócios, seção 6);
 - Giss Online: implantação do sistema de escrituração eletrônica online de ISS, em conformidade com o Decreto 12704/2010 e IN 04/2010;
 - NFS-e: implantação do sistema de emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, em conformidade com o Decreto 12704/2010 e IN 03/2010.

Seguem alguns dos benefícios advindos dos sistemas de Escrituração Digital e de Nota Fiscal Eletrônica:

- Aprimoramento do controle fiscal e maior rapidez e eficiência na obtenção dos registros de operações de prestação de serviços;
- Aderência ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED e ao padrão ABRASF;
- Possibilidade de se otimizar a atuação da administração tributária municipal mediante a adoção de solução tecnológica que propicia o aperfeiçoamento dos procedimentos fiscais;
- Melhoria da qualidade das informações obtidas, com a consequente diminuição dos custos e possibilidade de intercâmbio entre os fiscos;
- Desenvolvimento do Sistema GRPFOR³ (Gestão de Recursos e Planejamento de Fortaleza), que engloba módulos de Administração Tributária e de Controle Urbano e Meio Ambiente;
Benefícios para a SEFIN: O GRPFOR possibilita o cruzamento de informações de imóveis e contribuintes do ISS com os módulos de Alvarás, Habite-se, Taxas, ITBI e IPTU, antes operacionalizados de forma dissociada;
- Sistema de gestão do ISSQN - Modernização do Sistema Tributário;
- SIT - Sistema de Informações Territoriais;

³ Em 2008, foi iniciado o projeto de desenvolvimento do novo sistema tributário e de controle urbano, que recebeu a denominação de GRPFOR – um GRP (Government Resource Planning) que integra as informações das áreas de Arrecadação Tributária, Fiscalização, Planejamento e Controle Urbano da Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF. Atualmente possui 17 módulos, dos quais 14 já estão implantados ou em processo de implantação. Os seguintes módulos já estão em uso na PMF: Pessoas, Processos, Ação Fiscal, Permissionários, ITBI – Mercado Imobiliário, Taxas, Alvarás e Habite-se.

O projeto do SIT – Sistema de Informações Territoriais foi iniciado em 2009, por meio de recursos do PNAFM e como parte integrante de um projeto maior de recadastramento e georreferenciamento da planta e de imóveis da cidade de Fortaleza. O SIT é um sistema via Web para consulta, manipulação e gestão de toda a base do cadastro dos imóveis de Fortaleza, o qual estará integrado com os sistemas legados da Prefeitura, mais especificamente com o SIMAT e o GRPFOR.

As principais finalidades do SIT são:

- Plataforma de software livre, atendendo os requisitos funcionais de gestão do cadastro territorial e imobiliário, numa perspectiva multifinalitária, integrando operações alfanuméricas com informações espaciais, prevendo integração com sistemas próprios da prefeitura e também interação com ferramentas especializadas de geoprocessamento;
 - Implantação de nova metodologia cadastral;
 - Realização de desmembramentos e unificações de lotes especializados;
 - Geração de mapas temáticos de acordo com condições pré-estabelecidas;
 - Sistemas de controle de acesso e manipulação (inserção, alteração e consulta) gerando registros do evento (usuário, data, hora, ação);
- Funções de pesquisa de imóveis por parâmetros variáveis definidos pelo usuário. Consulta a todos os atributos alfanuméricos e espaciais/geográficos (área, perímetro etc.).
 - Projeto Inteligência de Negócios da SEFIN (Business Intelligence)
Implantação de um Sistema de Gestão Municipal, *Business Intelligence* (BI), para gestão das áreas de administração tributária e orçamentário-financeira – Construção de um *Data Warehouse* (DW). Entre os vários benefícios decorrentes da implantação da tecnologia de Data Warehouse na SEFIN, pode-se destacar:
 - Maior agilidade e independência na extração de informações para os usuários;
 - Ampliação da capacidade de análise do ambiente;
 - Suporte à tomada de decisão;
 - Maior facilidade para apuração da qualidade dos dados dos sistemas transacionais;
 - Disponibilização de informações históricas para identificar tendências.
 - Sistema COTA - Carga Orientada ao Trabalho do Auditor
 - Ferramenta para auxílio na fiscalização de campo, possibilitando ao auditor visualizar, em ambiente web, os dados gerais do contribuinte, possíveis ligações com outros contribuintes, principais indícios de sonegação, histórico das ações fiscais, escrituração detalhada dos serviços prestados e tomados, histórico processual.
 - Sistemas Diversos
 - NOTIFICAÇÃO PROCESSUAL: atualização de andamento dos processos da ASJUR, pela sincronização automática com o TJ-CE.
 - PESQUISA DE DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL: ferramenta para visualização dos dados cadastrais, pertinentes ao ITBI.

- **BOLETIM ECONÔMICO / PLANEJAMENTO FISCAL:** ferramenta para auxiliar na inteligência fiscal, mostrando, mediante comparativos de arrecadação, possíveis candidatos a fiscalização.
- **MONITORAMENTO DOS MAIORES CONTRIBUINTES:** ferramenta para acompanhamento da gerência do ISS sobre a evolução da arrecadação dos maiores contribuintes.
- **CONTROLE DE EVENTOS:** ferramenta para controle dos serviços de diversões públicas, com base na legislação vigente.
- **SIMPLES NACIONAL:** sistema para visualização das informações dos optantes pelo Simples Nacional, com base nos dados informados no DASN e PGDAS.
- **PAUTA FISCAL:** ferramenta para supervisores do ISS montarem a agenda de procedimentos fiscais para os auditores de campo.
- **CEDO:** ferramenta para acompanhamento da Devolução Eletrônica dos Correios. Permite verificar quais correspondências foram devolvidas, qual o motivo, qual o contribuinte e qual a perda de arrecadação envolvida.
- **RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIAS NO CADASTRO IMOBILIÁRIO:** sistema de cruzamento de informações para verificação das inconsistências existentes no cadastro imobiliário, permitindo verificar vários tipos de indícios.
- **RREO: Relatório Resumido de Execução Orçamentária.** Ferramenta para auxílio na formação dos relatórios obrigatórios da LRF.
 - **DÍVIDA PÚBLICA PASSIVA:** sistema para controle e acompanhamento da Dívida Pública Passiva do Município.
- Suporte tecnológico à criação, manutenção e atualização do Portal da Transparência da Prefeitura de Fortaleza
 - Criado em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 131/2009 no que se refere à disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas e claras, utilizando uma linguagem cidadã.
- Reformulação e Atualização permanente do site da Secretaria de Finanças, desde 2005.
 - Reorganização da infraestrutura de suporte ao sítio, bem como de todo o conteúdo já existente. Disponibilização contínua de novos serviços ao contribuinte. Análise detalhada de todo o acesso ao site.

Quadro 17 - Internet SEFIN

Em 2005	Em 2012
- Servidor web instável; - Quedas constantes nos servidores; - Menos serviços disponibilizados (em torno de 12); - Pequena infraestrutura, falta de formulários para os contribuintes,	- Dois servidores web para aumentar a disponibilidade; - Infraestrutura robusta; - Quase o triplo da quantidade serviços (56 serviços, além dos links com outros serviços mantidos no sistema GRPFOR); - Formulários e arquivos diversos disponibilizados

<p>pouca interatividade, falta de relatórios de acompanhamento de acessos;</p> <p>- Inexistência de Intranet;</p> <p>- Inexistência da publicação dos relatórios obrigatórios pela LRF, dentre outros.</p>	<p>para o contribuinte;</p> <p>- Maior interatividade;</p> <p>- Publicação de todos os relatórios obrigatórios pela LRF e Balanço anual;</p> <p>- Aumento dos canais de comunicação com o contribuinte.</p>
--	---

Alguns dos diversos serviços que oferecemos aos nossos contribuintes pelo site da SEFIN:

- Consultas diversas: situação do IPTU, processos, extrato do IPTU, autorização de nota fiscal (AMIDF), guia de informação do ITBI, habilitação para simples nacional, ordem de serviço, consulta da entrega da DDS, consulta de inscrição do IPTU através do endereço (disponível somente para os cartórios autorizados), consulta de parcelamento da dívida ativa;
- Emissão de documentos diversos: certidões negativas (IPTU, ISS e tributos municipais), certidão de não retenção (CNR), cartão do ISS, certidão de baixa do ISS, nota fiscal de serviços avulsa, notificação do IPTU de isenções e imunidades, parcelamento da dívida ativa;
- Serviço de validação de certidões;
- Documentos de arrecadação municipal: IPTU, ITBI, parcelamento da dívida ativa, acordo com a PGM, taxas municipais (através do sistema GRPFOR), auto de infração de controle urbano, auto de vigilância sanitária, avulsos, permissionário (no sistema GRPFOR), ISS autônomo, empresa e estimativa;
- Formulários diversos para impressão: solicitação de isenção do IPTU, declaração de rendimentos, nota fiscal de serviços, declaração, declaração de ITBI, solicitação de cadastros etc.;
- Acesso às contas públicas desde 2003, antes mesmo da obrigatoriedade dos portais de transparência: balanço geral, lei de responsabilidade fiscal e repasse de recursos federais;
- Acesso à legislação: Código tributário municipal, consolidação, leis, decretos, regulamentos, instruções normativas e portarias, além da definição dos impostos municipais;
- Atualizações de softwares, além de downloads das apresentações dos principais eventos dos quais a secretaria faz ou fez parte;
- Manuais e outros documentos de caráter educativo sobre tributação;
- Dúvidas frequentes;
- Fale conosco por email e telefone.

Tabela 11 – Programa Operações Especiais:

OPERAÇÕES ESPECIAIS	EXECUTADO EM 2012
Cumprimento de Sentenças Judiciais	R\$ 16.999.989,45
Serviço da Dívida Interna	R\$ 42.008.933,92
Contribuição para o PASEP	R\$ 25.684.789,36
Outros Encargos Especiais	R\$ 32.151.265,62
Participação Acionária	R\$ 6.466.476,26
Serviço da Dívida Externa	R\$ 10.838.552,50
Reserva de Contigência	-

Fonte: SEFIN-Balanco 2012

2.14 . Macro-objetivo 14: Planejamento e Gestão Estratégicos

Integração entre Planejamento e Orçamento

As atividades executadas, no ano de 2012, pela então Secretaria de Administração do Município (SAM), tinham intenção de um esforço interno de Planejamento Estratégico, que foi concebido, ainda em 2010, tomando por referência um diagnóstico construído sobre o clima organizacional existente.

Vale previamente registrar, que essa ação de Planejamento Estratégico e os projetos que lhe são inerentes não tinham, com exceção das ações de Capacitação Continuada, financiadas pelo PNAFM, cobertura orçamentária estabelecida, sendo uma ação deflagrada em função de motivações recuperadas e sinergias administrativas criadas ou não realizadas.

Apontando necessidades de mudanças organizacionais e operacionais, o mencionado diagnóstico serviu de base crítica para o processo de Planejamento Estratégico da SAM, idealizado para o período 2010 a 2012, que se fundamentou na metodologia do *Balanced Scorecard*. Daí originou-se a modelagem e definição de objetivos e de projetos estratégicos, pautados pela finalidade de superar inconsistências operacionais e de melhorar o desempenho observado, tendo em vista a obtenção de resultados funcionais mais elevados, sujeitos à posterior monitoramento, os quais foram delineados em um Mapa Estratégico específico.

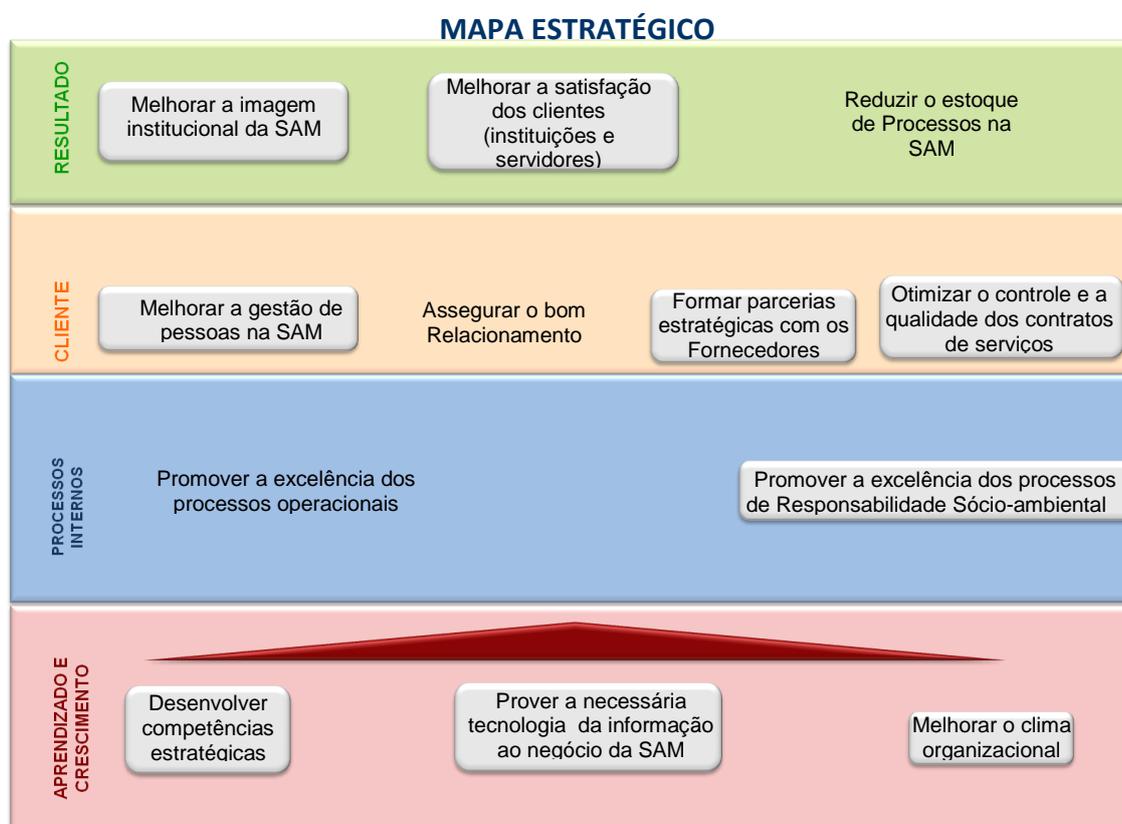
Como decorrência do Planejamento Estratégico, a SAM adotou dez projetos, orientados e priorizados em função do cumprimento dos objetivos definidos, alinhados à metodologia utilizada.

Projetos Relacionados aos Objetivos Estratégicos:

- Capacitação Continuada de Recursos Humanos
- Relacionamento – Integração entre Comunicação e Atendimento
- Gestão de Pessoas – Frequência, Aposentadoria, Contratação e Cedidos
- Gestão de Processos com Suporte em Tecnologia de Informação

- Modernização da Tecnologia da Informação na SAM
- Segurança e Saúde para os Servidores Municipais
- Desenvolvimento da Logística da SAM
- Aprimorar a Política de Compras na PMF
- *Política de Cultura do Servidor Público Municipal*
- Responsabilidade Socioambiental

O Mapa abaixo guarda interdependência com a visão instituída por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico da SAM, qual seja: “ser estratégica na gestão da Prefeitura Municipal de Fortaleza e referência em administração pública”.



O passo seguinte, ou seja, as medidas para realmente por em execução os projetos elencados como prioritários, evidenciou limitações graves de ordem prática com as quais se deparou a SAM. Algumas condições básicas não foram atendidas, notadamente a falta de equipe com perfil e experiência ajustados para a elaboração, execução e monitoramento de projetos, segundo a metodologia estabelecida.

Disso resultou, em especial, a criação de um clima de permanente mobilização visando à superação das dificuldades recorrentes, as quais, dadas suas especificidades, exigiam medidas imediatas, de forma a implantar soluções operacionais internas que trouxessem, em última

instância, contribuição para um padrão de maior resolutividade de funcionamento da máquina administrativa municipal.

Assim sendo, em razão das reais dificuldades enfrentadas, o esforço de Planejamento Estratégico empreendido foi adaptado e assumido como um instrumento direcionado para dar sustentação às mudanças básicas internas destinadas a garantir celeridade às ações, preliminarmente diagnosticadas como inadiáveis.

Desse modo, considerando as iniciativas antes indicadas como prioritárias, a SAM adotou uma solução prática e tomou por referência operacional a configuração de dois eixos estratégicos:

Eixo de Gestão de Pessoas

- - Capacitação Continuada e Desenvolvimento de RH
- - Processos de Concessão de Direitos e Vantagens
- - Procedimentos Pertinentes a Nomeação dos Aprovados em Concurso
- - Recadastramento dos Servidores
- - Desenvolvimento dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS

Eixo de Logística

- - Comissão de Compras Centralizadas - Gestão das Aquisições
- - Gestão Administrativo-Financeira
- - Controle de Suprimento de Estoques
- - Gestão Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis
- - Tecnologia da Informação e Comunicação
- - Comunicação Administrativa - Diário Oficial e Guarda de Documentos

Rigorosamente, existiam fortes entraves quanto aos meios e condições para efeito da execução dos projetos anteriormente formulados, relacionados aos objetivos e aos resultados inicialmente visualizados no Mapa Estratégico da SAM. Daí a necessidade prática de mudança tendo em vista a finalidade de construir uma Secretária mais organizada e melhor estruturada para cumprir sua missão institucional.

Por outro lado, para avançar na busca de adquirir condições para uma melhor resposta operacional, a SAM tratou de estimular a capacitação do seu quadro de servidores, tanto a partir de cursos oferecidos pelo PNAFM, como organizando outros que atenderam especificidades do seu processo operacional.

Indiscutivelmente, um exame factual sobre a estrutura organizacional e as condições de trabalho da anterior SAM aponta que há desafios históricos por serem enfrentados, vícios culturais enraizados que devem ser erradicados, procedimentos que exigem modernização. A experiência acumulada coloca essa objetiva reflexão. São aspectos de uma realidade que necessita ser modificada, são pré-requisitos que precisam ser atendidos objetivando contribuir para que a máquina administrativa municipal ofereça ao povo de Fortaleza um serviço público de melhor qualidade.

- Capacitação e Valorização do Servidor

O Programa de Capacitação da Prefeitura de Fortaleza visa ampliar o conceito de qualificação profissional, compreendendo-o como política destinada ao aprimoramento do servidor enquanto indivíduo, profissional e cidadão, assim estando também direcionado à consecução dos objetivos institucionais.

O Programa teve início em 2006 direcionado a uma série de cursos que favoreceram a qualificação e a reciclagem profissional, bem como a motivação para o trabalho, por meio de cursos ofertados com recursos do PNAFM, parceiro institucional da PMF.

Em relação ao ano de 2012, exclusivamente, foi concluída a 5ª licitação que deu margem, no período de fevereiro a junho, a uma programação que permitiu a oferta de 16 turmas e 519 servidores treinados. Houve também uma licitação específica para os servidores da Controladoria Geral do Município (CGM), com a oferta de 8 turmas e 220 servidores treinados.

Tabela 12 – Demonstrativo dos cursos realizados em 2012

ÓRGÃO	TURMAS	TREINADOS	VALOR PAGO
CGM	8	220	R\$ 64.625,00
DIVERSOS ÓRGÃOS/ENTIDADES	16	519	R\$ 96.649,00
TOTAL	20	739	R\$ 161.274,00

É importante também ressaltar que foram adquiridos com recursos do PNAFM vários Sistemas Corporativos para a PMF, dos quais se pode destacar: Sistema de Protocolo Único, Sistema de Compras e Sistema de Patrimônio. Por essa razão, foi necessário oferecer treinamento em serviço aos servidores das respectivas áreas para que os mesmos utilizassem com qualidade os referidos sistemas.

Tabela 13 – Demonstrativo dos cursos corporativos em 2011- 2112

CURSOS	TURMAS	TREINADOS1
SISTEMA DE PROTOCOLO ÚNICO (SPU)	22	337
SISTEMA DE COMPRAS (E-COMPRAS)	12	278
SISTEMA DE PATRIMÔNIO	4	69
TOTAL	38	684

Desafios / Sugestões:

- Profissionalização da Gestão Pública que deve ser preparada para atuar de forma permanente e eficiente, independente do gestor que está à frente do Executivo.
- foco na oferta de serviços de qualidade à sociedade e principalmente, promover a eficiência do gasto público, permitindo ao gestor ampliar a capacidade de governança do orçamento e de execução de seu projeto de governo.
- Desenvolver uma política de gestão de pessoas com foco nas competências profissionais e por um programa de qualificação e recrutamento por concurso público obediente as determinações constitucionais em substituição as formas de contratação como as terceirizações.
- Estruturar um Planejamento competente e sólido, baseado no uso de ferramentas de monitoramento de resultados e a execução fiscal, programando os gastos dentro de metas de resultados e de metas financeiras.

2.15 - Lições Aprendidas

Dentre as lições aprendidas na produção deste relatório destacam-se:

- necessidade de reduzir e focalizar estrategicamente a quantidade dos macro-objetivos, de tal forma que conformem um bloco consistente e articulado de projetos e ações;
- necessidade de instituir um sistema permanente de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do PPA;
- definir um número limitado mais consistente de indicadores quantitativos e qualitativos para monitoramento das ações que permita medir seu impacto positivo em os beneficiários;
- importância de treinar as equipes das diversas Secretarias em técnicas de monitoramento e avaliação e concordar em um protocolo de operações e intercambio de informação;
- interligar os distintos sistemas operacionais da Prefeitura a fim de ganhar em eficiência e eficácia da informação; e

- pactuar uma agenda de relatórios por Secretaria a ser recebidos, analisados e compartilhados entre os órgãos centrais de planejamento e os demais órgãos municipais.

3. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DOS PROGRAMAS E AÇÕES -2012

Este item visa demonstrar o quadro da execução físico financeira em 2012, onde no item 3.1 são realizados os demonstrativos de 107 programas com seus respectivos atributos (ações e produtos). Já o item 3.2. apresenta a execução financeira dos referidos programas e ações.

3.1 - Resumo da Execução Financeira do PPA 2010 - 2013

Um aspecto a se observar, diz respeito à despesa total no período de 2010 a 2012, considerando o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas, em valores correntes, alcançou o montante de R\$ 11.690.702.610. Em valores atualizados para dezembro de 2012 (IPCA), foram aplicados R\$ 12.379.168.368.

A tabela 13 abaixo mostra a série da evolução da execução financeira para os anos anteriores já avaliados e para 2012. Verifica-se que houve uma evolução de 12,65% ao compararmos o executado do ano inicial (2010) do PPA e do ano em análise.

Tabela 14 – Evolução da Execução Financeira 2010 - 2012

ANO	Planejado (1)	Executado (2)	% Executado
2010	3.945.101.902	3.419.219.389	86,67
2011	4.116.504.286	3.867.228.414	93,94
2012	4.434.444.029	4.404.254.807	99,32
Total	12.496.050.217	11.690.702.610	93,56

Fonte: Relatórios PPA 2010 e 2011, Balanço Anual do Município de 1012

(1) Valores originais do PPA sem atualização

(2) Valores a preços correntes de cada ano

Quando examina-se a execução sob a ótica dos valores atualizados pela variação do IPCA para cada ano, o dados revelam um desempenho médio de 87,8% e um desempenho de 88,1 para o ano de 2012. Percebeu-se que a quebra de desempenho se deu nos gastos com investimentos, notadamente aqueles que contavam com recursos de fontes referentes aos convênios com o Governo Federal e Operações de Crédito.

Esses resultados não são diferentes quando se observa a execução orçamentária a partir da LOA 2012, com uma receita estimada em R\$ 5,05 bilhões, o desempenho representa 87,01% do orçamento aprovado.

Tabela 15 – Evolução da Execução Financeira 2010 - 2012 em Valores Atualizados

ANO	Planejado	Executado	% Executado
2010	4.449.424.004	3.856.315.300	86,67
2011	4.642.737.611	4.118.598.261	88,71
2012	5.001.321.181	4.404.254.807	88,06
Total	14.093.482.796	12.379.168.368	87,84

Fonte: Relatórios PPA 2010 e 2011, Balanço Anual do Município de 1012

(1) Valores do PPA atualizados para Dezembro de 2012 pelo IPCA

3.2 - Resumo da Execução Físicas do do Ano de 2012

O Quadro que se segue apresenta o desempenho da execução das metas da programação física dos programas do PPA 2010-2013 referentes ao ano de 2012.

Tabela 16 - Demonstrativo das metas físicas - ano 2012

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	PREVISTO	REALIZADO
0001	Atuação Legislativa da Câmara Municipal	1225	Área construída/M ²	100	208
		1438	Consulta realizada/Unidade	1	-
		2001	Proposição apreciada/Unidade	2	2
		2013	Entidade assistida/Unidade	5	-
0002	Apoio Administrativo	1028	Candidato inscrito/Candidato	20.000	27.882
		1109	Área construída/reformada/M ²	10.165	15.746
		1149	Sistema de gestão de RH implantado/Unidade	1	1
		1233	Mercado implantado, ampliado e recuperado/Unidade	1	2
		2006	Unidade administrativa informatizada/Unidade	16	10
		2064	Estudo e pesquisa realizada/Estudo/Pesquisa	5	3
0003	Gestão Política e Administrativa	1438	Consulta realizada/Unidade	1	-
0005	Capacitação de Servidores Públicos	1463	Formação continuada/Pessoa	1.000	-
		2007	Procurador capacitado/ano/Unidade	15	9
		2025	Guarda municipal qualificado/Unidade	650	1.032
		2073	Sevidor capacitado/Unidade	35	7
		2080	Recurso humano capacitado/Unidade	995	90
0008	Valorização do Servidor Público	1027	Servidor/cidadão premiado/Pessoa	610	-
		2012	Servidor capacitado/Unidade	2.085	3.192
		2299	Turmas Oferecidas/Unidade	50	-
		2300	Turmas Oferecidas/Unidade	50	-
0011	Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	2006	Unidade administrativa informatizada/Unidade	4	4
0014	Gestão das Políticas Públicas de Educação	2144	Docente beneficiado/Unidade	500	214
		2155	Aluno atendido/Unidade	992	160

		2262	Aluno atendido/Unidade	10.000	8.302
		2274	Professor capacitado/Unidade	250	700
0015	Cursinho Popular	1120	Concludente beneficiado/Unidade	3.000	1.370
0016	Gestão da Política de Assistência Social	2006	Unidade administrativa informatizada/Unidade	6	6
		2012	Servidor capacitado/Unidade	100	-
0017	Gestão Urbana	2033	Banco de dados atualizado/Unidade	2	1
0018	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1436	Evento apoiado/realizado/Unidade	4	-
0023	Infra-estrutura Urbana	1013	Estudo, projeto e orçamento elaborados/Unidade	1	1
		1014	Estudo, projeto e orçamento elaborados/Unidade	200	43
		1081	Área urbanizada/M ²	396.543	179.451
		1484	Área urbanizada/M ²	15.000	10.269
		1486	Áre urbanizada/M ²	2.000	10.000
0024	Gestão do Transporte Urbano	1015	Estudo e projeto elaborados/Unidade	20	5
0025	Gestão da Política de Habitação	1016	Estudo e projeto elaborados/Unidade	12	4
0027	Qualidade Ambiental	1018	Evento realizado/Unidade	40	5
		2037	Controle efetivo/Unidade	1.500	257
		2038	Regulação/Licenciamento efetuado/Unidade	260.000	600
		2329	Lagoa monitorada/Unidade	13	-
0030	Atenção Primária à Saúde/Saúde da Família	1024	Unidade reformada, ampliada e equipada/Unidade	14	18
0031	Atenção Secundária e Terciária à Saúde	1025	Área ampliada, reformada/M ²	2.043	2.043
		1421	Pacientes atendidos/Unidade	1.200	1.918
		1502	Policlínica reformada e equipada/Unidade	6	-
		2049	Entidade conveniada/Unidade	20	19
		2050	Entidade contratada/Unidade	83	84
		2051	Pessoa contratada/Unidade	3.965	178
		2058	Atendimento realizado/ano/Unidade	328.880	100.384
		2215	Policlínica mantida/Unidade	6	-
0033	Educação Permanente em Saúde	1470	Nucleo implantado/unidade	1	-
		1471	Processos Implantados/Unidade	1	3
0034	Vigilância à Saúde	1422	Ações de vigilância desenvolvidas/Percentagem	80	80
		2206	Centro mantido/Unidade	1	1
		2207	Rede mantida/Unidade	1	1
		2294	Prevenção Realizada/unidade	48	60
0035	SAMU - Fortaleza	1236	Ambulância reaparelhada/Unidade	5	9
0036	Educação e Segurança no Trânsito	1021	Semáforo, câmera e painel implantados/Unidade	85	57
		1147	Ação desenvolvida/Unidade	250	343
		1198	Viatura adquirida/Unidade	20	20
		2055	Sinalização realizada/M ²	83.000	114.193
0039	Prevenção, Controle e	2057	Ações de prevenção realizada/Unidade	12	51

	Assistência aos Portadores de DST e AIDS	2208	Pessoa assistida/Unidade	4.320	1.500
0040	Desenvolvimento do Aprendizado de Idiomas	1464	Turista atendido/Pessoa	3.000	-
		1465	Cidadão informado/Pessoa	1.000	200
		2063	Aluno matriculado/Aluno	9.000	7.000
		2286	Cidadão atendido/Pessoa	30.000	17.025
0041	Áreas de Interesse Ecológico	1029	Área preservada/Unidade	5	2
		1494	Rio revitalizado/Rio revitalizado	3	-
0042	Atenção Integral à Criança e ao Adolescente	2067	Entidade assistida/Unidade	1	160
0043	Qualificação Profissional	1030	Pessoa capacitada em curso de qualificação básico/Unidade	25.700	3.747
0044	Geração de Emprego e Renda	1033	Microempreendedor beneficiado com crédito/Pessoa	1.800	14.662
		1035	Público beneficiado/Unidade	550	770
		1037	Jovem beneficiado com crédito solidário/Pessoa	700	218
		1135	Mulher empreendedora beneficiada/Pessoa	120	64
		1306	Pessoa sem renda excluídas do mercado de trabalho/Pessoa	2.000	615
		1320	Produto artesanal competitivo/Unidade	250	102
		1447	Pesquisa realizada/Unidade	3	2
		2316	Grupo apoiado/Unidade	10	10
0046	Desenvolvimento do Desporto Comunitário	1237	Pessoa beneficiada/Unidade	6.000	4.814
		1297	Pessoa beneficiada/Unidade	10.000	-
		1319	Entidade apoiada/Unidade	61	21
0050	Promoção da Difusão Cultural: Formação, Pesquisa e Circulação	1255	Festival e mostra realizado/Unidade	6	6
		1265	Formação de platéia realizada/Unidade	10	10
		1290	Política editorial implementada/Unidade	3	-
		1291	Exposição realizada/Unidade	2	1
0054	Desenvolvimento da Cultura	1065	Manifestação apoiada/Unidade	42	30
		1266	Convênio firmado/Unidade	11	1
		1272	Edital criado/Unidade	8	4
		2252	Divulgação realizada/Unidade	22	11
		2317	Evento realizado/Unidade	2	2
0056	Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	1289	Equipamento adquirido/Unidade	3	3
		1341	Requalificação elaborada/Unidade	3	-
0058	Desenvolvimento da Educação Infantil	2151	Aluno atendido/Unidade	13.735	10.593
0060	Desenvolvimento do Turismo	1067	Evento promovido/Unidade	6	6
		1071	Inventário das ofertas turísticas de Fortaleza/Percentagem	20	-
		1365	Pessoa capacitada/Unidade	7.000	50
		1369	Arranjo produtivo implementado/Unidade	4	-
0061	Educação de Jovens e Adultos	2078	Aluno matriculado/Unidade	19.726	16.999
0063	Infra-estrutura Viária	1110	Via urbana ampliada e recuperada/M ²	1.337.179	387.998

		1112	Drenagem implantada e recuperada/M	308.300	93.586
		1116	Via urbana implantada e recuperada/M ²	285.000	157.362
		1487	Via urbanizada e recuperada/M ²	2.000	-
		2081	Asfalto produzido/Tonelada	219.000	399.660
0064	Desenvolvimento da Assistência Social	1091	Unidade reformada e equipada/Unidade	22	5
0066	Fortaleza Limpa e Bela	1467	Prédio construído/reformado/Unidade	4	-
		2084	Resíduo sólido urbano coletado/Tonelada	1.572.322	1.446.432
		2285	Coleta incentivada/realizada ano/Tonelada	70.000	665
0067	Desenvolvimento dos Serviços Públicos	1079	Ponto luminoso ampliado/melhorado/Unidade	9.500	6.751
		2092	Manutenção realizada/Unidade	81.300	81.300
0071	Viver Proteção Especial a Criança e Adolescente	1223	Família atendida/Unidade	400	-
		2107	Pessoa atendida/Unidade	300	662
		2108	Atendimento realizado/Unidade	478	7.121
		2110	Criança e adolescente atendidos/Unidade	975	3.000
		2111	Criança e adolescente atendidos/Unidade	82	174
		2112	Adolescente atendido/Unidade	240	240
		2113	Adolescente atendida/Unidade	240	240
		2126	Criança e adolescente atendidos/Unidade	1.125	1.000
0075	Educação Política e Cidadania	2116	Atendimento jurídico, social e psicológico realizado/Unidade	75	6.141
0076	Viver a Família e a Comunidade	1104	Bolsa-família concedida/Unidade	575	1.632
		1171	Família atendida/Unidade	750	-
		1172	Pessoa capacitada/Unidade	750	-
0080	Morar Melhor	1115	Casa construída/Unidade	2.749	133
		1121	Casa melhorada/Unidade	650	163
		1163	Estudo e projeto elaborados/Unidade	2	-
		1249	Casa construída/Unidade	25	-
0081	Saneamento Básico / PAC	1119	Família beneficiada/Unidade	1.025	-
0084	Programa de Habitação de Fortaleza/PAC	1125	Estudo e projeto elaborados/Unidade	1	1
		1126	Habitação regularizada/Unidade	215	-
		1127	Pessoa capacitada/encaminhada/Unidade	600	-
		1128	Saneamento básico implantado/M	13.500	-
		1129	Família Beneficiada/Unidade	146	-
		1131	Habitação popular construída/Unidade	1.000	21
		1132	Infra-estrutura implantada/M ²	5.000	-
		1134	Indenização realizada/Unidade	50	-
		1353	Família assistida/Unidade	250	-
1505	Habitação regularizada/Unidade	7.000	250		
0085	Desenvolvimento de Equipamentos Sociais	1220	Apoio realizado/Unidade	1	-

0087	Programa de Transporte Urbano	1199	Ônibus equipado/Unidade	77	77
0088	Defesa do Consumidor	2139	População informada/Percentual	10	10
0093	Somos Iguais, Somos Diferentes	1254	Campanha promovida/Unidade	2	2
		2170	População atendida/Percentual	10	3
0095	Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS/PAC	1349	Imóvel indenizado/Unidade	50	-
		1354	Unidade habitacional construída/Unidade	600	200
		1355	Área de risco recuperada/Unidade	8	-
		1356	Infra-estrutura implantada/Unidade	11	-
		2265	Estudo e projeto elaborados/Unidade	4	4
0097	Casa Bela	1296	Programa executado/Unidade	500	214
0099	Melhoria da Qualidade da Rede Física das Escolas Públicas no Ensino Fundamental e Pré-Escolar	1094	Unidade escolar reformada, ampliada e equipada/Unidade	70	2
		1169	Escola adequada/Unidade	15	-
0100	Melhoria da Rede Física na Educação Infantil	1358	Centro reformado/Unidade	6	-
0101	Programa de Arrendamento Residencial	1125	Estudo e projeto elaborados/Unidade	10	-
		1328	Casa construída/Unidade	400	-
0102	Casa e Renda	1333	Projeto realizado/Unidade	1	-
0103	Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Populares/PAC	1126	Habitação regularizada/Unidade	2.000	300
		1336	Unidade regularizada/Unidade	3.000	-
		1337	Unidade regularizada/Unidade	2.500	-
0105	Programa de Urbanização de Assentamentos Subnormais/PAC	1125	Estudo e projeto elaborados/Unidade	16	-
		1331	Família assistida/Unidade	189	870
		1344	Casa construída/Unidade	2.000	20
		1345	Habitação melhorada/Unidade	189	-
		1347	Família atendida/Unidade	189	-
		1348	Unidade regularizada/Unidade	250	-
		1349	Imóvel indenizado/Unidade	50	-
		1351	Área recuperada/Unidade	1	-
2194	População capacitada/Unidade	400	-		
0106	PROJOVEM	1360	Jovens incluídos/Unidade	14.000	500
0108	Gestão de Equipamentos Culturais	1362	Espaço adequado, reformado/Unidade	4	1
0111	Políticas Públicas de Tecnologia da Informação	1032	Jovem capacitado em tecnologia da informação/Unidade	2.500	1.632
		1485	Posto de Trabalho Apoiado/	2.000	-
		1511	Centro implantado/	1	-
		2202	Servidor incluído/Unidade	200	200
		2311	Casa Brasil mantida/	3	3
		2312	Serviços online disponibilizado/	76	76
		2314	Computadores Recondicionados/	500	-
		2322	Telecentro mantido/	5	5
		2323	Ponto de acesso conectado/	120	-
0112	Gestão da Tecnologia da Informação	1475	Unidades Conectadas/	18	18
		2021	Unidade administrativa informatizada/Unidade	20	17

		2295	Sistema mantido/Unidade	10	18
		2297	Posto de suporte oferecido/Unidade	14	1
		2298	Serviço Hospedado/Unidade	15	18
0113	Tecnologia da Informação Corporativa	1488	Estação substituída/	900	-
		2307	Ponto de presença suportado/Unidade	700	700
		2308	Banda disponibilizada/Megabit por segundo	310	100
		2318	Estação de trabalho mantido/	6.000	5.500
0114	Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Fortaleza	1088	Pesquisa realizada/Pesquisa	1	-
		2100	Unidade e CRAS mantidos/Unidade	8	13
0116	Proteção Social Básica	1441	Mulher capacitada/Unidade	12.000	6.500
		1442	Jovem atendido/Unidade	7.000	782
		2094	Benefício concedido/Unidade	7.500	6.972
		2096	Pessoa idosa atendida/Unidade	500	-
		2097	Criança e família atendidas/Unidade	1.906	-
		2098	Criança e adolescente atendidos/Unidade	200	-
		2238	Família atendida/Unidade	20.000	200.639
		2246	Pessoa beneficiada/Unidade	3.000	-
		2255	Pessoa idosa atendida/Unidade	857	1.486
0117	Proteção Social Especial	1441	Mulher capacitada/Unidade	3.000	-
		2096	Pessoa idosa atendida/Unidade	274	141
		2098	Criança e adolescente atendidos/Unidade	2.300	1.676
		2245	Pessoa atendida/Unidade	100	2.872
		2257	Pessoa atendida/Unidade	45	34
		2272	Criança, adolescente e jovem atendido/Unidade	500	2.243
0118	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza - DRENURB Fortaleza	1449	Drenagem ampliada e recuperada/M ²	17.830	86.072
0119	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ)	1454	Jovem beneficiado/Jovem	2.455	100
		1455	Jovens beneficiados/Unidade	12.510	600
0120	Gestão da Política de Juventude	1456	Evento realizado/Unidade	1	-
		2281	Conselho mantido/Unidade	1	1
		2282	Profissional capacitado/Unidade	150	80
0121	Incentivo ao Desenvolvimento e Expansão da Base Econômica do Município	1457	Incentivos concedidos/Unidade	20	-
		1458	Ações apoiadas/Unidade	3	-
		1459	Eventos apoiados/Unidade	2	17
0122	Adoção de Tecnologias Destinadas à Inovação e Modernização Empresarial	1462	Desings desenvolvidos/Unidade	4	-
0125	Programa de Melhoria da Qualidade de Obras Públicas da Prefeitura de Fortaleza - Qualifor	1476	Processo fiscalizado/Unidade	270	82
		2306	Servidor capacitado/Unidade	180	98
0126	Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	2310	Campanha realizada/Unidade	1	1
0127	Programa de Fortalecimento Sócio-político das Mulheres	2313	Ação realizada/Unidade	10	9
0128	Gestão da Política para Mulheres	2315	Profissional capacitada(o)/Unidade	150	20

0129	PRODETUR Nacional - Fortaleza	1495	Produto e roteiro turístico desenvolvido/Unidade	2	1
		1496	Equipamento turístico construído/reformado/Unidade	2	2
		2326	Estudo de impacto ambiental elaborado/Unidade	2	1
		2327	Ação de marketing realizada/Unidade	6	3
		2328	Planos e projetos elaborados/acompanhados/Unidade	15	4
0130	Segurança Cidadã - PRONASCI Fortaleza	1498	Guarda capacitado/Unidade	50	20
		1499	Mulher capacitada/Unidade	200	-
		1500	Adolescente/Jovem capacitado/Unidade	200	-
		1501	Pessoa atendida/Unidade	200	-

Tabela 17 - Demonstrativo da Execução Financeira - 2012

PROG	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2012		
				PREVISTO	REALIZADO	% EXEC.
0001	Atuação Legislativa da Câmara Municipal	1225	Reforma e Ampliação da Sede do Legislativo Municipal	412.294	861.434	208,94%
		1438	Realização de Consultas Plebiscitárias e Referendárias	100.000	-	0,00%
		2001	Manutenção das Atividades Legislativas	31.172.089	34.029.935	109,17%
		2002	Manutenção dos Serviços Administrativos	3.822.245	5.858.432	153,27%
		2013	Apoio Financeiro a Entidades de Defesa dos Direitos do Cidadão	207.262	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	73.260.496	70.348.727	96,03%
		2154	Apoio Financeiro à União dos Vereadores do Ceará	74.616	36.000	48,25%
		2172	Manutenção do Instituto Américo Barreira	214.350	25.000	11,66%
SUBTOTAL				109.263.352	111.159.527	101,74%
0002	Apoio Administrativo	1028	Realização de Concursos e Seleção de Pessoal	1.650.376	2.081.668	126,13%
		1109	Construção, Ampliação e Reformade Prédios Públicos	22.673.828	3.401.074	15,00%
		1149	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de RH	1.839.593	372.433	20,25%
		1167	Modernização do Plano de Cargos e Carreiras	171.038	-	0,00%
		1233	Implantação, Ampliação e Recuperação de Mercados Públicos	813.533	634.026	77,93%
		1380	Melhoria dos Serviços Prestados nos Mercados	60.992	-	0,00%
		2002	Manutenção dos Serviços Administrativos	153.836.338	146.447.393	95,20%
		2006	Racionalização e Informatização	3.510.016	253.946	7,23%
		2009	Manutenção de Órgãos Colegiados do Município	5.411.129	3.437.882	63,53%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	372.565.240	442.816.949	118,86%
		2015	Administração de Material e Patrimônio	5.184.145	2.562.330	49,43%
		2016	Administração de Pessoal	50.092	16.797	33,53%
		2017	Arquivo e Divulgação Oficial	149.750	49.548	33,09%
		2054	Manutenção do Núcleo de Ações e Serviços Públicos e de Cidadania	2.761.319	1.457.520	52,78%
		2064	Estudos e Pesquisas Sociais Aplicadas	412.258	582.430	141,28%
		2065	Apoio às Ações do FUNDEMA	399.081	113.737	28,50%
		2090	Aluguéis e Correlatos da Administração	1.343.938	940.903	70,01%
2109	Manutenção de Órgãos Colegiados	31.937	-	0,00%		
2118	Encargo com a Liquidação do FRIFORT	1.067.991	634.569	59,42%		

		2119	Manutenção do Sistema de Previdência do Município	5.461.144	6.188.916	113,33%
		2122	Apoio às Ações de Desenvolvimento Sócio-econômico	358.014	767.079	214,26%
		2196	Manutenção Cerimonial	418.984	6.297.913	1503,14%
		2320	Manutenção da Praça do Povo	176.694	-	0,00%
SUBTOTAL				580.347.430	619.057.113	106,67%
0003	Gestão Política e Administrativa	1438	Realização de Consultas Plebiscitárias e Referendárias	313.180	-	0,00%
		2003	Assessoramento Político e Administrativo	16.719.315	9.259.628	55,38%
		2008	Comunicação de Governo	3.811.395	1.333.135	34,98%
SUBTOTAL				20.843.890	10.592.763	50,82%
0004	Defesa Jurídica do Município	2005	Defesa dos Interesses do Município	2.249.419	3.409.591	151,58%
SUBTOTAL				2.249.419	3.409.591	151,58%
0005	Capacitação de Servidores Públicos	1463	Programa de Educação Permanente	235.596	-	0,00%
		2007	Capacitação de Procuradores	370.183	240.753	65,04%
		2025	Formação Permanentes de Guardas Municipais	652.711	339.819	52,06%
		2061	Desenvolvimento de Recursos Humanos	2.484.221	226.443	9,12%
		2073	Capacitação de Servidores em Gestão Ambiental	86.696	2.025	2,34%
		2080	Capacitação de Recursos Humanos da Educação	62.174	27.830	44,76%
SUBTOTAL				3.891.581	836.871	21,50%
0006	Gestão da Política de Comunicação	1428	Implantação da TV Municipal	1.000.000	1.266.786	126,68%
		2008	Comunicação de Governo	22.689.479	21.059.673	92,82%
		2248	Operacionalização da TV Municipal	263.867	-	0,00%
SUBTOTAL				23.953.346	22.326.459	93,21%
0007	Integração entre Planejamento e Orçamento	1001	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Orçamento	179.053	18.240	10,19%
		2011	Acompanhamento e Revisão do Plano Plurianual	115.293	-	0,00%
SUBTOTAL				294.346	18.240	6,20%
0008	Valorização do Servidor Público	1027	Banco de Criatividade e Participação	37.458	-	0,00%
		2012	Capacitação de Servidores	1.060.998	291.682	27,49%
		2287	Gente de Valor	171.358	-	0,00%
		2299	Capacitação de Pessoal Técnico de TI	300.000	-	0,00%
		2300	Capacitação de Usuários Finais em TI	150.000	-	0,00%
SUBTOTAL				1.719.814	291.682	16,96%
0009	Vigilância Pública	2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	54.566.294	71.449.658	130,94%
		2018	Manutenção dos Serviços de Vigilância	7.606.358	8.847.849	116,32%
		2167	Manutenção dos Serviços de Salvamento	28.394	-	0,00%
		2168	Manutenção dos Serviços de Ronda Preventiva Escolar	128.085	-	0,00%

SUBTOTAL				62.329.131	80.297.507	128,83%
0011	Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno	2006	Racionalização e Informatização	15.720	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	751.570	1.213.901	161,52%
		2019	Gestão Contábil e Financeira	28.958	-	0,00%
		2020	Gestão do Controle Interno	384.840	409.186	106,33%
SUBTOTAL				1.181.088	1.623.087	137,42%
0012	Administração Tributária	2022	Manutenção dos Serviços de Cadastro e Informações Fiscais e Tributárias	9.148	-	0,00%
		2023	Administração Fiscal e Tributária	1.384.824	4.649.483	335,75%
		2024	Manutenção do Contencioso Administrativo e Tributário	74.158	48.539	65,45%
SUBTOTAL				1.468.130	4.698.022	320,00%
0013	Modernização das Administrações Tributárias Municipais	1005	Tecnologia de Informação e Equipamentos de Informática	3.855.776	2.392.497	62,05%
		1155	Modernização Tributária	8.978.906	10.244.477	114,09%
		1253	Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário Georeferenciado	2.493.554	1.994.356	79,98%
SUBTOTAL				15.328.236	14.631.330	95,45%
0014	Gestão das Políticas Públicas de Educação	1010	Desenvolvimento das Políticas de Gestão Escolar	544.500	16.434.450	3018,26%
		1385	Implantação do Programa de Avaliação Custo/Aluno/Qualidade da rede Pública Municipal	12.000	-	0,00%
		2026	Desenvolvimento das Políticas do Ensino Fundamental	1.573.000	1.049.016	66,69%
		2027	Desenvolvimento das Políticas de Educação Infantil	1.168.007	544.593	46,63%
		2029	Desenvolvimento das Políticas de Educação Especial	837.741	556.585	66,44%
		2030	Desenvolvimento das Políticas de Esporte e Arte nas Escolas	5.795.900	177.494	3,06%
		2143	Conferência Municipal de Educação	133.100	-	0,00%
		2144	Formação Docente em Nível Superior, Especialização, Mestrado e Doutorado	350.463	1.636.240	466,88%
		2155	Conveniência com Instituições de Atendimento à Criança com Necessidade Especial	457.697	416.000	90,89%
		2173	Manutenção do Conselho Municipal de Educação	177.870	24.179	13,59%
		2204	Desenvolvimento das Políticas de Valorização dos Trabalhadores em Educação	605.000	-	0,00%
		2205	Manutenção do Centro de Referência do Professor	388.082	266.132	68,58%
		2261	Manutenção do Fundo Municipal de Educação	181.500	190	0,10%
		2262	Manutenção do Transporte Escolar	14.583.891	8.585.803	58,87%
2263	Contribuição ao FUNDEB	10.000	-	0,00%		

		2274	Formação Inicial e Continuada em Regime Semi-Presencial	60.500	23.455	38,77%
SUBTOTAL				26.879.251	29.714.135	110,55%
0015	Cursinho Popular	1120	Cursinhos Populares	1.885.019	482.250	25,58%
SUBTOTAL				1.885.019	482.250	25,58%
0016	Gestão da Política de Assistência Social	2002	Manutenção dos Serviços Administrativos	1.672.560	1.442.961	86,27%
		2006	Racionalização e Informatização	69.482	-	0,00%
		2008	Comunicação de Governo	26.220	-	0,00%
		2012	Capacitação de Servidores	493.244	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	7.218.686	4.696.590	65,06%
		2032	Gerenciamento das Políticas de Assistência Social	634.324	347.786	54,83%
		2225	Gerenciamento do FMAS	189.310	408.226	215,64%
SUBTOTAL				10.303.826	6.895.563	66,92%
0017	Gestão Urbana	1011	Atualização e Complementação da Legislação Urbana	101.560	-	0,00%
		2033	Sistema de Informações Estatísticas	387.302	-	0,00%
		2034	Controle do Uso e Ocupação do Solo	214.334	-	0,00%
SUBTOTAL				703.196	-	0,00%
0018	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1012	Desenvolvimento Institucional - Desenvolvimento Urbano	48.748	-	0,00%
		1436	Apoio a Realização de Foros, Seminários e Conferências na Área do Centro	44.206	-	0,00%
		2321	Melhoria da Qualidade da Pavimentação Asfáltica	566.480	-	0,00%
SUBTOTAL				659.434	-	0,00%
0023	Infra-estrutura Urbana	1013	Projetos Urbanísticos de Áreas Prioritárias	733.654	687.659	93,73%
		1014	Projetos de Infra-estrutura Urbana	3.747.231	6.187.368	165,12%
		1081	Urbanização de Vias e Espaços Públicos	26.483.937	14.891.820	56,23%
		1404	Requalificação do Centro da Cidade	2.342.445	1.013.652	43,27%
		1406	Construção de Ciclovias	181.642	-	0,00%
		1484	Requalificação da Orla Marítima	25.882.200	7.405.907	28,61%
		1486	Urbanização Projeto Vila do Mar	1.643.976	13.953.646	848,77%
		1489	Espigão do Titanzinho	2.355	-	0,00%
		1490	Entrada e Marca da Cidade	1.177	-	0,00%
		1509	Urbanização do Parque Raquel de Queiroz	1.830.000	-	0,00%
		1491	Praça da Juventude	-	893.039	*
SUBTOTAL				62.848.617	45.033.091	71,65%
0024	Gestão do Transporte Urbano	1015	Desenvolvimento Institucional - Transporte Público	12.156.831	3.618.885	29,77%
		2035	Vistoria e Controle Operacional do Transporte Coletivo	18.020.239	60.999.232	338,50%

		2334	Dinamização dos Corredores de Transporte - Gerenciamento das Ações - PAC da Mob. Urbana (Copa 2014)	2.321.000	-	0,00%
SUBTOTAL				32.498.070	64.618.118	198,84%
0025	Gestão da Política de Habitação	1016	Desenvolvimento Institucional - Habitação	3.579.572	6.445.202	180,06%
SUBTOTAL				3.579.572	6.445.202	180,06%
0027	Qualidade Ambiental	1018	Educação Ambiental	411.780	-	0,00%
		1019	Agenda 21 do Município	1.103.106	-	0,00%
		2036	Fiscalização da Poluição e da Degradação Ambiental	167.737	-	0,00%
		2037	Monitoramento e Controle da Poluição Ambiental	1.142.099	-	0,00%
		2038	Regulação, Controle e Licenciamento Ambiental	247.943	-	0,00%
		2329	Balneabilidade de Lagoas - Copa 2014	2.355	-	0,00%
		2331	Programa de Controle Ambiental (PCA) - Copa 2014	2.355	-	0,00%
SUBTOTAL				3.077.375	-	0,00%
0029	Gestão da Política de Saúde	2060	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	118.304	26.930	22,76%
		2136	Manutenção dos Conselhos Regionais de Saúde	94.233	35.630	37,81%
		2250	Divulgação das Ações de Saúde	2.173.202	2.707.574	124,59%
		2278	Fortalecimento e Qualificação da Rede de Ouvidoria em Saúde do Município	54.295	-	0,00%
		2292	Acompanhamento do Sistema de Planejamento do SUS - PLANEJASUS	62.847	47.456	75,51%
SUBTOTAL				2.502.881	2.817.590	112,57%
0030	Atenção Primária à Saúde/Saúde da Família	1023	Implantação de Unidades de Saúde	500.000	390.959	78,19%
		1024	Reforma, Ampliação e Equipamento das Unidades de Saúde	1.708.073	1.977.471	115,77%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	233.841.456	228.912.064	97,89%
		2179	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	47.017.754	1.768.339	3,76%
		2180	Prevenção e Controle de Diabetes e Hipertensão	943.104	345.000	36,58%
		2277	Atenção à Saúde	12.778.775	89.258.088	698,49%
		2347	Programa de Expansão e Consolidação da Estratégia Saúde da Família - PROESF	-	5.998,08	*
SUBTOTAL				296.789.162	322.657.919	108,72%
0031	Atenção Secundária e Terciária à Saúde	1025	Ampliação, Reforma e Equipamento do Hospital - Qualisus	1.717.126	3.428.214	199,65%
		1235	Ampliação, Reforma e Equipamento de Hospitais Municipais - Qualisus	10.380.856	102.250	0,98%
		1396	Instalação e Equipamento do Hospital da Mulher	10.860.223	19.900.213	183,24%
		1399	Implantação de Centro de Especialidade Odontológica - CEO	455.878	-	0,00%

		1415	Instalação do Albergue Terapêutico	87.155	-	0,00%
		1416	Implantação do Serviço Residencial Terapêutico	176.900	-	0,00%
		1421	Programa de Órtese e Prótese	1.800.476	1.280.197	71,10%
		1502	Reforma e Equipamento de Policlínica	1.004.178	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	228.238.022	359.594.642	157,55%
		2043	Manutenção da Rede de Hospitais do Município	66.862.538	50.065.325	74,88%
		2049	Conveniamiento com Entidades Filantrópicas	118.533.338	106.961.462	90,24%
		2050	Contratação de Entidades Privadas de Saúde	146.310.638	121.393.366	82,97%
		2051	Contratação de Profissional da Saúde	10.743.943	10.483.529	97,58%
		2058	Assistência Hospitalar de Urgência e Emergência	39.121.917	43.159.628	110,32%
		2120	Manutenção do Programa de Assistência a Saúde	33.789.258	63.905.397	189,13%
		2209	Manutenção de Centro de Apoio Psicossocial	1.115.935	281.119	25,19%
		2210	Manutenção do Serviço Residencial Terapêutico	360.115	-	0,00%
		2211	Manutenção de Centro Integrado de Saúde	289.008	-	0,00%
		2215	Manutenção de Policlínica	819.212	-	0,00%
		2217	Manutenção do Centro de Especialidade Odontológica - CEO	646.570	-	0,00%
		2276	Conveniamiento com Entes Públicos	30.389.136	44.386.897	146,06%
		2293	Manutenção do Hospital da Mulher - Município	1.301.122	4.546.503	349,43%
		2332	Fortalecimento das Ações de Atenção Especializada	19.935.080	68.133.655	341,78%
SUBTOTAL				724.938.624	897.622.397	123,82%
0032	Assistência Farmacêutica Integral	1391	Reforma e Ampliação da Central de Abastecimento Farmacêutico-CAF e Rede de Frio	34.157	-	0,00%
		1394	Implantação e Ampliação de Áreas de Cultivo de Plantas Medicinais	58.899	-	0,00%
		2044	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Essenciais da Atenção Básica e Especializada	11.895.380	7.313.155	61,48%
		2214	Manutenção da Central de Abastecimento Farmacêutico e Rede de Frios	6.361.601	5.608.384	88,16%
SUBTOTAL				18.350.037	12.921.539	70,42%
0033	Educação Permanente em Saúde	1470	Implantação e Implementação do Nucleo de Ciência e Tecnologia	310.000	-	0,00%
		1471	Implantação e Implementação de Processos Formativos	10.254.801	1.007.993	9,83%
		1472	Implantação da Política Municipal de Educação Popular em Saúde	344.300	765.488	222,33%

SUBTOTAL				10.909.101	1.773.481	16,26%
0034	Vigilância à Saúde	1324	Reforma, Construção, Ampliação e Equipamento da Vigilância Sanitária	176.697	-	0,00%
		1422	Fortalecimento e Modernização da Gestão do Sistema Municipal de Vigilância da Saúde - VIGISUS	592.903	2.376	0,40%
		1437	Reforma e Equipamento do Centro de Zoonose	20.407	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	32.065.915	26.990.845	84,17%
		2045	Manutenção da Vigilância Sanitária	5.831.449	181.255	3,11%
		2046	Manutenção da Vigilância Epidemiológica	4.728.452	444.278	9,40%
		2047	Manutenção da Vigilância Ambiental e Sanitária em Saúde	144.033	4.012.932	2786,12%
		2206	Manutenção do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	121.000	11.711	9,68%
		2207	Manutenção da Rede de Atenção Integral do Trabalhador	359.580	453.448	126,11%
		2294	Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis por Vetores	13.425.488	5.563.604	41,44%
SUBTOTAL				57.465.924	37.660.449	65,54%
0035	SAMU - Fortaleza	1236	Reaparelhamento da Frota do SAMU Fortaleza	1.943.674	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	13.372.244	12.396.520	92,70%
		2156	Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	11.414.753	12.748.668	111,69%
SUBTOTAL				26.730.671	25.145.188	94,07%
0036	Educação e Segurança no Trânsito	1021	Implantação do Controle de Tráfego em Área de Fortaleza	9.254.952	16.535.280	178,66%
		1147	Educação para Segurança no Trânsito	192.246	139.145	72,38%
		1198	Reequipamento Operacional do Trânsito	588.992	430.000	73,01%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	14.616.777	25.755.353	176,20%
		2055	Operacionalização do Trânsito	39.820.797	70.432.585	176,87%
SUBTOTAL				64.473.764	113.292.363	175,72%
0039	Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de DST e AIDS	2057	Prevenção de DST/HIV/ AIDS	1.963.801	1.267.604	64,55%
		2208	Assistência à Portadores de DST/HIV/ AIDS	425.643	80.509	18,91%
SUBTOTAL				2.389.444	1.348.112	56,42%
0040	Desenvolvimento do Aprendizado de Idiomas	1464	Falando com o Turista	265.045	-	0,00%
		1465	Falando com a Comunidade	117.798	56.159	47,67%
		2063	Ensino de Idiomas	213.745	45.847	21,45%
		2286	Plantão Gramatical	235.596	18.227	7,74%
SUBTOTAL				832.184	120.233	14,45%

0041	Áreas de Interesse Ecológico	1029	Preservação de Áreas de Interesse Ecológico	1.240.944	-	0,00%
		1201	Recuperação de Áreas Degradadas	404.521	-	0,00%
		1494	Revitalização do Rio Maranguapinho - Copa 2014	7.065	-	0,00%
SUBTOTAL				1.652.530	-	0,00%
0042	Atenção Integral à Criança e ao Adolescente	2066	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	270.936	42.960	15,86%
		2067	Apoio a Entidade Conveniada	2.841.834	801.232	28,19%
SUBTOTAL				3.112.770	844.192	27,12%
0043	Qualificação Profissional	1030	Capacitação Profissional de Trabalhadores	6.245.001	4.472.638	71,62%
SUBTOTAL				6.245.001	4.472.638	71,62%
0044	Geração de Emprego e Renda	1033	Programa Agência Cidadã de Crédito - PAC	1.350.828	3.016.190	223,28%
		1035	Apoio ao Associativismo e Cooperativismo	2.045.793	1.743.181	85,21%
		1037	Credjovem	607.901	2.318.828	381,45%
		1135	Cozinha em Casa	1.357.311	822.565	60,60%
		1306	Frentes de Serviços	372.717	-	0,00%
		1320	Artesanato Competitivo	91.498	207.000	226,23%
		1447	Realização de Pesquisa Sobre o Mercado de Trabalho e Políticas Públicas	235.596	-	0,00%
		1497	Implantação da Casa Campo Cidade/Banco de Alimentos	2.354	-	0,00%
		2316	Apoio à Organização Produtiva das Mulheres	135.467	51.103	37,72%
		1526	Fomento à Economia Criativa	-	30.000,00	*
SUBTOTAL				6.199.465	8.188.867	132,09%
0046	Desenvolvimento do Desporto Comunitário	1205	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Esportiva	4.087.372	2.903.385	71,03%
		1237	Implantação do Projeto Atleta Cidadão	2.032.021	1.577.382	77,63%
		1297	Execução do Programa Xadrez Educativo	364.823	-	0,00%
		1319	Apoio à Entidades Esportivas	4.573.849	5.475.077	119,70%
		1375	Implantação de Campos Esportivos	213.480	-	0,00%
		1376	Reforma em Campos Esportivos	1.490.411	-	0,00%
		2086	Oferta de Esporte e Lazer	3.986.311	229.698	5,76%
		2224	Manutenção do Ginásio Paulo Sarasate	179.490	151.378	84,34%
		2333	Manutenção do Estádio Presidente Vargas	117.798	503.007	427,01%
		1492	Requalificação do Estádio Presidente Vargas - Copa 2014	-	305.318,70	*
		2341	Academia na Comunidade	-	1.003.688,40	*
SUBTOTAL				17.045.555	12.148.933	71,27%
0050	Promoção da Difusão Cultural: Formação, Pesquisa e	1255	Apoio e Realização de Festivais e Mostras	572.544	564.860	98,66%
		1265	Implantação de Projetos de Formação de Platéia nas Diversas Linguagens	1.074.119	1.064.575	99,11%

	Circulação		Artísticas			
		1290	Implementação de Política Editorial com Base na Formação e Difusão	86.662	-	0,00%
		1291	Realização de Exposições	743.306	354.800	47,73%
		1512	Semana do Humor de Fortaleza	100.000	-	0,00%
SUBTOTAL				2.576.631	1.984.235	77,01%
0054	Desenvolvimento da Cultura	1065		8.736.421	8.865.014	101,47%
		1266	Apoio a Convênios na Área de Arte-educação	2.204.843	74.090	3,36%
		1272	Criação de Editais de Estímulo à Circulação e Difusão Cultural	1.776.799	4.238.720	238,56%
		1510	Show Cultural nos Bairros	706.200	-	0,00%
		2252	Divulgação das Ações de Cultura	663.252	852.291	128,50%
		2317	Eventos Voltados à Promoção dos Direitos das Mulheres	241.486	337.982	139,96%
SUBTOTAL				14.329.001	14.368.097	100,27%
0056	Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	1289	Equipamento de Guarda e Proteção dos Acervos Históricos Culturais	624.823	49.500	7,92%
		1341	Requalificação do Centro Histórico	1.968.017	-	0,00%
SUBTOTAL				2.592.840	49.500	1,91%
0057	Melhoria da Qualidade da Educação Básica	1008	Desenvolvimento de Projetos e Tecnologias Educacionais	715.715	112.060	15,66%
		1009	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	5.550.435	2.049.576	36,93%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	525.192.896	506.432.806	96,43%
		2074	Manutenção do Ensino Fundamental	124.299.368	134.055.962	107,85%
		2075	Manutenção das Escolas pelo PMDE	13.529.725	4.824.721	35,66%
		2077	Alimentação Escolar	26.128.057	16.846.856	64,48%
		2087	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.020.200	26.995	1,34%
		2088	Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE/PME	42.402	-	0,00%
		2089	Carteira de Estudante para Pessoas Beneficiadas pela Lei Municipal nº 9.114, de 03/11/06	1.155.494	2.968.105	256,87%
		2091	Fardamento Escolar	10.500.000	5.046.051	48,06%
2105	Informática na Educação	1.719.116	2.785.418	162,03%		
SUBTOTAL				710.853.408	675.148.549	94,98%
0058	Desenvolvimento da Educação Infantil	2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	49.800.000	50.094.211	100,59%
		2076	Manutenção da Educação Pré-escolar	7.663.963	4.720.348	61,59%
		2130	Manutenção de Creches	15.948.284	24.396.694	152,97%
		2151	Alimentação Escolar - Creche	2.565.659	1.858.603	72,44%
SUBTOTAL				75.977.906	81.069.857	106,70%
0059	Gestão da Política de Turismo	1364	Sistema de Informações Turísticas	322.836	120.000	37,17%
SUBTOTAL				322.836	120.000	37,17%

0060	Desenvolvimento do Turismo	1067	Eventos Promotores de Desenvolvimento do Turismo	5.307.010	6.466.000	121,84%
		1071	Inventário das Ofertas Turísticas de Fortaleza	217.567	-	0,00%
		1276	Roteiros Integrados de Fortaleza	480.253	2.065.147	430,01%
		1365	Educação e Qualificação para o Turismo Cultural e Ambiental	1.580.877	50.000	3,16%
		1366	Marketing Institucional para o Turismo	60.647	-	0,00%
		1368	Pólos de Cultura Ecoturísticos e Turismo Solidário	74.631	-	0,00%
		1369	Sócio-Economia Solidária	127.857	-	0,00%
		1371	Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente	594.524	-	0,00%
		2251	Divulgação das Ações de Turismo	2.363.699	1.191.540	50,41%
SUBTOTAL				10.807.065	9.772.686	90,43%
0061	Educação de Jovens e Adultos	2078	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	1.471.744	2.991.623	203,27%
SUBTOTAL				1.471.744	2.991.623	203,27%
0062	Desenvolvimento do Ensino Médio	1078	Reforma e Equipamento do Colégio Filgueiras Lima	81.505	-	0,00%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	1.827.000	1.512.402	82,78%
		2079	Manutenção do Ensino Médio	209.000	23.352	11,17%
SUBTOTAL				2.117.505	1.535.753	72,53%
0063	Infra-estrutura Viária	1110	Ampliação e Recuperação do Sistema Viário	17.283.051	7.958.989	46,05%
		1112	Ampliação e Recuperação do Sistema de Drenagem	18.924.283	20.037.133	105,88%
		1116	Programa de Transporte Urbano	108.140.650	22.206.967	20,54%
		1405	Implantação do Projeto Corredor Turístico	137.584	-	0,00%
		1487	Projeto Vila do Mar	1.946.480	-	0,00%
		2081	Operacionalização da Usina de Asfalto	18.781.760	99.723.534	530,96%
SUBTOTAL				165.213.808	149.926.622	90,75%
0064	Desenvolvimento da Assistência Social	1091	Reforma e Equipamento de Unidades de Assistência Social	3.472.345	671.684	19,34%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	14.359.624	15.327.632	106,74%
		2095	Manutenção dos Conselhos de Assistência Social	333.178	88.090	26,44%
SUBTOTAL				18.165.147	16.087.406	88,56%
0065	Defesa Civil	1245	Reaparelhamento da Defesa Civil	44.450	-	0,00%
		2083	Ações Emergenciais de Defesa Civil	248.790	2.022.541	812,95%
		2169	Ações Preventivas de Defesa Civil	76.113	-	0,00%
SUBTOTAL				369.353	2.022.541	547,59%
0066	Fortaleza Limpa e Bela	1162	Implantação de Postos de Reciclagem de Resíduos Sólidos	1.562.270	108.832	6,97%
		1467	Construção e Reforma de Prédios das Zonas Geradoras de Lixo (ZGL's)	537.590	-	0,00%
		2084	Manutenção da Limpeza Urbana	160.855.463	202.308.467	125,77%

		2285	Coleta Seletiva	97.772	-	0,00%
SUBTOTAL				163.053.095	202.417.299	124,14%
0067	Desenvolvimento dos Serviços Públicos	1079	Ampliação e Melhoria da Rede de Iluminação Pública	61.332.532	32.714.235	53,34%
		1114	Reforma e Ampliação de Cemitérios	2.037.512	138.769	6,81%
		2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	1.702.182	-	0,00%
		2092	Manutenção da Iluminação Pública	52.376.856	51.300.405	97,94%
		2148	Manutenção do Núcleo de Gestão Energética	2.441.446	182.988	7,50%
SUBTOTAL				119.890.528	84.336.397	70,34%
0071	Viver Proteção Especial a Criança e Adolescente	1140	Rede Aquarela	298.998	236.202	79,00%
		1223	Capacitação das Famílias do PETI	393.389	-	0,00%
		2107	Atendimento ao Adolescente Usuário de Drogas (NUPRED)	314.627	-	0,00%
		2108	Atendimento a Adolescentes em Medida Sócio-Educativa em Meio Aberto	1.455.080	326.193	22,42%
		2109	Manutenção de Órgãos Colegiados	802.825	134.015	16,69%
		2110	Ponte de Encontro	1.733.077	3.864.350	222,98%
		2111	Casa de Acolhimento de Passagem	685.859	544.855	79,44%
		2112	República da Criança da Cidade - Casa dos Meninos	353.281	401.900	113,76%
		2113	República da Criançada Cidade - Casa das Meninas	401.167	402.310	100,28%
		2126	Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	3.018.057	2.715.281	89,97%
SUBTOTAL				9.456.360	8.625.108	91,21%
0072	Viver com Arte e Cidadania	1099	Projeto Adolescente Cidadão	898.576	689.859	76,77%
		1100	Projeto Crescer com Arte e Cidadania	1.043.390	2.050.995	196,57%
		1102	Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	968.708	-	0,00%
		1103	Núcleo de Participação - NUPA	77.803	-	0,00%
SUBTOTAL				2.988.477	2.740.854	91,71%
0075	Educação Política e Cidadania	2116	Agências de Cidadania - Raízes da Cidadania	1.223.143	7.032	0,57%
SUBTOTAL				1.223.143	7.032	0,57%
0076	Viver a Família e a Comunidade	1104	Fortalecimento da Família Cidadã	1.174.221	-	0,00%
		1171	Núcleo de Economia Solidária - NESOL	165.381	-	0,00%
		1172	Núcleo de Segurança Alimentar - NUSA	138.224	-	0,00%
		2106	Atendimento Psicológico Sistemico (NAPSI)	45.354	-	0,00%
		2145	Famílias Defensoras	135.467	501.936	370,52%
SUBTOTAL				1.658.647	501.936	30,26%
0078	Revitalização de Arborização	1106	Revitalização e Arborização de Logradouros Públicos	4.655.317	7.083.001	152,15%
		1466	Implantação de Sistema de Irrigação	370.472	-	0,00%
SUBTOTAL				5.025.789	7.083.001	140,93%
0079	Parque Urbano Temático -	1412	Reforma e Ampliação do Zoológico	2.353.612	-	0,00%
		1478	Implantação do Bioparque de Fortaleza	2.300.000	-	0,00%

	BIOPARQUE	2132	Manutenção do Zoológico Municipal	53.127	32.978	62,07%
		2133	Manutenção do Horto Municipal	38.884	7.850	20,19%
		2309	Manutenção do Bioparque Municipal	1.920.000	-	0,00%
SUBTOTAL				6.665.623	40.828	0,61%
0080	Morar Melhor	1115	Construção de Habitação Popular	56.775.394	19.751.696	34,79%
		1121	Melhoria da Habitação Popular	1.480.456	428.979	28,98%
		1163	Estudos e Projetos Habitacionais	242.870	-	0,00%
		1249	Programa de Subsídio Habitacional	417.698	-	0,00%
		1503	Construção de Habitação Popular - Pojeito Vila do Mar - SER I	23.509.544	12.180.317,62	51,81%
SUBTOTAL				82.425.962	32.360.992	39,26%
0081	Saneamento Básico / PAC	1119	Saneamento Básico em Áreas Críticas	11.454.727	-	0,00%
SUBTOTAL				11.454.727	-	0,00%
0082	Previdência de Inativos e Pensionistas	2121	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionista do Município e Encargos Sociais	248.168.423	301.189.613	121,37%
SUBTOTAL				248.168.423	301.189.613	121,37%
0084	Programa de Habitação de Fortaleza/PAC	1125	Estudos e Projetos	48.870	2.058.705	4212,62%
		1126	Regularização Fundiária em Assentamentos Populares	55.492	-	0,00%
		1127	Capacitação Profissional e Geração de Emprego e Renda	279.452	-	0,00%
		1128	Implantação de Obras de Saneamento Básicos / PAC	106.130	-	0,00%
		1129	Assistência Social às Famílias	535.280	-	0,00%
		1130	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.821	-	0,00%
		1131	Construção de Unidades Habitacionais Populares	17.033.655	10.862.050	63,77%
		1132	Implantação de Infra-estrutura	382.844	-	0,00%
		1133	Apoio ao Desenvolvimento Institucional	666.919	-	0,00%
		1134	Indenizações em Áreas de Intervenção	180.478	-	0,00%
		1160	Implantação de Unidades de Assistência Social	339.848	-	0,00%
		1251	Recuperação Ambiental em Áreas de Risco	339.848	-	0,00%
		1353	Cooperação Técnica	424.510	-	0,00%
		1505	Regularização Fundiária - Projerto Vila do Mar	2.500.000	87.396	3,50%
SUBTOTAL				22.904.147	13.008.152	56,79%
0085	Desenvolvimento de Equipamentos Sociais	1136	Apoio à Conservação de Equipamentos Sociais	28.648	-	0,00%
		1220	Apoio à Construção de Equipamentos Sociais	227.596	-	0,00%
SUBTOTAL				256.244	-	0,00%
0087	Programa de Transporte Urbano	1199	Controle Integrado de Transportes de Fortaleza (CITFOR)	1.446.138	-	0,00%
SUBTOTAL				1.446.138	-	0,00%

0088	Defesa do Consumidor	2139	Proteção e Defesa do Consumidor	27.125	-	0,00%
		2149	Apoio aos Serviços de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor	75.492	3.908	5,18%
		2197	Procon Itinerante	24.183	208.877	863,74%
SUBTOTAL				126.800	212.785	167,81%
0091	Serviços Públicos Delegados	2014	Remuneração de Pessoal Ativo do Município e Encargos Sociais	856.073	897.346	104,82%
		2153	Regulamentação e Fiscalização dos Serviços Públicos Delegados	3.064.072	6.362.637	207,65%
		2268	Manutenção do Programa de Fiscalização Integrada	277.970	755.873	271,93%
SUBTOTAL				4.198.115	8.015.857	190,94%
0093	Somos Iguais, Somos Diferentes	1254	Promoção da Igualdade Racial	109.635	-	0,00%
		2170	Atendimento a Pessoas Vítimas de Discriminação - S.O.S. Discriminação	123.903	-	0,00%
		2171	Valorização das Culturas Negra e Índigenas	62.120	-	0,00%
SUBTOTAL				295.658	-	0,00%
0095	Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS/PAC	1349	Indenização	2.087.057	-	0,00%
		1354	Construção de Unidades Habitacionais	10.872.500	7.307.921	67,21%
		1355	Recuperação Ambiental em Áreas de Risco	5.831.062	-	0,00%
		1356	Implantação de Infra-estrutura	4.130.107	-	0,00%
		2265	Gerenciamento das Ações do PREURBIS	4.085.000	2.599.332	63,63%
SUBTOTAL				27.005.726	9.907.252	36,69%
0096	Orçamento Participativo	2178	Preparação e Elaboração do Orçamento Participativo	2.154.887	4.348.207	201,78%
SUBTOTAL				2.154.887	4.348.207	201,78%
0097	Casa Bela	1296	Execução do Programa Casa Bela	1.134.180	193.500	17,06%
SUBTOTAL				1.134.180	193.500	17,06%
0098	Agricultura Urbana	1312	Implantação, Acompanhamento e Monitoramento de Produção Agrícola em Núcleos Urbanos em Áreas Públicas e Privadas	783.359	-	0,00%
SUBTOTAL				783.359	-	0,00%
0099	Melhoria da Qualidade da Rede Física das Escolas Públicas no Ensino Fundamental e Pré-Escolar	1093	Construção e Equipamento de Unidades Escolares	17.043.071	957.110	5,62%
		1094	Reforma, Ampliação e Equipamento de Unidades Escolares	11.269.769	1.066.063	9,46%
		1096	Implantação de Infra-estrutura Esportiva nas Escolas	1.759.905	864.280	49,11%
		1097	Aquisição de Imóveis para Implantação de Unidades Escolares	3.505.679	6.700.500	191,13%
		1169	Programa de Adequação de Prédios Escolares - PAPE	423.500	-	0,00%
SUBTOTAL				34.001.924	9.587.952	28,20%
0100	Melhoria da Rede Física na Educação Infantil	1098	Construção e Equipamento de Centro de Educação Infantil	6.551.941	3.168.660	48,36%
		1358	Reforma de Centro de Educação Infantil	930.604	-	0,00%

SUBTOTAL				7.482.545	3.168.660	42,35%
0101	Programa de Arrendamento Residencial	1125	Estudos e Projetos	1.155.264	-	0,00%
		1327	Implantação de Infra-estrutura Urbana	1.151.479	-	0,00%
		1328	Construção de Habitação Popular	9.134.680	-	0,00%
SUBTOTAL				11.441.423	-	0,00%
0102	Casa e Renda	1333	Realização de Estudos e Projetos	145.405	-	0,00%
SUBTOTAL				145.405	-	0,00%
0103	Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Populares/PAC	1126	Regularização Fundiária em Assentamentos Populares	938.822	143.021	15,23%
		1336	Regularização Fundiária em Terras da União	1.033.866	-	0,00%
		1337	Regularização Fundiária em Conjuntos Habitacionais	1.381.871	-	0,00%
		1338	Plano Municipal de Regularização Fundiária	1.123.583	-	0,00%
		2193	Manutenção de Cadastros	76.568	-	0,00%
SUBTOTAL				4.554.710	143.021	3,14%
0105	Programa de Urbanização de Assentamentos Subnormais/PAC	1125	Estudos e Projetos	2.877.989	-	0,00%
		1331	Assistência Social às Famílias	1.016.457	530.917	52,23%
		1344	Construção de Habitação Popular	42.434.763	5.109.644	12,04%
		1345	Melhoria da Habitação Popular	627.847	-	0,00%
		1346	Implantação de Infra-estrutura Urbana	294.496	81.229	27,58%
		1347	Implantação de Unidade de Assistência Social	369.886	-	0,00%
		1348	Regularização Fundiária	197.088	-	0,00%
		1349	Indenização	541.872	-	0,00%
		1350	Implantação de Obras de Saneamento Básicos / PAC	527.147	-	0,00%
		1351	Recuperação Ambiental em Áreas de Risco	527.147	-	0,00%
2194	Capacitação Profissional e Geração de Emprego e Renda	209.893	-	0,00%		
SUBTOTAL				49.624.585	5.721.790	11,53%
0106	PROJOVEM	1360	Exercício do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM	18.045.177	5.821.156	32,26%
SUBTOTAL				18.045.177	5.821.156	32,26%
0107	Educação para o Consumo, Instrumento de Cidadania	2198	Promoção para Exercício do Consumo Cidadão	75.913	-	0,00%
SUBTOTAL				75.913	-	0,00%
0108	Gestão de Equipamentos Culturais	1362	Adequação e Reforma de Espaços Culturais	16.497.028	19.169	0,12%
		2199	Modernização e Informatização de Equipamentos Culturais	513.911	-	0,00%
		2249	Manutenção de Equipamento Culturais	1.301.579	909.281	69,86%
SUBTOTAL				18.312.518	928.449	5,07%
0111	Políticas Públicas de Tecnologia da	1032	Capacitação em Tecnologia da Informação	1.350.000	780.000	57,78%

	Informação	1485	Implantação do parque Tecnológico de Fortaleza	3.484.300	-	0,00%
		1511	Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs	1.000.000	-	0,00%
		2202	Inclusão Digital do Servidor Municipal de Fortaleza	150.000	-	0,00%
		2311	Manutenção da Casa Brasil	440.000	189.350	43,03%
		2312	Portal de Internet da Administração Municipal	117.600	-	0,00%
		2314	Manutenção do Centro de Recondicionamento de Computadores	300.000	-	0,00%
		2322	Inclusão Sócio-Digital	720.000	75.000	10,42%
		2323	Conectividade Social	260.000	-	0,00%
SUBTOTAL				7.821.900	1.044.350	13,35%
0112	Gestão da Tecnologia da Informação	1474	Implantação do Data Center Corporativo	3.062.759	-	0,00%
		1475	Implantação de Rede Corporativa Multi-Serviços	250.000	-	0,00%
		2021	Gestão da Tecnologia da Informação	1.283.848	12.954.425	1009,03%
		2203	Manutenção da Tecnologia da Informação	85.992	-	0,00%
		2212	Gestão da Tecnologia da Informação na Saúde	6.714.511	8.995.166	133,97%
		2295	Manutenção de Sistemas Corporativos	1.693.600	-	0,00%
		2296	Gestão de Tecnologia da Informação da Educação	150.000	-	0,00%
		2297	Suporte Técnico Corporativo (Service Desk)	504.000	-	0,00%
		2298	Manutenção do Data Center Corporativo	1.800.000	-	0,00%
		2301	Gestão de Segurança da Informação	180.000	-	0,00%
		2302	Gestão de Software Livre	100.000	-	0,00%
		2303	Gestão do Governo Eletrônico	96.000	-	0,00%
		2304	Gestão do Polo Tecnológico de Fortaleza	300.000	-	0,00%
		2305	Gestão de Inclusão Digital e Formação em Tecnologia da Informação	200.000	-	0,00%
		2324	Consolidação e Interoperabilidade de Normatização de TI	240.000	-	0,00%
		1521	Reestruturação da Célula de Tecnologia da Informação	-	3.621.449,64	*
SUBTOTAL				16.660.710	25.571.041	153,48%
0113	Tecnologia da Informação Corporativa	1384	Modernização Administrativa em Tecnologia da Informação	212.545	-	0,00%
		1401	Reestruturação do Sistema Gestor	135.449	-	0,00%
		1488	Renovação do Parque de Estações de Trabalho	1.633.500	-	0,00%
		2219	Manutenção dos Sistemas Informatizados	783.287	102.231	13,05%
		2307	Infraestrutura de Comunicação	50.000	-	0,00%

		2308	Conectividade com a Internet	655.600	227.500	34,70%
		2318	Manutenção do Parque de Estações de Trabalho	217.800	-	0,00%
SUBTOTAL				3.688.181	329.731	8,94%
0114	Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Fortaleza	1088	Estudos e Pesquisas Sociais	52.770	-	0,00%
		2100	Manutenção das Unidades Sociais e CRAS	5.139.923	7.358.040	143,15%
		2147	Cadastro Único	2.293.473	6.464.240	281,85%
		2228	Informação, Monitoramento e Avaliação das Ações da Política de Assistência Social	21.462	55.470	258,46%
		2240	Capacitação Continuada das Entidades SócioAssistenciais Conveniadas	142.045	-	0,00%
		2241	Capacitação de Recursos Humanos da Assistência Social	61.169	-	0,00%
SUBTOTAL				7.710.842	13.877.751	179,98%
0115	Integração Cultura, Arte, Ciência e Esporte	1408	Construção do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA	7.500.000	17.347.195	231,30%
		2227	Manutenção do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA	12.040.800	1.796.948	14,92%
		2283	Gestão dos CUCAs	212.500	4.802.774	2260,13%
SUBTOTAL				19.753.300	23.946.918	121,23%
0116	Proteção Social Básica	1309	Implantação de Restaurante Popular	5.889	-	0,00%
		1407	Apoio a Rede Sócio- Assistencial	7.934.668	424.308	5,35%
		1441	Inclusão Produtiva	1.375.025	769.366	55,95%
		1442	Pró-jovem Adolescente	1.548.191	840.112	54,26%
		2094	Concessão de Benefícios Eventuais	2.570.050	655.450	25,50%
		2096	Apoio a Entidades de Atendimento à Pessoa Idosa	110.384	-	0,00%
		2097	Apoio a Entidades de Atendimento à Família	368.709	-	0,00%
		2098	Apoio a Entidades de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes	64.771	-	0,00%
		2235	Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	157.849	-	0,00%
		2237	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/PAIF	10.853.880	7.040.931	64,87%
		2238	Bolsa Família	990.388	898.598	90,73%
		2242	Realização de Oficinas Sócio Educativas	9.775	-	0,00%
		2246	Programa de Benefício de Prestação Continuada - BPC	470.135	-	0,00%
		2255	Programa de Atenção Básica ao Idoso - PABI	1.299.474	827.631	63,69%
2256	Implantação e Equipamento de Unidades de Assistência Social - PSE	89.526	-	0,00%		
SUBTOTAL				27.848.714	11.456.396	41,14%
0117	Proteção Social Especial	1407	Apoio a Rede Sócio- Assistencial	345.105	-	0,00%
		1441	Inclusão Produtiva	2.537.197	-	0,00%
		1468	Implantação de Unidades de Assistência Social - PSE	245.514	-	0,00%

		1513	Implantação de Albergue Noturno para População de Rua	2.000.000	-	0,00%
		2096	Apoio a Entidades de Atendimento à Pessoa Idosa	178.372	200.805	112,58%
		2098	Apoio a Entidades de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes	4.660.713	155.232	3,33%
		2099	Apoio a Entidades de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	708.555	952.644	134,45%
		2232	Manutenção do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual	366.049	245.763	67,14%
		2245	Atenção à População em Situação de Rua (CAPR e Espaço de Acolhimento Noturno)	977.545	667.192	68,25%
		2257	Manutenção da Casa-Abrigo para Mulher Vítima de Violência	272.562	-	0,00%
		2258	Implantação de Unidades de Assistência Social - PSE	246.508	-	0,00%
		2270	Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS	4.190.383	2.378.864	56,77%
		2272	Atendimento à Criança, Adolescente e Jovem em Situação de Risco Social	147.836	2.004.215	1355,70%
		2356	Atenção à População em Situação de Rua (CREAS POP e Espaço de Acolhimento Noturno)	-	707.440,79	*
SUBTOTAL				16.876.339	7.312.157	43,33%
0118	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza - DRENURB Fortaleza	1449	Ampliação e Desobstrução da Rede de Drenagem Urbana	24.471.727	52.708.425	215,38%
		2279	Gerenciamento do Programa	1.957.740	4.305.311	219,91%
SUBTOTAL				26.429.467	57.013.736	215,72%
0119	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ)	1454	Realização e Apoio de Ações de Geração de Emprego e Renda de Jovens	3.007.768	124.000	4,12%
		1455	Realizações e Apoio às Ações de Formação e Participação Juvenil	2.483.384	1.045.661	42,11%
SUBTOTAL				5.491.152	1.169.661	21,30%
0120	Gestão da Política de Juventude	1456	Realização de Fóruns e Conferências de Juventude	121.000	-	0,00%
		2280	Assessoramento e Desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude	423.500	172.373	40,70%
		2281	Manutenção do Conselho Municipal de Juventude	60.500	30.400	50,25%
		2282	Fortalecimento da Capacidade Institucional da Política de Juventude	389.400	223.395	57,37%
SUBTOTAL				994.400	426.168	42,86%
0121	Incentivo ao Desenvolvimento e Expansão da	1457	Estímulo a Oportunidades de Investimentos em Atividades Prioritárias	57.000	-	0,00%

	Base Econômica do Município	1458	Apoio a Oportunidades de Investimentos no Âmbito do Projeto Vila do Mar e em Sabiaguaba	84.000	-	0,00%
		1459	Suporte a Feiras e Eventos Temáticos	194.000	100.000	51,55%
		1460	Apoio a Instalação de Infraestruturas de Serviços - Copa 2014	434.000	243.091	56,01%
SUBTOTAL				769.000	343.091	44,62%
0122	Adoção de Tecnologias Destinadas à Inovação e Modernização Empresarial	1461	Identificação e Fomento a Arranjos Produtivos Locais (APL's) Vocacionais de Fortaleza	87.000	-	0,00%
		1462	Criação e Desenvolvimento de Desing de Produtos	147.000	-	0,00%
SUBTOTAL				234.000	-	0,00%
0123	Gestão da Política de Direitos Humanos	2288	Articulação das Redes de Promoção, Defesa e Difusão dos Direitos Humanos	235.596	389.619	165,38%
		2289	Assessoramento e Planejamento das Políticas de Direitos Humanos	1.177.980	584.775	49,64%
SUBTOTAL				1.413.576	974.395	68,93%
0124	Promoção dos Direitos Humanos	2290	Atendimento à Vítima de Violência	1.024.846	116.280	11,35%
		2291	Promoção dos Direitos Humanos	306.275	50.000	16,33%
SUBTOTAL				1.331.121	166.280	12,49%
0125	Programa de Melhoria da Qualidade de Obras Públicas da Prefeitura de Fortaleza - Qualifor	1476	Melhoria dos Processos de Fiscalização de Obras - Qualifor	484.000	1.272.288	262,87%
		2306	Capacitação de Servidores - Qualifor	1.269.996	-	0,00%
SUBTOTAL				1.753.996	1.272.288	72,54%
0126	Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	2310	Campanha de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres	63.227	130	0,21%
SUBTOTAL				63.227	130	0,21%
0127	Programa de Fortalecimento Sócio-político das Mulheres	2313	Apoio às Ações de Formação	102.012	96.704	94,80%
SUBTOTAL				102.012	96.704	94,80%
0128	Gestão da Política para Mulheres	2315	Fortalecimento da Capacidade Institucional da Política para as Mulheres	190.833	19.097	10,01%
		2319	Assessoramento das Políticas para as Mulheres	412.294	26.712	6,48%
SUBTOTAL				603.127	45.809	7,60%
0129	PRODETUR Nacional - Fortaleza	1495	Estratégia do Produto Turístico	12.840.000	633.612	4,93%
		1496	Infraestrutura e Serviços Básicos	12.840.000	10.174.815	79,24%
		2326	Gestão Ambiental	1.605.000	180.675	11,26%
		2327	Estratégia de Comercialização	3.210.000	1.398.000	43,55%
		2328	Fortalecimento Institucional	1.605.000	386.262	24,07%

SUBTOTAL				32.100.000	12.773.364	39,79%
0130	Segurança Cidadã - PRONASCI Fortaleza	1007	Reaparelhamento da Guarda Municipal	3.030.000	-	0,00%
		1498	Capacitação de Guardas Municipais	505.000	61.465	12,17%
		1499	Capacitação de Mulheres Mediadoras de Conflitos (Mulheres da Paz e Mulheres em Ação)	3.030.000	-	0,00%
		1500	Capacitação de Adolescentes e Jovens para Formação Cidadã (Protejo Trilhos Urbanos)	5.252.000	-	0,00%
		1501	Aliança Social Contra o Crack (Prevenção e Redução do Uso de Drogas)	1.212.000	-	0,00%
SUBTOTAL				13.029.000	61.465	0,47%
0131	PAC da Mobilidade Urbana	1504	Dinamização dos Corredores de Transporte - Implantação de Vias - PAC da Mob. Urbana (Copa 2014)	29.310.000	2.226.162	7,60%
		2279	Gerenciamento do Programa	2.320.740	2.181.105	93,98%
SUBTOTAL				31.630.740	4.407.267	13,93%
0132	Meio Ambiente e Controle Urbano	2335	Controle Urbano e Qualidade Ambiental	358.096	443.039	123,72%
		2336	Qualidade nos Serviços Urbanos	358.096	7.306.585	2040,40%
SUBTOTAL				716.192	7.749.623	1082,06%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0001	Cumprimento de Sentença Judicial	11.269.614	19.036.144	168,92%
SUBTOTAL				11.269.614	19.036.144	168,92%
0902	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna	0002	Serviço da Dívida Interna	73.451.609	42.008.934	57,19%
SUBTOTAL				73.451.609	42.008.934	57,19%
0903	Operações Especiais: Contribuição para a Formação do PASEP	0003	Contribuição para Formação do PASEP	33.932.046	37.205.716	109,65%
SUBTOTAL				33.932.046	37.205.716	109,65%
0904	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0004	Encargos com Pessoal em Disponibilidade	201.306	22.895	11,37%
		0005	Encargos com Pensão Administrativa	88.610	56.602	63,88%
SUBTOTAL				289.916	79.497	27,42%
0905	Operações Especiais : Participação Acionária	0007	Participação do Município no Capital de Empresas Estatais	3.734.210	6.466.476	173,17%
SUBTOTAL				3.734.210	6.466.476	173,17%
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa	0008	Serviço da Dívida Externa	2.179.271	10.838.553	497,35%

SUBTOTAL				2.179.271	10.838.553	497,35%
9999	Reserva de Contingência	9999	Reserva de Contingência	26.827.659	-	0,00%
SUBTOTAL				26.827.659	-	0,00%
TOTAL				4.434.444.029	4.404.254.807	99,32%

Fonte: SAFF/SIOF

* Ações inseridas na LOA 2012